UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ALISSON SLIDER DO NASCIMENTO DE PAULA

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS PETISTAS: A INFLEXÃO DA UNIVERSIDADE AO CAPITAL

FORTALEZA
2016

ALISSON SLIDER DO NASCIMENTO DE PAULA

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS PETISTAS: A INFLEXÃO DA UNIVERSIDADE AO CAPITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior
Co-orientador(a): Profª. Drª. Kátia Regina Rodrigues Lima

FORTALEZA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P346p Paula, Alisson Slider do Nascimento de.
A política de educação superior nos governos petistas : a inflexão da universidade ao capital / Alisson Slider do Nascimento de Paula. – 2016.
172 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 1, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.
Coorientação: Profa. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima.

1. Educação Superior. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Capital. I. Título.
CDD

ALISSON SLIDER DO NASCIMENTO DE PAULA

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS PETISTAS: A INFLEXÃO DA UNIVERSIDADE AO CAPITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior
Coorientador(a): Profª. Drª. Kátia Regina Rodrigues Lima

Aprovada em: ___/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____
Profª. Drª. Kátia Regina Rodrigues Lima (Coorientadora)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

_____
Profª. Drª. Antonia Rozimar Machado e Rocha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____
Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos trabalhadores da educação, que sirva de instrumento teórico na luta cotidiana.

À minha família, a qual concedeu substancial apoio no percurso desse ciclo formativo.

À Camila, companheira de todas as horas, fonte de alegria e amor.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por tudo.

À minha família pelo apoio e incentivo ao longo desta breve e árdua caminhada.

À Camila, companheira de todas as horas, sua presença nos momentos bons e difíceis foi crucial para a finalização deste ciclo.

Ao prof. Justino, homem de grande envergadura intelectual, ser humano calmo e paciente, seus conselhos, dicas, sugestões/orientações, críticas, além da camaradagem foram essenciais para minha evolução intelectual.

À profª. Kátia Lima, minha coorientadora, pela sua contribuição em meu processo formativo, por ser exemplo da possibilidade e da necessidade de conciliar sua carreira acadêmica com a militância em defesa da universidade pública.

À profª. Rozimar e prof. Emmanoel, pelas críticas e sugestões na banca de qualificação, que possibilitaram o enriquecimento da forma e conteúdo desta dissertação.

Ao prof. Frederico Costa, por ter aceitado participar da banca de defesa. Sua participação foi de crucial importância.

Aos amigos que constroem a linha Trabalho e Educação do PPGE-UFC. Companheiros de grande valor, em especial, Nivânia Menezes, Kalina Gondim e Anita Pedroza, companheiras valorosas. Além dos demais colegas integrantes da linha: Remo, Iziane, Iara, Raquel, Araújo, Paulo, Clarice, Fátima, Heulália, Julia, Werber.

Às amizades construídas ao longo do mestrado em educação: Homero, Emilia, Angelina, Osmar Hélio, Ronald, amigos que sempre levarei comigo.

À Ana Thyara, uma irmã que a vida me deu, apoio, auxílio, críticas, brincadeiras, e os almoços conturbados do R.U.

Aos amigos da Educação Física de Sobral, em especial: André Façanha, José Luiz, Osmar Vasconcelos. Nossos diálogos, estudos, críticas e embates sempre contribuíram em minha formação.

Aos amigos do “Juntos” e demais movimentos sociais de Sobral, em especial: Ana Karla, Kélia e Taty, o espírito de luta que guia vocês se expressa como inspiração para mim.

À Coordenação de Apoio a Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, sem o qual esse empreendimento não teria sido possível.

“Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança,
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições da realidade podem nos ensinar a transformar a realidade”
(Bertolt Brecht, citado por David Harvey, 2013).

RESUMO

O referido trabalho tem como tema central a educação superior. Perfilou como objeto de investigação as políticas de educação superior implementadas pelos governos petistas. Optou-se por empreender a presente análise a partir da compreensão das transformações das concepções teórico-programáticas, bem como do próprio PT na lógica da ordem capitalista. Em acréscimo, este objetivo consiste em analisar o processo em que se deu a implementação das políticas para o ensino superior nos governos petistas, para isso, realizou-se um resgate histórico desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, buscando, deste modo, desvelar o projeto estratégico do partido para o ensino superior o qual foi desencadeado através da reforma deste nível de ensino. Utiliza-se o referencial teórico metodológico do materialismo histórico-dialético para compreensão do fenômeno estudado. Optou-se por uma abordagem qualitativa, bem como um estudo bibliográfico e documental. Constatou-se que a reforma da educação superior empreendida pelo PT tem como eixo central a diluição das fronteiras entre o público e o privado, com a introdução de entes privados no setor público decorrendo num hibridismo institucional seja pela constituição de fundações privadas nas universidades públicas ou pela metamorfose das universidades em fundações de direito privada a partir da lógica da diversificação das instituições, que dão continuidade com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), além da atenção na expansão do setor privado/mercantil do ensino superior e sua inserção no mercado de ações. Com isso, a pesquisa denota o não rompimento com o neoliberalismo por parte do governo Lula da Silva e Dilma Rousseff, bem como a compreensão que este governo atribui a educação superior como um promissor nicho mercadológico, estando assim em consonância com os preceitos dos organismos internacionais do capital financeiro.

Palavras-chave: Educação Superior. Partido dos Trabalhadores. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work is focused on higher education. Profiled as a research object higher education policies implemented by PT governments. We chose to undertake this analysis from the understanding of the transformation of theoretical and programmatic concepts and the PT in the logic of the capitalist order. In addition, this objective is to examine the process in which they gave the implementation of policies for higher education in PT governments, for that, there was a historical from the Party's foundation Workers, seeking thus to unveil the strategic party project for higher education in which was triggered by reforming this level of education. It uses the methodological theoretical framework of historical and dialectical materialism to understand the phenomenon studied. We chose a qualitative approach and a bibliographical and documentary study. It was found that the reform of higher education undertaken by PT has centered on the blurring of boundaries between public and private, with the introduction of private entities in elapsing public sector in an institutional hybridity is the constitution of private foundations in public universities or the transformation of universities into private foundations right from the logic of diversification of institutions that give continuity to the National Education Plan (2014-2024), as well as attention to the expansion of the private sector / commercial higher education in addition to their inclusion in the stock market. Thus, the research denotes not break with neoliberalism by the Lula da Silva and Dilma Rousseff and understanding that this government attaches to higher education as a promising marketing niche, thus being in line with the precepts of international organizations financial capital.

Keywords: Higher Education. Workers' Party. Public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Valores da dívida pública brasileira - (1970-2012)……...	55
Tabela 2 -	Documentos do BM para a Educação Superior……...	92
Tabela 3 -	Comparação PIB e taxa de alfabetização (Brasil, México, Argentina, Uruguai, Cuba) – 2011……	102
Tabela 4 -	Despesas da União com a Educação (2003-2014)…….	103
Tabela 5 -	Percentual do Investimento em Educação em Relação ao PIB – (2003-2013)……..	103
Tabela 6 -	Despesas da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (2003-2014).....	110
Tabela 7 -	Gastos tributários da União com o ProUni (2005-2014).....	114
Tabela 8 -	Evolução dos empréstimos do FIES (2003-2014)…….	116
Tabela 9 -	Levantamento das matrículas da Educação Superior segundo a modalidade: presencial e a distância (2012-2014)……	125
Tabela 10 -	Criação de novas Universidades Federais (2003-2010)……	133
Tabela 11 -	Evolução no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1994-2009)……	134
Tabela 12 -	Evolução do número de matrículas no período (1994-2009)…….	134
Tabela 13 -	Quantidades de bolsas e contratos fechados (ProUni e FIES) – (2011-2014)……..	143
Tabela 14 -	Execução do Orçamento da União com todas as funções correlacionadas à educação básica (2003-2014)……...	147
Tabela 15 -	Despesas da união com as universidades federais com percentual das despesas totais com a dívida pública (2003-2014)…….	148
Tabela 16 -	Despesas da União com as universidades federais, como percentual dos gastos com a função educação – (2003-2014)…...	149
Tabela 17 -	Estatísticas Gerais da Educação Superior Brasileira – (2014)…...	151

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM	Banco Mundial
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DM	Diretório Municipal
EaD	Educação a Distância
ENC	Exame Nacional de Curso
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPES	Instituições Privadas de Ensino Superior
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LIT	Lei de Inovação Tecnológica
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
OCED	Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PP	Partido Progressista

PPP’s	Parcerias Público-Privadas
ProUni	Programa Universidade para Todos
Proext	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E SEU CURSO HISTÓRICO NO LIMIAR DO CAPITAL 18

2.1 Os marcos da história do Partido dos Trabalhadores..... 19

2.1.1 De 1980-1986 – da origem ao seu caráter de oposição 19

2.1.2 De 1987 - 1988 – a oposição intransigente ao governo 25

2.1.3 De 1989 – 1993 – As transformações imbuídas na forma e no conteúdo do Partido dos Trabalhadores..... 31

2.1.4 De 1994 – 2002 – Oposição parlamentar 41

2.1.5 Período após 2002 os governos petistas 46

2.1.5.1 A política econômica e o fenômeno da hegemonia às avessas do PT 51

3 O LUGAR DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR 61

3.1 Universalidade e particularidade do capitalismo brasileiro..... 62

3.1.1 Universalidade, particularidade na tradição marxiana e marxista. 63

3.1.2 A particularidade capitalista do Brasil..... 66

3.2 A Divisão Internacional do Trabalho como fenômeno inevitável do capital global 70

3.2.1 Primeira Divisão Internacional do Trabalho 74

3.2.2 Segunda Divisão Internacional do Trabalho 76

3.2.3 Terceira Divisão Internacional do Trabalho..... 77

3.3 A operacionalidade do (novo) imperialismo 81

3.4 A dinâmica da educação superior periférica no contexto da mundialização do capital..... 91

3.4.1 As condicionalidades dos Organismos Internacionais 91

3.4.2 Mercadorização da educação brasileira 97

4 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS GOVERNOS PETISTAS..... 100
4.1 Panorama educacional petista 100
4.2 A educação superior nos governos Lula da Silva 104
4.2.1 Os anteprojetos da reforma da educação superior 107
4.2.2 As Parcerias Público-Privadas (PPP's) 108
4.2.3 O Programa Universidade para Todos (ProUni) 112
4.2.4 O Fundo de Financiamento Estudantil – FIES 115
4.2.5 A Lei de Inovação Tecnológica – LIT 117
4.2.6 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior 119
4.2.7 O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 120
4.2.8 Educação à Distância 121
4.2.9 O Plano de Desenvolvimento da Educação 126
4.2.9.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI 130
4.2.9.2 O Projeto - Universidade Nova 136
4.2.9.3 O banco de professores equivalentes 137
4.3 A Lei nº 13.005/2014 – o Plano Nacional de Educação (2014-2024) 138
4.4 Financiamento da Educação Superior nos governos petistas 145
4. 5 O Capitalismo Acadêmico da hegemonia às avessas 150
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 156
REFRÊNCIAS..... 161

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que agora apresentamos possui como tema central a educação superior. Nosso objetivo consiste na análise da política de educação superior empreendida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em particular nos dois mandatos de Lula da Silva e no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

A educação superior passa por uma dura crise que põe em risco sua existência como esfera de produção do conhecimento autônomo e criativo, em suas distintas formas e modalidades. Esse cenário nos impulsionou a desenvolver o presente estudo.

As condicionalidades do projeto econômico neoliberal para a educação, proeminente em diversos países do globo, aprofundou a inclusão da lógica do capital no âmbito universitário, tanto no setor privado como no público, expandindo, dessa forma, a atuação das corporações de ensino superior administradas por fundos de pensão, cuja meta principal é ampliar os superlucros.

Com isso, pensando em contribuir com os debates e embates dos trabalhadores da educação, buscamos empreender uma análise acerca do cenário estabelecido por um governo, conduzido por um Partido de origem operária, nascido no seio da *classe-que-vive-do-trabalho*[1], que liderou grandes mobilizações no passado, e que hoje instaura um cenário complexo e preocupante para a educação superior brasileira.

Nos desdobramentos da elaboração desta pesquisa, compreendemos ser necessário buscar a partir de uma análise histórico-social os aspectos que engendraram o panorama atual do ensino superior do país. Para isso, elaboramos um excurso histórico do Partido dos Trabalhadores tendo em vista a compreensão da transformação programática do partido.

O PT foi fundado em 1980, e no decorrer dos últimos trinta e seis anos, transmutou-se no principal partido de esquerda do país, conseguindo a façanha de atingir a presidência da República. No entanto, esse desenvolvimento vivenciado pelo partido não o tornou uma força política eleitoralmente dominante no Brasil.

---

[1] Optamos por fazer uso do termo *classe-que-vive-do-trabalho* por concordarmos com a noção deste conceito empreendido por Antunes (2003, p. 104) "Compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes". Assim o autor deixa claro que não se trata somente de uma nova expressão conceitual, todavia, de uma ampliação na ênfase da análise, procurando atender a diversificação e complexificação do proletariado hoje. Ressaltamos que esta expressão conceitual empreendida por Antunes não é consensual no âmbito do marxismo, pois Lessa (2007) compreende haver uma articulação mais democrática do que comunista nesse termo, pois acredita o autor que é "[...] neste contexto que a substituição do proletariado pelas imprecisas noções de 'trabalhadores' ou de 'classe-que-vive-do-trabalho' exibe todo o seu potencial ideológico" e acrescenta que somente o proletariado ser a "[...] única classe que vive do seu próprio trabalho e que, por isso, nada tem a perder com a extinção da forma contemporânea de exploração que é a propriedade privada burguesa" (p.2).

Na concepção de Del Roio (2004, p.71), a condição minoritária do Partido dos Trabalhadores fica patente quando se verifica que

> [...] a maioria dos vereadores e prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e senadores foram eleitos por outros partidos. A alta burocracia estatal, em especial das Forças Armadas e do "poder judiciário", é integrada por pessoas vinculadas a outros projetos político-partidários. As empresas de comunicação de massa mantêm uma relação tensa com o PT, na maioria dos casos de aberta antipatia e oposição.

Nessa acepção, consoante Keck (2009), os obstáculos postos pela realidade forçaram o PT a organizar acordos táticos para se fortalecer frente a uma conjuntura desfavorável. Diante disso, destacamos o método executado pelo PT no governo em atender as demandas do capital em detrimento das demandas populares, bem como seu programa e plano de ação.

O PT assim como vários partidos de esquerda pelo mundo, passou por um expressivo processo de "flexibilização", moderação e adaptação ao regime capitalista, deste modo tornando-se mais um partido da ordem do que um partido que objetiva transformar o capitalismo por meio de um projeto anticapitalista. Buscaremos demonstrar isso a partir de uma análise acerca das concepções teórico-programáticas das resoluções dos Encontros Nacionais do Partido, bem como do afastamento do PT das lutas sociais.

Corroboramos a ideia de Iasi (2013), quando o autor compreende que o projeto de superação do sistema sociometabólico do capital deixou de constar nas resoluções programáticas do partido quando este assumiu o governo federal. Coelho (2005) considera que não se trata mais de debater o fim do capitalismo, todavia, sobre "qual" melhor capitalismo. O balanço elaborado pelo próprio PT, de 10 anos de governo federal, ressalta o rompimento com a política neoliberal. Petistas, como Mercadante (2010), compreendem que o PT empreendeu um novo modelo de política econômica que impulsionou crescimento econômico com maior distribuição de renda, a saber, o (neo) desenvolvimentismo.

No tocante aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pois em geral "correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade" (TRIVIÑOS, 2012, p. 117). Optamos por um estudo bibliográfico e documental que tratam tanto do percurso histórico do PT, como também das políticas de educação superior.

Nossa vereda metodológica está calcada em um referencial marxiano e marxista. Marx denota que a investigação diz respeito à assimilação da "[...] matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno", trata-se, portanto do momento de examinar meticulosamente o objeto, apropriando-se cientificamente deste, para

então “[...]depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 2013, p. 90).

O método de análise empreendido por nossa pesquisa se trata do método dialético, o qual, consoante PAULO NETTO (2011) se propõe em analisar criticamente o objeto em sua totalidade, com vistas a transformá-lo. Sabemos que a apreensão do conhecimento se dá por sucessivas aproximações, e, portanto, enfrentaremos o desafio aqui colocado.

Sousa Sobrinho (2014) legitima a relevância concreta do método marxiano a partir de seu estudo sobre a obra máxima de Marx, *O Capital*, atesta o autor:

> A ênfase ofertada ao momento da investigação do objeto não autoriza uma interpretação em que apreensão crítica da coisa em si, possa ser realizada somente mediante a contemplação ou a mera reflexão, a exemplo da filosofia idealista. A teoria marxiana não é fruto de uma geniosa capacidade criativa na qual o autor partindo da pura leitura imanente das formulações burguesas foi capaz de deduzir uma crítica radical de suas inconsistências teóricas. O conteúdo de sua crítica radical ao capital emerge da crítica prática operada pela classe trabalhadora em luta contra o capital, por sua vez, sua apreensão teórica, por Marx, está condicionada a sua inserção e participação na esfera desse conflito coletivo como dirigente político, o que autoriza a apreensão da dimensão da práxis das contradições das sociedades burguesas. Nesse sentido, o envolvimento ativo de Marx no plano real da luta de classes corrobora na elaboração de uma crítica prática que emerge da luta econômica transpassando a luta política, desdobrando-se na pretensão irrevogável de eliminação do capital. Portanto, a inserção militante de Marx no plano da luta de classes é parte ineliminável do método de investigação da realidade. (SOUSA SOBRINHO, 2015, p. 13).

Embasamos nossa intenção de usar o método marxiano nas considerações da professora Virgínia Fontes:

> [...] ao longo da década de 1990 e da vitória do neoliberalismo, nenhuma das formas de pensamento que se constituíram (fragmentação total, “pós-modernismo”, etc.), têm consistência sequer para encaminhar uma reflexão segura sobre as crises políticas de dominação. Portanto, o marxismo continua a ser referência [...] uma vez que fornece condições para pensar no que está acontecendo, tanto no plano econômico como no plano social, no plano histórico etc. (FONTES, 2003, p. 81).

Como suporte bibliográfico faremos uso das contribuições dos autores para o tratamento do *percurso histórico do PT* damos maior ênfase aos trabalhos de: Arcáry (2011), Couto (1994), Keck (2009), Iasi (2013), Maciel (2009), Ferreira (2011), Sader (2009), Garcia (2008); no que se refere a análise da *política econômica dos governos petistas* utilizamos com maior atenção: Boito Júnior e Berringer (2013), Barbosa e Souza (2010), Leher (1999; 2011), Hermann (2002), Filgueiras e Pinto (2009), Magalhães (2010; 2011), Filgueiras e Gonçalves (2007); para o tratamento do *transformismo sofrido pelo PT* trazemos as precisas análises de Sousa Junior (2011) e Coelho (2005); o fenômeno da *Hegemonia às avessas* recorrermos às análises de Oliveira (2010) e Braga (2010). No que concerne o segundo capítulo desta dissertação, para o

tratamento das análises acerca da *universalidade e particularidade do desenvolvimento capitalista* utilizamos Minto (2014), Paulo Netto (2000), Mészáros (2002), Oliveira (2003), Prado Jr. (1984), Fernandes (1968; 1975; 1995), Chasin (2000), Sampaio Jr. (1999), Demier (2007) e Löwy (1998); na discussão acerca da *Divisão Internacional do Trabalho* utilizamos principalmente: Vesentini (1987), Lefebvre (1976), Salama e Mathias (1983), Pochmann (2000), Chirot (1997), Hobsbawn (1978), Teixeira (1983), Chesnais (1996; 2003) e Duménil e Lévy (2003); ademais, para o tratamento da *operacionalidade do novo imperialismo* fizemos uso dos autores: Marx e Engels (2012), Lênin (2003; 2013); Kautsky (2002), Luxemburgo (1976), Hilferding (1985), Trotsky (2000), Wood (2014), Harvey (2005), Catani (1981), Almeida (2006); no que tange à discussão da *educação superior no contexto da mundialização do capital* e a *mercadorização deste nível de ensino* os autores que destacamos foram: Barreto e Leher (2008), Lima (2007; 2011; 2012), Rodrigues (2007) e Gorgulho (2007). No tocante o terceiro capítulo da presente dissertação, especificamente ao *panorama da política educacional petista*, os autores que demos maior relevância foram: Shiroma, Garcia e Campos (2011); Evangelista e Leher (2012); Bernardi, Rossi e Uczak (2014); em acréscimo, no que diz respeito à *política de educação superior petista*, em linhas gerais, recorremos com maior recorrência: Otranto (2006), Trópia (2009; 2012), Queiroz (2015), Sguissardi (2004; 2008; 2011; 2015), Lima e Ferreira (2011), Chaves (2015), Saviani (2009), Mancebo e Martins (2012), Reis (2016), Chaves (2010), Silva Jr, Anelli Jr, Mancebo (2014), além de outros autores que compõem o aporte bibliográfico.

No que se refere o suporte documental, lançaremos mão das resoluções aprovadas nos Encontros Nacionais do Partido dos Trabalhadores, bem como de documentos referentes às políticas de educação superior implementadas ao longo dos governos petistas, documentos do Banco Mundial, além de recorrermos aos Censos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de dados extraídos do Portal do Orçamento e do Banco Central do Brasil que correspondem aos recursos destinados à educação, assim como a dívida pública.

No tocante as análises acerca do orçamento executado da União, levamos em conta as despesas liquidadas. Consoante Gobetti e Orais (*apud* REIS, 2016, p. 18) ao discutirem sobre os diversos modos de análises das despesas públicas, consideram que "o critério a ser utilizado, apesar de algumas ressalvas, é o da liquidação das despesas". No tocante a análise dos dados coletados acerca dos demonstrativos da execução do orçamento da União, para a efetivação deste empreendimento, utilizamos o ajuste monetário pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período de janeiro de 2015, recusando, portanto, a

desvalorização que a moeda sofreu. Convergindo da análise de REIS (2016, p. 18), “[...] para atualizarmos pelo IPCA um valor anual executado em 2003, por exemplo, para o mês de janeiro de 2015, multiplicamos tal valor pelo resultado da divisão do Índice-IPCA de janeiro de 2015 pelo valor médio do Índice-IPCA de 2003”.

O particular, como objeto de estudo, necessita ser apreendido em sua inter-relação com conjunto. Para tanto, a organização dos capítulos desta dissertação busca seguir a lógica de expor o objeto da pesquisa (política de educação superior nos governos petistas) partindo do mais geral para o mais específico. Isso atribui um caráter mais abstrato aos dois primeiros capítulos, conferindo, portanto, uma aparente distância do objeto. Deste modo, nosso primeiro capítulo está constituído por meio de marcos históricos em função de compreendermos que o PT não passou por mudanças de um dia para outro, contudo, se tratou de um percurso histórico, com múltiplas determinações, com contradições internas, e diluindo o sentimento de esperança de sua aliada principal, a saber, a *classe-que-vive-do-trabalho.*

Portanto, pretendemos expor o Partido dos Trabalhadores desde sua face anticapitalista — que almejava a construção de uma sociedade socialista para além daquela burocratizada do Leste Europeu — até sua face adaptada a ordem capitalista, a qual consolidou alianças com a burguesia. Embora apregoando rompimento com o neoliberalismo, elaborou uma política econômica que impulsionou o crescimento dentro dos limites do ideário neoliberal, e assim denotou a educação superior como um nicho mercadológico promissor consoante os objetivos dos organismos multilaterais.

No segundo capítulo, expomos em linhas gerais a processualidade do desenvolvimento do sistema metabólico do capital, nas suas esferas universal e particulares. Este empreendimento faz-se necessário tendo em vista a compreensão do local do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, além da dinâmica operacional imperialista operada pelos países hegemônicos do centro capitalista, em especial, a supremacia norte americana. Esse excurso possibilitará compreender a dinâmica do capitalismo dependente e sua educação superior correspondente.

No terceiro capítulo, a análise centra-se na processualidade das ações empreendidas pelos governos do PT sobre a educação superior brasileira. O itinerário analítico realizado na presente pesquisa se debruçou sobre o 1º e 2º mandato de Lula da Silva e o 1º mandato de Dilma Rousseff, logo, qualquer conclusão acerca do 2º mandato de Dilma, ainda em curso, poderá acarretar à um equívoco analítico em termos metodológicos. Destarte, a análise em tela objetiva expor o conteúdo subjacente das políticas de educação superior que foram desenvolvidas ao longo dos doze anos de governos petistas.

2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E SEU CURSO HISTÓRICO NO LIMIAR DO CAPITAL

"Apesar de não em substância, mas em forma, a luta do proletariado contra a burguesia é antes de tudo uma luta nacional. O proletariado de cada país precisa, claro, primeiro de tudo, acertar seus assuntos com sua própria burguesia".
Marx & Engels (2012)

Este capítulo pretende analisar a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua origem, quando surgiu como importante instrumento de luta popular até sua consolidação definitiva como partido da ordem, cujo ápice se dá com a vitória eleitoral de Lula da Silva à presidência da república em 2002. Dessa forma, buscaremos desvelar a atuação deste partido no âmbito parlamentar e da administração do Estado e seu progressivo afastamento das lutas populares.

A rigor, deixamos claro que essa é uma tarefa complexa, pois se trata de um processo político-ideológico ainda em curso e com sérias implicações na dinâmica política nacional e internacional. Nosso objeto neste capítulo é o Partido dos Trabalhadores, um partido de esquerda com origem nas lutas operárias que elegeu como presidente da república um ex-líder sindical num país da periferia capitalista fato que vai na contramão da dominação sociometabólica do capital.

Ressaltamos não ser necessária para a efetivação desta pesquisa uma exposição da totalidade do movimento de fundação do PT até o contexto atual, pois está para além de nossas pretensões, todavia, por se tratar de uma dinâmica significativa na história da luta de classes brasileira, nos debruçaremos, em certa medida, em expor o contexto em que iniciou o processo de fundação do PT como uma organização de oposição aos partidos nacionais e do regime civil-militar, bem como ressaltamos a partir do movimento histórico-social em que se dá este processo.

Neste primeiro momento faremos uma análise, mais concentradas das mudanças programáticas e da posição político-social do PT; buscaremos destacar a partir de uma historicização da relação em que envolve o PT com o Estado, bem como sua oposição ao regime

político e aos governos, para assim, obter bases para analisar o que, de fato, modificou na posição que o PT sustenta na sociedade. Destarte, o professor Valério Arcary (2011) considera ser possível organizar uma análise histórica do PT em cinco momentos, corroboramos com esta ideia, todavia, alteramos em pouco esta ideia em virtude de nosso trabalho buscar empreender uma análise mormente o programa do Partido e posteriormente o governo. Deste modo, sistematizamos nossos cinco marcos históricos da seguinte forma: i) analisaremos o período de 1980 a 1986; ii) neste segundo marco, buscaremos apreender o período de 1987-1988; iii) ademais, verificaremos o marco de 1989-1993; iv) por conseguinte, nos debruçaremos no período de 1994-2002; v) por fim, buscaremos analisar o processo que parte de 2002 com os governos petistas. Nesse sentido, é com bases nesses marcos históricos que será possível empreender uma análise da política socioeconômica dos governos PT no interior do último marco histórico deste capítulo que trata dos governos petistas.

Elucidamos que esta análise é necessária em nossa dissertação, tendo em vista que estamos buscando obter aproximações com a essência e o projeto estratégico das políticas de educação superior implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Portanto, é premente que tratemos desta análise histórico-política do PT.

2.1 Os marcos da história do Partido dos Trabalhadores

2.1.1 De 1980-1986 – da origem ao seu caráter de oposição

Partimos em nossa análise do contexto de 1979[2]. Neste ano uma grande movimentação agitava as estruturas sociais como há tempos não se via na história do Brasil. Com efeito, este período histórico traz consigo fatos essenciais, como por exemplo, a crise do regime civil-militar em seu modelo econômico e político, o surgimento de grandes manifestações em oposição a este regime, e também um panorama internacional de grandes lutas contra o imperialismo, como: o movimento dos guerrilheiros de El Salvador, a Frente Sandinista da Nicarágua que dirigiu a revolução, mas, também havia outro elemento crucial neste período, o início da crise dos países no bloco do Leste Europeu, a ascensão do governo de Thacher e Reagan etc.

[2] Ainda que no título da subseção deste trabalho o período histórico indique o início em 1980, fazemos menção do ano de 1979 apenas para explicitar um contexto em que se deu o movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores, reiterando que apenas na década de 1980 o partido foi legalizado.

Além deste período histórico marcante para a sociedade, em especial a brasileira, nos deteremos agora na *classe-que-vive-do-trabalho* que naquele contexto encontrava-se em um processo de hipertrofia de sua práxis política[3]. Esta classe se via em meio a intensificação da produção ligada às condições de trabalho, jornada e outros elementos; perdas de salários decorrentes dos índices inflacionários, além de um sindicalismo acomodado em sua estrutura, no entanto, no seio dos trabalhadores havia descontentamento e disposição de luta contra o arrocho salarial e a repressão política que culminara nas greves de 1978-1979, abalando os planos da ditadura de perdurar mais tempo no poder. Iasi, de forma louvável explicita esse processo:

> Ocorre que a negação particular vivida cotidianamente por metalúrgicos em São Bernardo é apenas a expressão particular de uma singularidade muito precisa: a forma capitalista de produção sob o envoltório autoritário de uma ditadura. Esta singularidade pode encontrar suas mediações particulares nas mais distintas condições: trabalhadores da construção civil, petroleiros, boias-frias, donas de casa desalentadas com o custo de vida; jovens em guerra contra um mundo que ousa apresentar-se como já feito sem sua opinião; negros massacrados pelo preconceito; artistas tolhidos em sua criatividade pela censura; intelectuais condenados ao silêncio; poetas escrevendo no ar; famílias procurando pelos corpos de seus filhos, maridos e esposas com continentes entre seus abraços exilados; cristãos que veem de novo e de novo milhares de cristos crucificados; crianças subversivamente perguntando: por quê?, pisando no chão sem sapatos, vendo seus pais trabalhando duro no campo por toda a vida para riqueza de poucos; trabalhadores destruídos pelo capital, morrendo envenenados, loucos, prostituídos e violentados; historiadores sem memória escrevendo na carne para depois lembrarem; mortos gritando seus nomes para que não sejam esquecidos (IASI, 2013, p. 366).

Deste modo, com a negação da realidade particular – do operário –, até o encontro da universalidade – o regime civil-militar –, um problema que parecia individual, se revela geral para a sociedade. Suplementamos esta passagem do autor com a contextualização realizada pela carta de princípios do PT, em que retrata bem a realidade em que se deu a fundação do Partido dos Trabalhadores.

> Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a **construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.** Diante da força da greve do ABC, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente,

[3] Sánchez Vázquez (2011, p.232) oferece diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais. Na medida em que sua atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas, sim, grupos ou classes sociais e inclusive a sociedade inteira, pode ser denominada práxis social, ainda que em um sentido amplo toda a prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais (relações de produção na práxis produtiva) e, além disso, porque a modificação prática do objeto não humano se traduz, por sua vez, em uma transformação do homem como ser social" (Vásquez, 2011, p.232).

> enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir. (PARTIDOS DOS TRABALHADORES, CARTA DE PRINCÍPIOS, 1998 p. 26, **grifos nossos**).

A necessidade de "construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 26) expresso na carta de princípios do PT, já era preconizado no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo que aprovou a tese de "Santo André-Lins", que propunha a constituição de um partido oriundo da *classe-que-vive-do-trabalho*:

> Que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. **Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado**, mas que, além disso, e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 48, **grifos nossos**).

Com isso, se dá a convergência dos movimentos da luta contra o regime civil-militar, emergindo a proposta da criação do Partido dos Trabalhadores, legalizado no ano de 1980. Assim, o PT foi instituído no contexto de crise política da ditadura e de sua abertura. O professor Valério Arcary realça que

> [...] não há porque não lembrar que a formação em 1979/1980 de um PT sem patrões, que evoluiu para a influência de massas, rapidamente, nas grandes cidades do estado de São Paulo, liderado por um líder grevista metalúrgico, sem relações internacionais sólidas foi um fenômeno político admirável (ARCARY, 2011, p. 19).

O autor ainda assevera que o PT e Lula da Silva foram subestimados pela mídia e por parcela da imprensa daquele período quando surgiram na vida política nacional em 1980, e não havia preocupação com a dimensão da liderança de Lula da Silva entre os operários metalúrgicos do ABC, assim, possibilitaram visibilidade política que outrora não fora cedida a Luiz Carlos Prestes. Todavia, a mídia e política burguesa em relação ao PT mudaram após a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)[4] em 1983.

---

[4] A Central Única dos Trabalhadores (CUT) se trata de uma organização sindical do Brasil, que foi fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo - SP, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. (Externamente, outros dois fatos tencionaram o 3º encontro petista. Um foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos dias 26, 27 e 28 de agosto em São Bernardo do Campo, SP. Essa Central se tornou a grande referência nacional das lutas políticas no Brasil e, como se sabe, a maior parte de seus componentes eram ligados ao PT. O segundo fato foi à organização do que seria o primeiro comício pelas eleições diretas no país em 27 de novembro, na frente do Estádio do Pacaembu, SP.

Couto (1994. p. 58) empreende uma análise da constituição do PT, análise esta, essencial para nosso trabalho, conforme o autor:

> O Partido dos Trabalhadores surge no início dos anos 80, no bojo da reforma partidária promovida pelo regime militar, a qual reinstaurou o pluripartidarismo no Brasil. O partido diferenciava-se dos demais por tratar-se não apenas de um **partido de origem externa ao parlamento**, [...] mas também por ser um partido de forte enraizamento em organizações preexistentes no âmbito da sociedade civil, muitas das quais se contrapunham não somente à institucionalidade representativa, mas ao próprio Estado. É importante formular esta distinção em virtude das peculiaridades do sistema político brasileiro, em que já tivemos o surgimento de partidos políticos externos ao parlamento, embora profundamente imbricados com o Estado. Foi este o caso do PSB e do PTB por ocasião da redemocratização que marcou o fim do Estado Novo.

De sua gênese até 1986, o PT propagou lutar por "um governo dos trabalhadores" (COUTO, 1994, p. 73). Essa palavra de ordem contemplava concepções oriundas de uma perspectiva de setores católicos, de um lado, e das perspectivas trotskistas, do outro, que combatiam as contradições do mundo do trabalho frente ao capital e ao Estado.

O caráter embrionariamente anticapitalista foi apregoado em discurso proferido pelo líder Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do PT em 1981, "O Partido dos Trabalhadores não poderá jamais, representar os interesses do capital" (LULA DA SILVA *apud* IASI, 2013, p. 376). Esta fala estava em total consonância com as resoluções dos encontros nacionais do partido que iriam ser realizados no marco em tela. Acrescentava-se a isso, a afirmação do caráter socialista[5] que o PT proclamava:

> Desde sua fundação, o PT afirmou o seu compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DO 2º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 98).

Direcionando olhos para o 2º Encontro Nacional do PT, identificamos que este encontro será apresentado uma plataforma eleitoral que buscava organizar o PT para a disputa eleitoral daquele ano. Havia o objetivo de pôr a administração pública, bem como a economia a serviço do povo.

---

[5] No referido marco, além de detectar a relação que o PT mantém com a *classe-que-vive-do-trabalho*, é possível, também, identificar seu caráter de oposição, bem como a busca pelo socialismo, este último, inclusive, tendo destaque nas resoluções dos encontros nacionais do partido, assim, nos parece que seu programa neste período tinha como eixo norteador o socialismo.

Não perdendo de vista os princípios que exaltavam sua busca pela sociedade socialista, o PT reafirma a independência de classe que determina autonomia como tática eleitoral. Além disso, o partido afirma que em todas as suas candidaturas não fará coligação, bem como reitera os riscos do jogo eleitoral, assim afirmando que não "haverá candidatos *no* partido, mas sim candidatos *do* partido", para que assim, o PT possa impedir internamente "o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DO 2º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 98).

De acordo com as resoluções do 2º Encontro Nacional, é possível notar o modo que o PT vê o processo eleitoral naquele contexto:

> O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento de sua estrutura orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos, hoje, pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais, que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos estaduais cerceados pelo governo federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DO 2º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 131).

É possível identificar um forte caráter combativo nessas passagens sobre o processo eleitoral que o PT participara. Destarte, nos resultados das eleições de 1982, o Partido dos Trabalhadores conseguiu eleger oito deputados federais, sendo que seis estavam localizados em São Paulo, um deputado Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro. Elegeu, também, nove deputados estaduais em São Paulo, um em Minas Gerais, um no Acre e um no Rio de Janeiro. Nas prefeituras o PT conseguiu eleger em dois municípios do país, um em Diadema - SP, e um em Santa Quitéria - MA (KECK, 2009).

Lançando olhos para o 3º Encontro Nacional do partido, conforme as resoluções aprovadas, as tarefas foram enfatizadas como questões direcionadas para as finanças do partido, bem como a formação política necessária para os militantes, e ainda fazia menção significativa sobre poder e governos: "Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói". É possível notar a indicação de construir um trabalho de base[6], contudo, era sustentado a premência de um "acúmulo de forças"

[6] Trabalho de base representa uma construção de uma estratégia de lutas a partir de organismos, como: movimentos populares, sindicatos ou, consoante a resolução "conselhos", para que se pudesse efetivar a construção de uma "alternativa de poder popular", pois, constatava-se que a "oportunidade de tomada de poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DO 3º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 153).

(PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DO 3º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 153).

Vale ressaltar que em 1985, de acordo com Iasi (2013) houve, pela primeira vez, no partido, uma divergência envolvendo a bancada parlamentar, ou parte dela, com as diretrizes da direção nacional. Dessa forma, foi realizado o Encontro Extraordinário que serviu para executar uma avaliação acerca da campanha pelas eleições diretas, bem como a posição do partido frente ao Colégio Eleitoral, e a divergência supracitada por Iasi, esta divergência aparece quando alguns parlamentares expressavam a vontade em participar da votação indireta do Colégio Eleitoral.

Neste ponto das resoluções que se apresentam certos aspectos que servirão de alicerce para as formulações estratégicas que se seguirão. As resoluções afirmam que a burguesia e o estado brasileiro não teriam "conseguido resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade e, por isso, apelam para a força repressiva em situações de crise", assim como anunciam medidas paliativas e superficiais que visariam acalmar ou cooptar os setores sociais que se mobilizavam no período (IASI, 2013, p. 151). Entretanto, concluem as resoluções:

> A superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender as necessidades materiais sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 4º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 151).

Nota-se, mais uma vez, o horizonte histórico que o PT se propunha a construir. Contudo, neste documento, ainda na mesma página, é constatado que não há condições para tal ruptura e seguir à construção da sociedade socialista. No entanto, será com o progressivo desenvolvimento da luta de classes e do capitalismo que tornará factível um acúmulo de forças[7] tendo em vista a ampliação dos espaços democráticos, bem como as conquistas sociais.

[7] A política de acúmulo de forças destaca ser necessário viabilizar a unificação de distintos setores, bem como frações das classes que vivem do próprio trabalho em busca de um projeto histórico que representasse o melhor para todos. Parece-nos que o alvo principal desta ação se trata da conquista dos setores médios, pequena burguesia urbana e rural. De acordo com a Resolução 4º Encontro Nacional do PT: "Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais: a) sua organização como força política socialista, independente e de massas; b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; c) ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 4º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 151).

O professor Mauro Iasi empreende uma considerável análise das resoluções do 4º Encontro Nacional, e de forma esclarecedora, assevera o autor:

> A forma da resolução parece, então, indicar que a preocupação com o fato de a consciência da necessidade de uma ruptura socialista não estar colocada para a 'totalidade da classe' diz respeito a outras classes, mais precisamente à pequena burguesia urbana e rural. O mistério se desvanece se lembrarmos que a expressão 'classes trabalhadoras', segundo as resoluções, indica na verdade um 'bloco social', e não propriamente uma classe. Neste bloco estariam presentes os trabalhadores assalariados, mas também setores que vivem de 'seu' trabalho (IASI, 2013, p. 403).

Com efeito, não por acaso que logo em seguida a resolução trata sobre "as alianças". Estas alianças são compreendidas como um necessário movimento para buscar a unidade dos diversos setores dos trabalhadores assalariados que constituem a *classe-que-vive-do-trabalho*. Contudo, a resolução do encontro esclarece que esta aliança estaria circunscrita aos setores médios mais proletarizados e não aos que compõem os setores da burguesia nacional, segundo o texto: "é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES 4º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 253).

A partir do exposto, é possível observar os objetivos do programa do Partido dos Trabalhadores, compreendendo desde sua gênese a necessidade da luta como instrumento essencial para a busca da superação da sociedade de classes, e sua interpretação da dinâmica e dos espaços em disputa na sociedade brasileira, e que mesmo com divergências internas e entraves provindos da dinâmica do capital, o PT neste marco têm como eixo norteador de seu programa o projeto histórico do socialismo, embora não explicite claramente o caráter da revolução brasileira e do socialismo almejado.

2.1.2 De 1987 - 1988 – a oposição intransigente ao governo

No período de 1987 a 1988 ainda decorria uma metamorfose significativa na dinâmica social do Brasil que implicou mudanças na estratégia empreendida pelo Partido dos Trabalhadores, pois o país ainda estava sentindo a transição do regime civil-militar para o liberal-democrático ocorrido em 1985[8], contudo é necessário constar que o PT não deixou de ser um partido de oposição intransigente ao governo. Destacando, assim, os confrontos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e do governo.

[8] Para maior aprofundamento indicamos Codato (2005).

O Partido dos Trabalhadores amadureceu a concepção de efetivar alianças com outros setores da esquerda, pois o PT já se encontrava em hegemonia frente aos outros grupos, dessa forma, os embates empreendidos pelo PT teriam mais apoio. Todavia, por mais que tenha ocorrido no ano de 1987 diversas mobilizações sociais, este ano não ficou marcado apenas nesse aspecto, mas esse ano marcou o início de uma grande ofensiva contra a luta da *classe-que-vive-do-trabalho*, o malogro da tentativa de uma greve geral foi uma grande expressão desse período, decorrendo em uma dinâmica recuada e defensiva do sindicalismo – base crucial do PT.

Estava em curso um processo de desestruturação do poder de mobilização do movimento sindical em seu próprio local de trabalho[9]. Além disso, havia um intenso embate contra a prorrogação do mandato do então presidente José Sarney, bem como uma grande manifestação da população contra a política econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI)[10]. Nas Resoluções do 5º Encontro Nacional[11] do partido ocorrido em 1987, o documento apresenta uma grande posição frente a dívida externa, de acordo com o texto: "Coerente com sua postura de oposição à Nova República e de combate à ação do imperialismo, o PT defende a ruptura com o FMI e se pronuncia contra o pagamento da dívida externa" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 5º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 307). É premente destacar que as greves gerais desse contexto – em sua ampla maioria tiveram como direção a CUT – denotavam em oposição a política econômica do governo Sarney e contra a subserviência ao FMI.

Assim, podemos constatar um período peculiar onde a expressão política da *classe-que-vive-do-trabalho*, e o PT, atingiam elevados pontos de maturidade, ao passo que sua base sindical atravessava um momento progressivo de crise e recuo. Além disso, cabe destacar, nesse

---

[9] A análise desempenhada por Gennari (1999) esclarece que o movimento sindical estava calcado em um tripé: agitação, mobilização e negociação. Todavia, conforma a análise de Iasi (2013, p. 412-413) "A partir de 1985, este estilo começa a encontrar uma resistência muito mais profunda do capital, cujo ápice é a greve da GM em São Caetano (SP). A gerência mundial da transnacional chegou a afirmar, à época, que preferia deixar o país a ceder às exigências dos trabalhadores que ocupavam a fábrica. Diante deste quadro, o movimento sindical tentava formas "inovadoras" de evitar o impasse (operação vaca branca e outras). Paralelamente iniciava-se um decisivo processo de reestruturação produtiva acompanhado de uma política de recursos humanos que tinha por principal objetivo quebrar o poder de mobilização dos sindicatos na base mesmo da produção, enquanto a tomada de organizações sindicais fazia com que a maior parte dos militantes estivesse agora fora dos locais de trabalho".

[10] O FMI naquele contexto era caracterizado como responsável pela dívida externa brasileira.

[11] Iasi (2013, p. 414) nos traz uma boa síntese da essência do 5º Encontro Nacional do PT, consoante o autor: "O 5º Encontro foi marcado pela clara tentativa de dar forma mais definitiva à organização, daí ser um encontro que procurou equacionar os problemas do plano estratégico, apresentou um documento sobre a organização partidária, uma resolução sobre o momento sindical, outra sobre a relação com os movimentos populares, além de uma resolução sobre o funcionamento das tendências internas. Não bastava mais ao novo partido construir sua identidade por contraste às forças externas a ele; era, agora, necessário, acertar as contas internamente".

período, o panorama intrapartidário que o PT vivenciava – como nos demonstra o professor Mauro Iasi:

> Internamente o PT vivia um momento de definição no qual consolidava-se uma força majoritária, agora organizada como tendência nacional, que abria uma clara ação ofensiva contra outras correntes que acusava de agir apenas "taticamente" dentro do PT. José Dirceu, no Encontro Estadual de São Paulo, fez o famoso discurso sobre as "duas camisetas", querendo indicar que alguns militantes escondiam, na verdade, outro partido por debaixo da camisa do PT. Em benefício da verdade, algumas tendências de fato trabalhavam com uma lógica muito próxima à da facção, como, diga-se de passagem, era aceito pelos documentos partidários. Tratava-se claramente do momento em que a organização superava seu "juramento", nos termos de Sartre, na direção de uma organização que exigia a unidade interna contra ameaças que partiam do interior do próprio grupo, corporificada na metáfora das "duas camisas". A "fraternidade-terror" se aproximava, e com ela exigia-se uma disciplina regimental que só poderia ser assegurada pela elaboração de um programa estratégico e tático. (IASI, 2013, p. 414).

Foi nesse cenário que se estabeleceu as novas resoluções programáticas, de acordo com as afirmações deste documento aprovado no 5º Encontro Nacional, proporcionariam ao Partido dos Trabalhadores alçar novos patamares das disputas políticas no Brasil. Todavia, essas resoluções engendraram no interior do partido uma grande disputa entre as tendências do PT que recusavam a nova postura do partido apregoado nas novas resoluções.

O 5º Encontro Nacional do PT[12] desvelou que o partido havia um modo de pensar distinto daquele que outrora lhe deu origem. Houve grandes controvérsias acerca do pensamento político do PT. Nos dizeres de Maciel (2009, p. 165) "houve quem dissesse, e não foram poucos, que o PT traiu suas origens teóricas e políticas adaptando-se a ordem burguesa e à social-democracia". Em verdade, a processualidade deste encontro se revelou como um palco classificado como espaço de disputa política e de agudas tensões.

Keck (2009, p. 308) acrescenta que

> À medida que o partido crescia e ganhava experiência, esses problemas começaram a ser resolvidos. Seu discurso evoluiu ao abandonar a ênfase permanente na organização do trabalho, tornando-se mais abrangente. Na segunda metade dos anos 80, o PT estava muito mais disposto a cooperar com outros partidos, tanto em eleições específicas como em determinadas campanhas políticas. Essa posição foi formalizada no programa político e organizacional aprovado no V Encontro Nacional do PT, em dezembro de 1987. Essa convenção, que os líderes petistas chamaram de *O Encontro do Crescimento*, refletiu a crescente confiança do partido na sua capacidade de desempenhar um papel de primeira importância na política nacional.

[12] Um fato marcante deste evento foi o lançamento da candidatura de Lula da Silva para a presidência da república de 1989.

Neste panorama, o Partido dos Trabalhadores mostrava a ambição de juntar vários setores populares por meio da mobilização e da manifestação de uma alternativa supostamente socialista, carreando toda a centralidade do partido para o plano eleitoral:

> Do ponto de vista do PT, a redução do mandato de Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988, significa a possibilidade de aglutinar, em torno de um Programa de Governo, com candidato próprio, os trabalhadores, os setores populares e **parcelas do pequeno empresariado urbano e rural**, em contradição com a política econômica do governo e os interesses do grande capital, para acabar com a transição conservadora. Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 389, **grifo nosso**).

Era preciso "[...] conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 389). Somente a partir desse momento – na concepção das resoluções – que se poderia executar a conquista do poder. Com isso, nas resoluções, é ressaltada a diferença existente entre a tomada do poder e a verdadeira construção do socialismo a partir das condições objetivas e contraditórias engendradas na sociedade produtora de mercadorias. Esse processo incorporado nas resoluções destaca o caráter anticapitalista do processo que propõe uma ruptura, ou seja, uma transformação radical. Deste modo, para superar o capitalismo e dar o ponto de partida para a construção da sociabilidade socialista

> [...] é necessário, em primeiro lugar, uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 312).

Nessa acepção, seria crucial a *classe-que-vive-do-trabalho* disputar a hegemonia. Vale ressaltar que este processo estaria calcado num Programa democrático-popular[13], tendo em vista agrupar os setores da *classe-que-vive-do-trabalho* bem como da classe média do campo e urbana. Todavia, nos esclarece Maciel (2009, p. 71) "[...] a concretização dessa alternativa pressupunha que o partido tivesse caráter nacional, independente, com amplas bases sociais,

[13] O Programa democrático-popular petista na concepção de Iasi (2013, p. 429) seria "[...] contrapor a impossibilidade da burguesia em oferecer um projeto para o conjunto da sociedade [...], com um projeto capaz de unificar estes setores, em outras palavras, contrapor à impossível hegemonia burguesa uma possível hegemonia popular". Ainda que nas resoluções do partido identifiquem que este programa seria construído pelos trabalhadores assalariados que se incluem – na concepção das resoluções – a classe média urbana e do campo, que para Arcary (2013, p. 17) seria um tipo de "pequena burguesia".

principalmente entre os trabalhadores". Deste modo, o partido estaria executando suas aspirações, na direção da base social para garantir o êxito nos enfrentamentos pelo poder.

As resoluções pretendiam expor o PT como uma organização que objetivava construir o socialismo, assim, deveria se apresentar como alternativa concreta para o governo concebendo um projeto econômico que superasse a depressão econômica que o país atravessava naquele contexto. Contudo, para isso o Partido dos Trabalhadores assumiria meios que possibilitassem expandir sua força para as eleições. Maciel (2009) compreende que para o PT efetivar suas pretensões com o programa democrático-popular na busca pela tomada do poder, leia-se governo, era premente conhecer a capacidade do Estado – refletindo sobre as considerações das resoluções supracitadas – pois, dessa forma, permitiria construir uma política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas e, por isso, ela era "[...] a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural" (MACIEL, 2009, p. 71).

No entanto, o PT que outrora canalizava críticas para o lado externo, isto é, para os setores o qual o partido fazia oposição, por exemplo, o PMDB, a velha estrutura sindical, dentre outros, porém, neste momento com as divergências desencadeadas internamente, as resoluções da direção eram focalizadas para dentro do partido, especificamente os setores que ainda defendiam que o PT necessitava estar calcado em um caráter revolucionário e que classificavam como reformista a política de centralidade no campo eleitoral e de separar as bandeiras democráticas das tarefas socialistas. Esta disputa interna é evidente neste trecho da resolução:

> Muitos companheiros não fazem esta distinção [entre as ações voltadas ao acúmulo de forças e aquelas voltadas para a conquista do poder], não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos consciente e vanguardistas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 395).

A posição do PT a partir do 5º Encontro Nacional acerca das alianças é vista como uma estratégia premente em função do equilíbrio das forças políticas no país. Assim,

> As estratégias deveriam incluir os partidos que se consideravam socialistas, comunistas, ou que se propunham representar os trabalhadores; mas esses partidos deveriam reconhecer também que a frente única classista que engloba todos os trabalhadores assalariados não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. É necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a

> burguesia, estejam dispostos a lutar, com os trabalhadores, pelo poder (KECK, 2009, p. 308).

Vale reiterar, ainda no marco anterior, que o partido via uma impossibilidade em constituir uma aliança com a burguesia, pois estaria em contrapartida com os princípios da autonomia de classe. Todavia, as alianças não se tratavam de princípios, na concepção teórico-programática do partido, se tratava de uma tática necessária a partir do movimento da correlação de forças dos contextos concretos.

Keck (2009) nos auxilia nesta análise quando considera que além destas alianças,

> [...] o partido formaria alianças táticas, tanto no Congresso, como nas lutas sociais, em torno de objetivos de curto e médio prazo. O exemplo dado foi a aliança formada "com partidos progressistas e democráticos" em torno de programas sociais e contra a ala direita da Assembleia Constituinte. O PT ainda propõe-se a representar os interesses dos trabalhadores, dos pobres e dos excluídos. A diferença é que ele não considera mais estar falando apenas a esses setores da população; ele reconhece que, para falar com eficácia em nome desses setores, deve ampliar a sua base de apoio. (KECK, 2009, p. 321).

Com a compreensão da construção de uma aliança tendo como eixo articulador o programa democrático-popular aglutinando setores burgueses para efetivação desta tática, tendo em vista que este movimento foi para equilibrar a correlação de forças visualizando as eleições do ano 1988 que, diga-se de passagem, grandes contradições foram engendradas a partir das conquistas de prefeituras datadas ainda em 1985, como o caso de Fortaleza em que Maria Luiza Fontenelle, então prefeita, deixou o partido. Contudo, em 1988 este processo voltou a acontecer com as prefeituras conquistadas. "Das 36 cidades em que venceu as eleições para o Executivo nesse ano o PT perdeu seus prefeitos em 12; o caso mais traumático foi com certeza o de Campinas, com prefeito Jacó Bittar – até então um dos principais sindicalistas fundadores do PT" (KECK, 2009, p. 325).

Todavia, a conquista mais impactante para o PT, foi a da prefeitura da cidade de São Paulo em 1988, com a candidata petista Luiza Erundina[14] (COUTO, 1994). Além de grandes conflitos internos em função de Erundina ser indicada por um setor minoritário do PT, o partido obteve outros problemas, pois passara a administrar São Paulo com grande déficit orçamentário. Conforme corrobora Couto (1994, p.153).

---

[14] Cabe ressaltar, ainda que de forma passageira, que Luiza Erundina contou com o apoio das correntes petistas trotskistas, bem como o Poder Popular e Socialista (PPS). O inusitado desta história é que, Lula da Silva expressou seu apoio a outro pré-candidato petista, a saber, Plínio de Arruda Sampaio, este último contou com o apoio da burocracia representativa da corrente Articulação. Para Couto (1994, p. 152) "Erundina aparecia como a candidata das bases do partido, contra o candidato da cúpula".

> O PT assumiu uma máquina administrativa em petição de miséria. O maior déficit orçamentário da história do município, fornecedores sem receber há meses, recusando-se a continuar provendo a administração, equipamentos públicos deteriorados, a tarifa de ônibus defasada pela inflação e assim por diante. A petista que na comemoração da vitória eleitoral anunciava o início da revolução socialista se via, de um momento para outro, diante da necessidade de "arrumar a casa".

Assim, com a chegada de Erundina à prefeitura da cidade de São Paulo finalizamos esse marco histórico do Partido dos Trabalhadores, que apesar de serem apenas dois anos, foi o tempo necessário para trazer para o panorama do partido divergências duríssimas acerca das correntes internas do PT. Contudo, foi neste período que a política de acúmulo de forças seria impulsionada mediante o programa democrático-popular para a constituição de alianças com os setores burgueses, visando o equilíbrio das forças políticas e tendo como horizonte a construção do socialismo, contudo, o primeiro momento para a consolidação deste anseio seria conquistar o poder do Estado via eleições.

2.1.3 De 1989 – 1993 – As transformações imbuídas na forma e no conteúdo do Partido dos Trabalhadores

Damos início na análise deste marco histórico discorrendo sobre o mandato da prefeita petista Luiza Erundina, porém nos antecipamos em deixar claro que não temos pretensões de empreender um balanço de seu mandato, somente analisar elementos que nos mostrem, ainda que de forma rudimentar, a contradição que envolveu os petistas do partido e os petistas do governo. Feito isto, daremos continuidade na identificação das mudanças ocorridas nas concepções teórico-programáticas do PT.

Com a execução do mandato de Luíza Erundina no cargo de chefe executivo municipal, o que, diga-se de passagem, representou uma evidente divisão entre os petistas. Os petistas que se engajavam com ela no âmbito governamental, isto é, aliados da prefeita, estariam em oposição à direção partidária do PT. Assim, as divisões internas do PT se ampliavam, ao ponto de serem representadas entre o setor majoritário moderado[15] e os setores minoritários à esquerda, simbolizando, dessa forma, petistas no partido e petistas no governo. Esta clivagem foi acentuada doravante deliberação do Diretório Municipal (DM) do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, o qual nenhum militante do PT poderia acumular cargos na direção do partido com cargo no governo.

---

[15] Corrente *Articulação*.

Contudo, assumir uma prefeitura na maior capital do país, significou para os petistas, essencialmente uma mudança conjuntural.

> De uma atuação junto aos movimentos sociais, reivindicando direitos perante o Estado, em que o Partido se via como o articulador de demandas [...], esses militantes passam a ter de atuar dentro do Estado, não mais encaminhando reivindicações, mas precisando atendê-las. E atender demandas significa, também agregar interesses dos mais diversos setores sociais, não somente aqueles que o Partido procurava representar (os trabalhadores, as "classes populares", os assalariados, etc.). É exatamente este papel agregador – ou seja, de consubstanciar num programa coerente as diversas demandas sociais – que diferencia o partido político de movimento social e dos demais grupos de pressão, cuja função é articular interesses específicos[16]. (COUTO, 1994, p. 155).

O princípio que legitimara as demandas das camadas populares, bem como ao projeto da revolução – inerente a ala petista mais à esquerda que ingressara ao governo municipal – foi sendo desviado para a responsabilidade governamental. Com isso, a prefeita Luíza Erundina compreendeu a necessidade de empreender uma administração municipal e executar suas ações políticas para a lógica da municipalidade, ainda que mediações fizessem parte deste processo, como, por exemplo, sua política teve orientação redistributiva, isto é, esteve em prol de políticas sociais canalizadas para regiões com maior necessidade do município. Este processo engendrou reações dentro de seu governo, tais reações vieram dos setores que a apoiaram e que ainda assumiam de acordo com Couto (1994) uma linha política revolucionária e não reformista. Tratam-se dos trotskistas, o quais foram vagarosamente suprimidos do quadro governamental, assim, alinharam-se à oposição interna do partido à prefeita Luíza Erundina.

Estes grupos se alinharam com o DM instalando um enfrentamento que envolveu o DM e o executivo municipal acerca dos caminhos a serem trilhados pela prefeitura petistas. Portanto, com a conclusão de um ano na gestão municipal de SP, o DM empreendeu uma avaliação sobre a gestão em tela, esta avaliação tecia críticas na gestão petistas, sendo caracterizado um viés "administrativista" exercido pela prefeita Luíza Erundina (COUTO, 1994).

> A necessidade inicial de recuperação da capacidade operacional mínima da Prefeitura pode ter dado origem ao administrativismo, que foi, na nossa opinião, o principal elemento da política implementada neste primeiro ano de gestão e que já criticávamos nas resoluções do 4º encontro municipal do PT [...] Nossa política, portanto, não visa

[16] Assim, complementa o autor: "Além desta mudança de lado no que concerne ao processamento das demandas, os petistas que assumiram cargos de responsabilidade governamental tinham também de zelar pelo aparato governamental com que lidavam. Assim, esta responsabilidade organizacional quanto à máquina administrativa municipal se articulava à responsabilidade agregadora decorrente da necessidade de responder a inúmeras demandas. Digo que se articulava pelo fato de que, embora sejam responsabilidades distintas, elas se complementam. Ora, o governante necessita contar com o aparato governamental para a implementação de suas políticas; este aparato, por sua vez, tem sentido para o governante sobretudo como instrumento para a consecução das políticas (muito embora a burocracia, na realidade, também participe do processo de formulação e decisão de políticas, além de sua mera implementação)" (COUTO, 1994, p. 155).

> sanear as finanças da Prefeitura em detrimento dos serviços sociais [...] Por isso, do nosso ponto de vista, "arrumar a casa" é inverter as prioridades a favor dos trabalhadores [...] Entendemos o administrativismo como a política de acomodação com o poder econômico e político estabelecido na sociedade e com os interesses privados incrustados no próprio aparato burocrático. Pressupõe que é possível governar para todos, indistintamente, ao invés de governar a todos a partir da perspectiva da classe dos trabalhadores, além de supor a neutralidade da máquina governamental. Esta visão superdimensiona os aspectos técnicos e jurídicos da gestão pública e secundariza os aspetos políticos que deveriam estar no centro da nossa ação. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 399).

A partir do exposto, é possível detectar o embate intrapartidário do PT, no que concerne os petistas no governo e os petistas no partido. Ainda, é possível também, detectar elementos que são totalmente contrários do que o programa do partido apregoava, no que toca a construção da sociedade socialista, conforme as resoluções aprovadas do Encontros Nacionais expostas anteriormente. Sendo assim, reforçamos, mais uma vez, que nossa intenção é expor elementos do programa do partido e a contradição com a ação política do PT, o que identificamos como processo de transformação que o partido sofreu. No entanto, é necessário destacar a importância histórica que esse momento – a conquista da prefeitura de São Paulo, bem como os embates engendrados a partir da processualidade do partido no poder da maior capital brasileira – teve para a história e para o programa do Partido dos Trabalhadores.

Com isso, seguiremos analisando o programa do Partido dos Trabalhadores no marco histórico em tela, agora a partir do 6º Encontro Nacional do PT realizado em São Paulo em 1989. Um elemento que merece destaque foi à formalização de candidatura de Lula da Silva para a eleição presidencial deste ano, pois tratava-se de um eixo gravitacional na tática e da estratégia do PT.

A candidatura de Lula da Silva engendrou uma ampla mobilização de massas o que resultou – ainda que temporariamente – num enfraquecimento dos conflitos intrapartidários. Não obstante a candidatura de Lula da Silva estivesse em consonância com o programa democrático-popular "[...] seu caráter de massas abria amplos espaços de intervenção pública para todas as diferentes concepções políticas constitutivas do PT" (COELHO, 2005, p. 85). As "Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo", exibidas pelo Diretório Nacional ao 6º Encontro Nacional do PT elucidava que a candidatura Lula da Silva "está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade". (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 400).

Ainda, na resolução "Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula", era explicitado que no programa da candidatura do Partido dos Trabalhadores denotava um conteúdo socialista não

somente por apregoar que seu governo engendraria “condições para o socialismo”, contudo, porque

> [...] o eixo de seu programa [...] são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 421).

Sem dúvida, se o partido no governo exercesse seu mandato consoante seu programa deliberado nos Encontros Nacionais, provavelmente iria buscar romper com o sistema político nacional, o que na avaliação do PT na época em tela incitaria reações de diversos setores da sociedade que naquele momento não poderiam ser, todavia, confrontadas. Isso seria possível a partir da corroboração das intenções do Partido dos Trabalhadores, conforme o programa do 6º Encontro Nacional:

> Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país. Aplicando nosso Programa, o governo popular impulsionará as mudanças reclamadas pelas maiorias, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 421).

Contudo, é valido ressaltar que apesar do Partido dos Trabalhadores enfatizar em suas resoluções programáticas o objetivo de construir a sociedade socialista, é nítido a presença da política de acúmulo de forças e do programa democrático-popular, como vimos anteriormente quando tratamos das resoluções do 3º Encontro Nacional. Este programa diz respeito à política de alianças com setores da burguesia local a partir da tática da frente popular. O professor Osvaldo Coggiola empreende uma análise acerca desta tática quando desempenhada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)[17]:

> A tática da Frente Popular era mais consentânea com a concepção da revolução democrática burguesa, já que devia contar com uma burguesia nacional. Segundo Orientação Socialista se, na Europa, a Frente Popular era um engano tático, no Brasil era uma “dialética do absurdo”, haja vista a repressão ao movimento operário desencadeada em 1946, proa inconteste da impossibilidade histórica de uma aliança entre a burguesia industrial nacional, a pequena burguesia, o proletariado e o campesinato. Com o colaboracionismo entre as classes sociais, o PCB confundia o proletariado, entregando-o desarmado ao capital. Assim, a burguesia nacional sentia-se mais à vontade para recusar qualquer política social que viesse ao encontro dos

[17] Ressaltamos que há demasiadas diferenças entre o processo vivenciado pelo PCB e o processo vivenciado pelo PT. Contudo, a tática da Frente Popular é emblemática, e é necessária a explicitação desta tática para compreender o movimento programático do Partido dos Trabalhadores em sua essência.

> interesses do proletariado. A política de Frente Popular levava a uma perda do caráter proletário do PCB, transformando-o em instrumento de descaracterização proletária no âmbito da pequena burguesia. Distante da "unidade nacional", o que se processava era a intensificação do conflito oPSR[18] propôs a frente única dos operários e trabalhadores que pressupunha um arco de alianças que quase não ultrapassava a constituição da própria classe operária (COGGIOLA, 2003, p. 259-260).

Assim, caracterizando o que nos parece ser o programa democrático popular, lançaremos olhos ao processo eleitoral para presidente em 1989. De acordo com Reis (2007), o PT empreendeu um programa reformista-revolucionário[19], consolidado a partir do legado deixado por setores mais à esquerda no Brasil. Este programa exaltava bandeiras como: reforma agrária e anulação da dívida externa, entre outras. Assim, a campanha foi planejada com ênfase para o acúmulo de forças, disseminar o programa do PT, e também alçar Lula da Silva como uma grande liderança. Com isso, conforme a resolução, o Partido dos Trabalhadores exerceria um

> [...] governo democrático-popular, anti-imperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, na qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 372).

No entanto, as eleições presidenciais de 1989 foram vencidas pela chapa encabeçada por Fernando Collor de Mello. Contudo, para Ferreira (2011, p. 92) "A derrota de Lula não o alquebrou, tampouco ao Partido, que se configurou como o partido de maior peso no papel de oposição a Collor".

Segundo a análise de Sader (2009) é destacado que, na disputa das eleições presidenciais de 1989, o elemento que definiu o processo não foi a acirrada quantidade de votos, entretanto, o que definiu, conforme o autor, foi a aptidão de Collor de Mello em inspirar uma nova doutrina[20], bem como a falta de compreensão da esquerda em avaliar a qualidade da crise.

Ainda, Collor de Mello orientou, conforme Sader (2009), o novo padrão dominante que se calcava em dois aspectos essenciais: o processo de rebaixamento da qualidade dos serviços públicos, classificados de marajás por serem – na concepção do então presidente –

---

[18] Partido Socialista Revolucionário (PSR).

[19] A tese de doutoramento de Ferreira nos traz uma boa análise acerca deste programa reformista-revolucionário, consoante Ferreira (2011, p. 90-91), "o termo foi cunhado por *Carlo Nelson Coutinho* nos anos 1980, principalmente em dois livros do autor *A democracia como valor universal* e a *Dualidade de poderes e outros ensaios*. Nestes livros, defende a ideia de que a democracia não poderia ser usada como mero expediente tático para a classe trabalhadora. Deveria ser alçado ao fim estratégico supremo. Acontece que para o marxismo revolucionário a democracia não é um valor universal e é um determinado regime político que consagra o domínio parlamentar da burguesia, ou seja, Coutinho foi um dos intelectuais, junto com Francisco Weffort, que deu substrato para o processo de social-democratização do PT, vale dizer, para o seu transformismo no campo das ideias e no terreno programático".

[20] Para Sader (2009), trata-se da doutrina neoliberal que Collor de Mello traz imbuído em seu programa de governo.

privilegiados, e canalizava a responsabilidade para o Estado brasileiro pela crise por intervir nas relações sociais de forma excessiva, assim pondo o Brasil no atraso com um Estado protecionista, impossibilitando-o de se modernizar. O receituário indicado foi: abertura comercial, privatizações, o congelamento dos depósitos bancários e outros.

Concluído o processo eleitoral, temos no plano conjuntural global dois elementos na concepção de Iasi (2013), imprescindíveis que pesaram nos rumos do PT a partir de 1990:

> [...] a derrota eleitoral para Collor e o desmonte do bloco socialista a partir da crise da URSS. O primeiro, num plano mais imediato, abre uma longa reflexão sobre os limites eleitorais atingidos e a suposta impossibilidade de ir além deste limite com a atual radicalidade programática e uma aliança restrita ao campo popular (assalariados e classes médias); o segundo fenômeno coloca o partido na defensiva quanto a suas afirmações estratégicas socialistas. (IASI, 2013, p. 453).

Nesse período o Partido dos Trabalhadores passa por um crescimento institucional. Decorrendo em um processo de acirramento das disputas internas, além de deformações dos espaços democráticos de disputa do partido, isso se expressava com a prática de cooptação de filiados em alta escala para determinar posições mais favoráveis internamente.

Apesar de ser um fato inegável, tais deformações eram embrionárias, correlacionadas como enfermidades decorrentes do crescimento institucional do PT, que na concepção da direção poderiam ser dominadas a partir de medidas administrativas e/ou disciplinares.

Dessa forma, o jogo institucional que já se mostrava complexo o suficiente proporcionou um distanciamento no interior do partido envolvendo a base e a direção partidária. A atuação nos espaços de deliberação e direção já é precisamente mediada pela, conforme o autor

> [...] participação em algum agrupamento, tendência ou bloco político e cada vez menos vinculada a uma real inserção em algum movimento social. Consagra-se a figura do militante profissional, e as possibilidades de "liberação" são disputadas segundo uma correlação de forças definida nos processos de encontros cada vez mais massivos e despolitizados. O controle de postos na máquina burocrática partidária pode ser decisivo para almejar uma vaga na disputa eleitoral, que, por sua vez, abre acesso à máquina burocrática das administrações municipais ou mandatos parlamentares que, pouco a pouco, se convertem nas bases reais da ação partidária. (IASI, 2013, p. 467).

Nessa acepção, com o governo Collor de Mello em curso, é diagnosticado por diversos autores[21] uma mudança na ação política petista acerca do governo e do sistema. Contudo, optamos por partir da constatação do 1º Congresso Nacional do PT, que se tratou de um marco fundamental na história do partido. Este congresso foi realizado em novembro de 1991 em São

[21] *Vide*: Garcia (2008); Arcary (2013); Iasi (2013); Coelho (2005); Gabriel (2011); Maciel (2009); Keck (2009).

Bernardo do Campo (SP). As resoluções que foram aprovadas abordavam novamente as análises acerca do socialismo, o PT e a conjuntura. Portanto, é verificado que a candidatura de Lula da Silva a partir do acirramento do processo eleitoral se trata de uma sinalização para a constituição de uma possível hegemonia nova no país, tendo como direção um governo de viés anticapitalista com aptidão de efetivar reformas econômicas profundas na sociedade. Com efeito, criava-se, assim, um momento político genuíno, logo, vários grupos da sociedade se conscientizavam acerca da política do governo Collor de Mello e de "[...] seus efeitos antipopulares e de seus objetivos a longo prazo, contrários aos interesses do povo e do Brasil" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 601).

O objetivo primaz do PT neste contexto era consolidar a oposição ao governo Collor de Mello, bem como a política econômica empreendida pelo governo em tela e o modo do então presidente, "[...] autoritário, populista, sustentado pela avassaladora propaganda dos meios de comunicação". Destarte, a oposição constituída pelo PT, faria frente ao então presidente Collor de Mello no plano institucional[22], caracterizando espaços em disputa como a sociedade, os meios de comunicação, bem como na "[...] disputa de alternativas políticas e ideológicas em torno dos objetivos de Collor e da questão da ideologia neoliberal, contra o socialismo e a esquerda" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 602).

No contexto do 1º Congresso do PT, o socialismo novamente se apresentava como ponto de pauta, o que mostra que este projeto histórico para o partido até este momento se tratava de um eixo central em seus objetivos. Vale acrescentar que a concepção petista sobre o socialismo estava resumida na frase: "nem socialismo real, nem social-democracia" e a tática para efetivá-lo dizia respeito à disputa de uma hegemonia nacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 602).

O PT apregoava uma jornada para o socialismo distinto do bloco socialista, pois estava comprometido com

[22] Sobre as tarefas institucionais: "Nossa política no plano institucional visa enfrentar o Governo Collor com o objetivo de criar um polo alternativo. Nesse sentido, devemos atrair o PCdoB, o PCB, o PDT e o PSB para uma frente democrático-popular de oposição no Congresso Nacional e nas eleições. [...] Tanto na luta parlamentar como nas eleições devemos apresentar um programa mínimo de defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais dos trabalhadores, particularmente da previdência sociais, saúde, educação e transporte públicos, para fazer frente à recessão e à política privatizante que o novo governo acabará por impor se seus planos forem bem-sucedidos. [...] Outra questão fundamental [...] se dará em torno do papel do Estado e da internacionalização dependente da economia brasileira. [...] o PAG, apresentado por Lula nas eleições de 1989, deve ser atualizado e repensado no novo quadro da economia e do Governo Collor. Nessa linha, têm papel de destaque na oposição ao Governo Collor o companheiro Lula e o Governo Paralelo, lideranças sindicais e populares e personalidades democráticas, [que] se contrapõem globalmente aos projetos de Collor, propagam as alternativas do PT, subsidiam nossa atuação no Parlamento e no movimento social e colocam num patamar político as reivindicações dos movimentos da classe trabalhadora" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1º CONGRESSO, 1998, p. 601).

> [...] a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidade; enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 661).

Nessa acepção, conforme a resolução "para o PT, o socialismo é sinônimo de radicalização da democracia", ou seja, na concepção petista essa perspectiva é qualitativamente distinta dos mecanismos executados nos países do Leste Europeu. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 661). Ressaltamos que a concepção de transitar para o socialismo através da trilha da democracia já constava no 1º Encontro Nacional do PT, contudo, por mais que seja indicado o objetivo de construir a sociedade socialista, o Partido dos Trabalhadores se compromete neste período a se manter nos limites da institucionalidade do Estado. A concepção de democracia enquanto valor máximo, nos explica Ferreira (2011, p. 86), que essa concepção em que "a forma democrática no lugar de ser um regime político que mascara a dominação da burguesia através do sufrágio universal e a existência de instituições representativas, [...] passava a ser o veículo em que deveriam transitar para o socialismo". De acordo com o item 95 da resolução:

> Para o PT, o socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é consubstancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado *socialismo real*. Mais do que a mera afirmação retórica de uma ideia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos socais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Afinal, "**democracia, para nós, ésimultaneamente meio e fim**". Dizer isso implica **recusar toda e qualquer ditadura, inclusive a ditadura do proletariado**[23], que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1º CONGRESSO, 1998, p. 499-500, **grifos nossos**).

A partir desse trecho da resolução já se é possível notar conflitos na concepção do partido acerca da construção do socialismo, ao passo em que nega a experiência soviética, pois

[23] Parece-nos nesse momento haver um equívoco decorrente do real sentido da ditadura do proletariado apregoado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista. Se nos calcarmos a partir do contexto em que se dá este conceito, este tem origem nas barricadas de Paris de junho de 1848 quando o proletariado é massacrado pelo governo republicano. Todavia, Castillo (2014, p. 43) nos traz um estudo aprofundado acerca deste conceito, o autor nos explicita que "A ditadura do proletariado é uma denominação transitória, tem o objetivo de abolir-se a si mesma, deixar de ser um aparato de coerção social e que as tarefas administrativas vão sendo tomadas coletivamente. [...] Nosso fim é o comunismo, uma sociedade sem coerção, sem guerras, que expresse a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade".

compreende como um desmantelamento a partir da privação das liberdades políticas, como também se opõe ao pensamento marxista apregoado no texto político empreendido por Marx e Engels no "*Manifesto do Partido Comunista*" de 1848. Ainda, esse processo de institucionalização acarretou para o partido uma adaptação crescente ao regime político, o que engendrou na ambição para apropriar-se de cargos na máquina burocrática do Estado, decorrendo, deste modo em um processo de metamorfoseamento dos conceitos que outrora tinham constante presença nos documentos do PT como imperialismo, luta de classes, contudo, surgem agora conceitos como participação, cidadania, bem como a legitimação do processo eleitoral como eixo norteador dos embates petistas.

O intelectual petista Emir Sader (2009) admite que o amoldamento à ordem que estava em curso no PT decorreu na mudança de algumas bandeiras essenciais, como o não-pagamento da dívida externa, passando a assumir a bandeira pela auditoria da dívida e a sua suspensão.[24]

Sader considera também, que este processo acarretou duras consequências para a noção do PT acerca do tema do imperialismo enquanto empecilho para o progresso do Brasil.

> Essa nova visão sobre a questão da dívida incorporava outras temáticas, das quais a principal era a abolição do tema do imperialismo. Se a dívida e o pagamento de juros, assim como suas renegociações, remetiam a uma visão da espoliação externa, com cartas de intenção e condicionamentos impostos ao país por instituições financeiras internacionais – como o FMI e o Banco Mundial –, o novo posicionamento do PT abolia a possibilidade de questionar o endividamento e o sujeito externo dele, isto é, a exploração imperial. (SADER, 2009, p. 77).

Como podemos notar a adaptação crescente à ordem por parte do PT trouxe mudanças substanciais na essência do programa do partido, que posteriormente, mais precisamente no governo Lula da Silva esses processos seriam consolidados, contudo, no presente marco histórico não nos cabe tratar deste período. Assim, buscando compreender a lógica da democracia para o socialismo, recorremos mais uma vez, às resoluções do 1º Congresso do partido, o qual o PT buscava constituir a partir da democracia socialista

> [...] uma esfera pública na qual a política não se restrinja a inciativas estatais e institucionais, mas que ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento

[24] Para Ferreira (2011, p.111) esse processo ganhará forças no período da campanha presidencial em 2002, o qual representar em "um pulo para a defesa de honrar os compromissos com os banqueiros internacionais que culminou na Carta aos Brasileiros, de 2002, ou seja, de pagar o serviço da dívida que opera como um dreno para extrair os recursos do País, obstaculizando o desenvolvimento e ferindo a soberania nacional".

> do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 613).

A concepção de socialismo empreendida pelo PT, além do já exposto, que é possível identificar mudanças no programa desde seu 1º Encontro Nacional, faz uma defesa de ajustar planejamento estatal com o mercado orientado socialmente. Na concepção petista apenas tal ajustamento tornaria possível proporcionar um crescimento econômico com distribuição das riquezas de forma equânime, recusando, deste modo, a supremacia do capital no movimento da sociabilidade. No entanto, isto só seria factível caso o estado cumprisse

> [...] uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 618).

Por conseguinte, é realçado que o PT negava

> [...] a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social de troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletiva de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 618).

Nesse sentido, é constatado a pretensão do programa do partido em construir uma sociedade socialista em que o mercado esteja presente, contudo orientado socialmente, mas se o mercado se trata de um elemento da sociedade produtora de mercadorias, em que sua processualidade se desdobra a partir da troca, como esta instituição seria orientado socialmente? Com efeito, são nítidas as mudanças teórico-programáticas petistas ao longo do tempo. Coutinho (2004) realizou uma avaliação acerca das concepções teórico-programáticas do Partido dos Trabalhadores doravante 1980, o autor considerou que para o partido, “O socialismo era cada vez mais apresentado como ideal ético para melhorar o capitalismo e progressivamente foi chegando, pelo menos na maioria, no chamado campo majoritário, à ideia de que o mercado e capitalismo são insuperáveis” (COUTINHO, 2004, p. 87).

Destarte, parece-nos que o partido decidiu pela opção à qual possibilitasse melhorias na vida da *classe-que-vive-do-trabalho* sob a égide do sistema metabólico do capital. De acordo com Antunes (2006) em função das mudanças programáticas que se dão de forma processual, conforme os Encontros Nacionais e Congresso do partido, e das imprecisões em sua atuação

nas atividades de governo, o Partido dos Trabalhadores no curso de sua dinâmica política passou por um transformismo[25].

> O PT sofreu essa tempestade, nos anos 1990, oscilando entre a resistência ao desmonte e a aceitação da política da moderação. Lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, mas aumentava sua sujeição aos calendários eleitorais, atuando cada vez mais no leito da institucionalidade. De partido contra a ordem foi se metamorfoseando em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de Lula em 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o Brasil também se modificava profundamente (ANTUNES, 2006, p. 02).

Além destes aspectos acerca do programa do partido e de toda a metamorfose organizativa que o PT sofrera, este marco traz um elemento de suma importância para a história social e política do Brasil, que foi o período em que se deu o *impeachment* de Collor de Mello em 1992. O qual o partido fez oposição e integrou o movimento *pró-impeachment*, ainda que de acordo com alguns autores[26] o PT não tenha sido entidade dirigente deste movimento[27].

Deste modo, finalizamos este marco, ressaltando que se tratou de um período o qual o Partido dos Trabalhadores apresentou sua face mais moderada a partir do seu programa exposto no 1º Congresso do partido. Mas é preciso destacar as mediações que se dão o transformismo petista, pois, por mais que neste período pode-se constatar um processo de ressignificação do socialismo, o qual sua efetivação se daria mediante a radicalização da democracia, o fortalecimento do programa de Frente Popular, a metamorfose organizativa acerca das filiações dos militantes em função do acirramento interno entre as tendências do partido, etc. No entanto, o partido ainda possuía um elemento imprescindível a "independência de classe", muito embora este elemento crucial desta organização que representava da *classe-que-vive-do-trabalho* venha à se extinguir posteriormente.

2.1.4 De 1994 – 2002 – Oposição parlamentar

Neste marco histórico buscaremos expor o trajeto em que se deu a preparação do PT para conquistar as eleições no governo federal no ano 2002. Para tal feito será necessário buscar compreender, de forma sintética, as disputas eleitorais em que obteve derrota para o candidato

---

[25] Em virtude de ainda estarmos no meio do processo de transformismo petista, não nos debruçaremos nesse momento no desenvolvimento desta categoria.
[26] Arcary (2013); Garcia (2008); Iasi (2013).
[27] Em 1992, a direção nacional do PT expulsou duas correntes trotskistas: a causa operária e a convergência socialista, esta última fundou em 1994 o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Este fato se deu em função dos grandes ataques que o governo Collor de Mello empreendeu sobre a população brasileira e estas correntes internamente decidiram apoiar a campanha "Fora Collor", o que para Garcia (2008) foi em contraposição a decisão da direção nacional do partido, contudo, com os acontecimentos atingindo demasiados setores sociais o PT passou a construir também este movimento, entretanto sem ser liderança do movimento.

do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Buscaremos também continuar na trilha do programa do partido a partir de específicas resoluções aprovadas nos encontros nacionais do referido marco.

Identificamos que após o 1º Congresso Nacional do PT, de certa forma, não houve uma mudança significativa na direção em que seguiria o partido, todavia, deu seguimento naquilo que já vinha sendo buscado pelo PT, isto é, uma organização vigorosamente identificada com a *classe-que-vive-do-trabalho*, à qual buscava efetivar a construção da sociedade socialista mediante reformas de cunho democrático e popular, contando ainda com a política de acúmulo de forças, este acúmulo dizia respeito aos os movimentos sociais e o sindicalismo, além da determinação em ocupar cargos institucionais por intermédio das eleições.

O malogro do governo Collor de Mello que culminou em seu *impeachment*, possibilitou o PT lançar olhos, novamente, na disputa das eleições para presidente. Assim, foi deliberado fazer oposição ao, agora governo Itamar Franco[28] e à forma como eram implementadas as medidas do ideário neoliberal herdadas do presidente antecessor.

Neste curso histórico, é realizado o 8º Encontro Nacional do partido, o qual detém relevância substancial em nossa análise, logo, no contexto do Encontro houve uma dissensão interna significativa no partido. Foi considerado por alguns setores do PT que o motivo das últimas derrotas no âmbito eleitoral decorreu do caráter limitado das alianças realizadas pelo partido, obtendo um caráter de classe circunscrito aos setores populares e médios, estando de acordo com as resoluções aprovadas nos encontros oficiais do partido, o que na concepção desses setores condicionava em uma posição demasiadamente radical o que se mostrava como empecilho para uma vitória nas eleições para presidente, pois esta política impossibilitava um crescimento eleitoral. Com efeito, asseveravam na necessidade de uma moderação programática do PT a partir do alargamento da política de alianças, o que envolveria partidos de esquerdas que já vinham compondo a base governista (PCdoB e PSB) e os de oposição como PDT e o PMDB.

Iasi (2013, p. 454) considera que houve uma transmutação na política de alianças, o que antes se restringia aos setores de classe, agora passa a alcançar partidos de oposição ao próprio PT, o autor observa "[...] que o raciocínio sobre alianças claramente se deslocara da conformação das classes para o reino das siglas partidárias". Desde as resoluções do 4º Encontro Nacional é possível notar a aproximação de setores da classe média. No entanto, núcleo central

[28] Cabe ressaltar – a título de ilustração – que esta deliberação foi desrespeitada pela então, nesse período, deputada Erundina para se aventurar como ministra-chefe da secretaria da administração federal.

da classe média, como os pequenos empresários não entravam em sintonia com a lógica do PT de apregoar uma proposta de transição de regimes políticos para o país. Contudo, a partir do processo de moderação ao qual o partido vivenciou neste período, este núcleo busca ampliar a política eleitoral do PT a partir das alianças com partidos de oposição ao próprio partido.

O objetivo de conquistar as eleições para presidente como eixo estratégico é determinado neste Encontro Nacional, como podemos perceber abaixo:

> O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquista-lo a partir de uma base popular e de uma maioriaeleitoral, são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 647).

O programa do partido está claro, para construir o socialismo nos moldes democrático-popular distinto do socialismo real é preciso conquistar o poder do governo federal do Brasil. O que antes era visto como bandeiras reformistas, passam à ser incorporado no programa do PT – ainda que hajam posições internas contrárias à esta perspectiva – o que nos parece que os limites da ordem capitalista moldaram o PT à sua lógica.

Ao longo dos anos, são nítidas as transformações no programa do partido a partir da forma e do conteúdo que se apresentam nas resoluções aprovadas nos Encontros Nacionais do partido. Todavia, são nas campanhas eleitorais, que as transformações se tornam mais evidentes socialmente doravante o desencadeamento da política de alianças que advém da lógica do acúmulo de forças empreendida pelo partido. Contudo, "a campanha de 1994 ainda foi realizada sob o impacto da campanha do *impeachment* de Collor, que colocou amplos setores da população nas ruas, encabeçados pela juventude, e sob os ecos da eleição de 1989, quando Lula esteve a um passo da vitória" (GARCIA, 2008, p. 123). O PT nessa conjuntura esteve a par desse processo, assim, manteve seu discurso posicionado em oposição à política neoliberal, o que é ratificado a partir das resoluções do 9º Encontro Nacional:

> O cinismo da classe dominante atinge seu limite máximo quando, praticamente, todos os meios de comunicação de massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações, que traz desemprego e fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo da inflação; e tudo o mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declina nos países ricos. [...] para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito das categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abordado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na FIESP, na FEBRABAN e em certos ambientes de imprensa. Nós ganharemos junto ao povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 597).

Contudo, o Partido dos Trabalhadores não obtivera êxito na disputa para presidente em 1994, o qual teve como vencedor a chapa encabeçado por Fernando Henrique Cardoso. Deste modo, em 1995 ocorreu o 10º Encontro Nacional do PT, foi realizado um balanço acerca da disputa da eleição presidencial do ano de 1994. Vale destacar que neste encontro foi aprovado a política de alianças com os partidos que davam apoio ao governo Cardoso, contudo, havia a mediação aprovada no 9º Encontro Nacional: "As alianças fora do campo democrático-popular serão avaliadas e aprovadas ou não pela direção estadual respectiva, levando em consideração a realidade local e as resoluções políticas do Partido em nível nacional" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 632).

Todavia, no 11º Encontro Nacional, a resolução que abordava o conteúdo acerca da política de alianças, foi mais maleável do que no encontro precedente: "A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com PSB, PCdoB, e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 661).

Segundo Sader (*apud* FERREIRA, 2011, p. 87), na campanha para a eleição presidencial de 1998,

> [...] o PT e Lula – embora o País atravessasse uma crise motivada principalmente pela escolha que o Plano Real impôs ao Brasil, a captação de recursos externos para manter o balanço de pagamentos e as altas de juros que elevaram a dívida pública – mantiveram uma indefinição em relação ao Plano Real e Lula não fez uma crítica a ele para não ser identificado com uma imagem de crise e catástrofes. Sua campanha nesse sentido, [...] não teve densidade e sequer foi um projeto que se apresentasse como alternativa ao modelo neoliberal e Lula aparentava passividade ante o novo consenso (SADER *apud* FERREIRA, 2011, p. 87).

Para o intelectual petista Sader (2009), o eixo central do aspecto transformista petista aconteceu com a aceitação do Plano Real no governo Cardoso. O Plano Real propiciou grandes transformações no plano econômico e social do Brasil, logo, o seu clamor por privatizações, abertura comercial, remoção dos direitos sociais, desemprego crônico, falência de pequenas empresas, revigorou extraordinariamente o capital financeiro, o que levou a uma modificação não apenas nas relações estabelecidas entre classes, contudo, abalou profundamente o funcionalismo do Estado (SADER, 2009).

Deste modo, se aproximando com as eleições para presidente da República do ano de 2002, lançamos um olhar para a campanha do partido, o que evidencia uma transformação estrutural de seu programa. De início, o Partido dos Trabalhadores a partir da "Coligação Lula Presidente" organizou seu programa de governo para o Brasil composto de elementos que vão

em contraposição de tudo aquilo que fora apregoado nas concepções teórico-programáticas do PT ao longo dos seus encontros nacionais. Com efeito, esse processo se dá com o abandono do discurso em prol do desenvolvimento nacional o qual visava desenvolver o capital produtivo brasileiro, assim a candidatura de Lula da Silva vai expandindo suas alianças para assegurar amparo de setores do capital financeiro, realçando sua submissão às requisições dos pactos engendrado com setores financeiros, bem como políticos com os organismos multilaterais do sistema de capital.

Assim, em junho de 2002, na "Carta ao Povo Brasileiro", Lula da Silva aponta para a urgência do país romper com a política econômica e social neoliberal que esteve em vigência no governo Cardoso. Conforme a Carta, este rompimento seria efetivado a partir de um pacto envolvendo as classes sociais, o qual iria proferir "crescimento econômico com justiça social". Ainda que chamasse a atenção para o rompimento com o neoliberalismo, a Carta reitera que o princípio dessa transformação será "naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela superação" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 91).

Por conseguinte, os acordos estabelecidos no governo Cardoso irão ser honrados, tendo em vista a garantia de crédito da política econômica internacional no governo petista, no que toca os mercados internacionais: "Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 91).

A campanha para a eleição presidencial do ano 2002 se deu em uma conjuntura favorável em função da carência de popularidade do opositor, José Serra, candidato do PSDB, bem como o desgaste do governo Cardoso. Na análise de Ferreira (2011, p. 101), "[...] os adversários enganaram-se, pensando que Lula estava fadado à derrota e o menosprezaram, passando à troca de farpas entre si; enquanto Lula crescia às suas costas, eles definhavam [...]".

O autor ainda considera que não foram apenas eventuais fatores que possibilitaram a chegada de Lula da Silva ao governo federal, todavia,

> [...] o PT já vinha se preparando profissionalmente para a campanha de 2002. Para tanto, **amealhou recursos consideráveis por meio do financiamento de campanhas** e abrandou seu discurso político, processo que já vinha em curso desde 1994, mas que, em 2002, alcançaria um novo estágio com a Carta aos Brasileiros (FERREIRA, 2011, p. 101, **grifos nosso**).

Deste modo, constata-se uma nova perspectiva na campanha eleitoral de Lula da Silva, que buscou desenfreadamente obter uma nova roupagem política bem como se desvincular de seu passado como sindicalista radical.

Outro elemento que se mostrara a contradição do PT deste marco com aquele da década de 1980, se trata do financiamento da campanha eleitoral, logo, após as eleições presidenciais de 1989[29] o Partido dos Trabalhadores se submeteu à lógica do mercado eleitoral a partir de sua política de acúmulo de forças. Contudo, a partir das eleições de 1994 o PT obteve financiamento em sua campanha de pessoa jurídica conforme o ofício de prestação de contas de campanha de 1994. O montante investido na campanha petista esteve por volta de R$ 500 mil. Este cenário também esteve presente na campanha de 1998, contudo, com a aposta do Plano Real o candidato Cardoso obteve um montante de recursos superior ao canalizado ao candidato petista (GARCIA, 2008).

Na concepção dos empresários, o recurso canalizado na campanha de algum partido representa investimento e qualquer investimento pressupõe retorno a quem investiu. Ao abandonar os métodos tradicionais de captação de recursos, o que representava a independência de classe do Partido dos Trabalhadores a partir de seu autofinanciamento, por meio de vendas de *botons*, rifas, ações entre amigos, dentre outros, segundo Garcia (2008, p. 12) "o PT entra no jogo pesado dos grandes investidores de campanhas, que acabam obrigando a descaracterização do partido através do marketing eleitoral e da imposição de compromissos que garantam o retorno de seus investimentos". Com isso, para as campanhas para presidente de 2002 e 2006 o Partido dos Trabalhadores recebeu subsídio superior a R$ 500 mil em cada, investimento esse provindo dos setores mais engajados da burguesia brasileira, o Banco Itaú é um bom exemplo (GARCIA, 2008).

Dessa forma, concluímos esse marco histórico, o qual trouxe elementos cruciais para a lógica da política de alianças, bem como o financiamento das campanhas eleitorais o que suprimiu a independência de classe do Partido dos Trabalhadores, isto decorreu em função do anseio desenfreado para conquistar o controle do governo federal. No marco seguinte trataremos do governo Lula da Silva, identificando as linhas de continuidade com a transformação que o PT sofreu ao longo de sua história.

2.1.5 Período após 2002 os governos petistas

[29] Até 1989 o PT não aceitava investimentos de pessoas jurídicas, pois levava a cabo sua independência financeira, tendo comprometimento com a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Este marco propõe empreender uma breve análise do governo Lula da Silva e Dilma Rousseff, para que assim seja possível compreender os caminhos que levaram as decisões do governo petista acerca da política de educação superior, no que toca a reforma universitária empreendida por seu governo. Para tanto, nos debruçaremos ilustrando algumas características do governo em tela, bem como a atuação dos movimentos sociais no bojo da gestão Lula da Silva, contudo, na subseção deste marco, buscaremos tratar a política socioeconômica desempenhada em seu governo.

A vitória nas eleições de Lula da Silva engendrou um sentimento de esperança de grandes mudanças que estariam por vir em seu governo. Não obstante, é importante frisar quais forças políticas saíram derrotadas e quais saíram vitoriosas com o governo petista em curso, além de detectar os efeitos para o cenário político.

Na contramão das perspectivas positivas acerca do PT, a vitória de Lula da Silva, não representou a vitória de um programa que fez oposição ao modelo político e econômico neoliberal, tão criticado nas campanhas eleitorais, realçando também a frustração para a esquerda por desvelar um governo sem perspectiva anticapitalista, perspectiva essa, presente tanto nos princípios do partido, bem como em seu programa. Del Roio (2004) empreende uma avaliação acerca da decepção da vitória petista para os setores da esquerda socialista/comunista do país:

> De fato, prevaleceu a ideia de que o governo Lula significava um deslocamento, ainda que insuficiente e parcial, na correlação de forças em favor da esquerda e das forças populares, mas que possibilitaria fazer desse governo um terreno de disputa política frente às classes dominantes. O equívoco dessa avaliação, observando o aprofundamento do regime neoliberal, redundou não na vitória da esquerda, mas em profunda crise e derrota, assim como do próprio movimento operário e popular, que se é fraturado e decapitado, de modo que a refundação do movimento socialista dos trabalhadores se repõe com urgência. Uma urgência tão grande quanto grande é o número de dificuldades a serem transpostas (DEL ROIO, 2004, p. 70).

O autor ainda destaca que, apesar do surgimento do PT no seio do movimento operário, o partido se mostra no governo como representante de uma burocracia do sindicalismo que visa pontos de confluências factíveis com todas as frações do capital. Na concepção do autor:

> De todo modo é o novo "contrato social" na prática, precisamente aquele no qual o processo de acumulação tem que caminhar, procurando forjar e conquistar novos sujeitos sociais e políticos, mas sempre que sobremigalhas para a crescente massa de expropriados, até mesmo da dignidade e do direito ao trabalho. (DEL ROIO, 2004, p. 80-81).

Nessa acepção, a constituição dos ministérios simbolizou bem o anseio de efetivar o mencionado contrato social, assim foram apontados nomes provenientes de diversos setores da

sociedade. Contudo, a burocracia petista tende a prevalecer, constatando, dessa forma, a ocupação de cargos estratégicos por indivíduos que representavam o capital financeiro e o setor da agroindústria, cargos como o Ministério da Agricultura e o Banco Central.

Ademais, a base parlamentar do governo petista, foi sistematizada com vistas em uma forma ampla que comportasse os componentes da aliança petista. Assim, o governo de Lula da Silva formou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, o qual obteve representação de diversos representantes dos anseios da sociedade, este conselho, na concepção de Del Roio, representava "[...] uma obra de escancarada intenção corporativa, que pouca relação tinha com a realidade social do País" (DEL ROIO, 2004, p. 81).

Ainda, cabe acrescentar que, mesmo com a conquista do poder – leia-se governo – a gestão petista, na análise de Reis (2007)

> [...] se limitou a propor as reformas já enviadas à consideração do Congresso por FHC (reformas da previdência e tributária). Na saúde e na educação setores considerados prioritários pela tradição nacional-estatista, não houve nenhuma iniciativa importante, decepcionando expectativas e esperanças. O ministro da educação, Cristovam Buarque, ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-governador de Brasília, experiente na área, e de quem se esperavam propostas ousadas, nada fez, ou propôs, ou realizou de significativo, além de formular sugestões como se ainda estivesse na Oposição. Foi de uma inapetência emblemática, mas não isolada. Era como se o PT e governo tivessem assumindo o poder sem um programa, sem propostas concretas, que reformassem o país numa direção determinada, ou em qualquer direção. Prevalecia, na maioria das áreas, com a honrosa exceção da política externa, uma perspectiva de gestão – sem imaginação, nem audácia. A base política do Congresso era assegurada por uma estranha aliança com os partidos fisiológicos ou francamente conservadores. (PTB, PL e PP) (REIS, 2007, p. 523-524).

No entanto, é preciso caracterizar a relação desse processo do governo petista com os movimentos sociais, logo, ainda que o Partido dos Trabalhadores tenha nascido no seio das lutas operárias, como fica esse vínculo quando o governo Lula da Silva se mostra mais do mesmo contribuindo para a manutenção da ordem capitalista brasileira.

Destarte, a forma da ação que o governo Lula da Silva desempenhou, engendrou uma postura de pouca resistência destas organizações, pois os integrantes dos movimentos sociais foram favorecidos – de modo individual – pela administração do PT, o governo, dessa forma, se mostrou aberto a negociações. Consoante Vieira (2013), o governo Lula da Silva buscou transferir aos movimentos sociais uma fisionomia de espaço para diálogo, a partir das conferências realizadas que contou com a participação destes movimentos. Todavia, a autora realça que participação nas conferências e decisão política são dois polos distintos, logo, o governo petista concedia apenas aquilo que considerava favorável para seu governo.

Neste preciso sentido, com as negociações em desdobramento a militância dos movimentos tendeu a se calar, logo, optaram por aguardar os benefícios provindos do governo federal, pois acreditavam que seria o máximo que conseguiriam, assim, afastavam-se das mobilizações de ruas e os enfrentamentos contra as injustiças e as ações truculentas e coercitivas.

Constata-se, assim, um conjunto de condicionamentos que acarretaram ao apassivamento dos movimentos sociais – pelo menos na maior para dos setores de organização de luta da *classe-que-vive-do-trabalho* – frente ao governo Lula da Silva. Consoante Benjamin (*apud* DEMIER, 2003), no começo do governo PT, além do apoio da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Partido dos Trabalhadores, o programa Fome Zero com sua distribuição de cestas básicas, em certa medida, tornava explícito a tentativa de cooptação do MST. Lançando olhos sobre esse processo, Vieira nos traz uma análise bastante coerente quando se arrisca em afirmar que

> [...] o programa Bolsa Família passou a cumprir esse papel de neutralização dos conflitos no campo. Some-se a isso, a concessão de poucos assentamentos e de subsídios que se restringem à produção da soja e de produtos que servem ao programa de biocombustível – o que, aliás, torna as produções monoculturais e compromete a proposta de soberania alimentar defendida pelo MST (VIEIRA, 2013, p. 56).

Porém, com os mandatos do governo Lula da Silva findando constata-se que a esperada Reforma Agrária não foi implementada. Nessa acepção, o MST fica dividido entre um grupo de oposição e o grupo de apoio ao governo. Cabe acrescentar que um setor do MST externou críticas à política agrária implementada pelo Partido dos Trabalhadores, afirmando que o agronegócio é um substancial obstáculo na efetivação da Reforma Agrária.

O processo utilizado nos governos Lula da Silva foi totalmente distinto do utilizado no governo Cardoso, pois este último fazia uso de ações coercitivas para deter e desmobilizar os movimentos sociais, ao passo que Lula da Silva fez uso da cooptação. Contudo, é preciso deixar claro que o uso de repressão, bem como criminalização dos movimentos sociais estiveram presentes no panorama sociopolítico do país[30], mas o PT compreendeu que o processo de cooptação dos dirigentes dos movimentos sociais é mais eficiente do que o ato coercitivo, pois a cooptação leva os movimentos a apoiarem a ordem, pois se algumas demandas estão sendo atendidas, se a ordem for abalada haverá um recuo podendo ir em detrimento de suas demandas.

---

[30] Alguns exemplos de coerção podem ser constatados na ocasião da greve dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência, em 2003, e na repressão às manifestações de estudantes universitários contra o REUNI, em 2007/2008.

Realçamos que nessa processualidade não foi extinta a resistência dos movimentos sociais, entretanto, houve grandes embates por parte de um setor minoritário do sindicalismo[31], pois o setor majoritário do movimento sindical esteve vinculado à CUT, que na esteira do governo Lula da Silva executou o ofício de linha auxiliar do governo petista no interior da *classe-que-vive-do-trabalho*, o que continuou no governo Dilma Rousseff. A colocação da direção da CUT é de colaboração com o governo petista. Sendo, por sua vez, que a Central Única dos Trabalhadores nasce enquanto uma crítica radical à vinculação entre o movimento sindical e o Estado, por ironia da história, esta entidade transformou-se em entidade intimamente atrelada ao governo PT.

Parece-nos que o Partido dos Trabalhadores faz uso de uma falsa bandeira progressista, quando seu líder máximo Lula da Silva desempenhou qualitativamente a função de sustentador da ordem hegemônica. O governo Lula da Silva empreendeu um papel mais estratégico do que os governos que antecederam, precisamente por contribuir significativamente para desmobilizar os movimentos sociais. O governo Dilma Rousseff segue na mesma direção.

Consoante Lesbaupin (2010), o governo petista "[...] conseguiu, em boa parte, seu intento de colocar como limite máximo de utopia as mudanças dentro dos quadros do capitalismo. Muitos, nos movimentos, contentam-se com as pequenas conquistas obtidas" (LESBAUPIN, 2010, p. 01). O partido que surgiu no sentimento de luta da *classe-que-vive-do-trabalho* do país, ao conseguir atingir uma meta que já vinha sendo planejada pelo programa do partido, contribui de forma substancial para intensificar a crise que os movimentos sociais já vinham confrontando com os governos anteriores. Por mais que o PT tenha advindo dos movimentos sociais, o mesmo faz uso deste fato para efetiva a cooptação destes movimentos para torná-los submissos ao regime vigente.

Portanto, além da intervenção sobre os movimentos sociais, o governo Lula desempenhou uma política econômica a qual, nos parece que desvela, em grandes proporções, a real face do Partido dos Trabalhadores após todo o processo de metamorfoses que esta entidade sofreu ao longo dos embates e da busca da construção da hegemonia através das eleições que, diga-se de passagem, evidenciou sua integração ao sistema capitalista. Sendo assim, trataremos de analisar esse elemento crucial para obter uma compreensão mais consistente dos governos petistas.

---

[31] Podemos ilustrar esse panorama com as entidades sindicais: Central Sindical Popular Conlutas e a Intersindical, logo, essas entidades constroem uma oposição a CUT, bem como ao governo petista, isto é, federal.

2.1.5.1 A política econômica e o fenômeno da hegemonia às avessas do PT

Esta subseção busca desempenhar uma análise da política econômica dos governos petistas. A análise deste elemento concretiza, assim, o total rompimento com as concepções teórico-programáticas apregoadas desde a fundação do Partido dos Trabalhadores. Verificar a política econômica do governo Lula da Silva é crucial para compreender as bases para a reforma universitária implementada em seu governo e que teve continuação no governo Dilma Rousseff.

Deste modo, a política econômica dos governos PT já recebe críticas desde o primeiro mandato de Lula da Silva, no que concerne a um agregado expressivo de economistas que se contrapunham à política macroeconômica do governo Cardoso. Na linha de raciocínio desses críticos, a fórmula admitida por Lula da Silva expressa o *mais do mesmo*, ressaltando, a recordação da gestão macroeconômica aplicada pelos organismos multilaterais findando a década de 1990, organizada na articulação de três elementos: superávits primários estrondosos; câmbio flutuante e; juros elevados. Coutinho (2003) afirma que a concessão de autonomia formal ao Banco Central representaria um tipo de consagração determinante dessa fórmula, ao privar do governo a envergadura de organização da política econômica e completar a submissão à noção de *credibilidade.*

A conquista eleitoral da Frente Democrática e Popular em 2003, que teve como direção o PT, engendrou a perspectiva de que possuiria um rompimento com o padrão neoliberal, que teve início do seu processo de aplicação no Brasil a partir dos anos noventa. A mudança de direção criaria um procedimento ativo de avanço econômico tendo em vista que o espectro ideológico-político do PT era centrado na esquerda. Completando10 anos de governos PT, após os mandatos de Lula da Silva e no decorrer do mandato de Dilma Rousseff, o partido dos trabalhadores divulga um balanço dos 10 anos de governo e ressalta o rompimento com o modelo neoliberal (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013). O ponto chave seria que os governos do PT teriam promovido uma ruptura com o modelo neoliberal e, estaria, por sua vez, implementando o (neo) desenvolvimentismo[32] e, por conseguinte, a despeito do comportamento

[32] Boito Júnior e Berringer (2013), empreendem uma análise deste conceito que os petistas utilizam para apregoarem o rompimento com o neoliberalismo, contudo, esta política econômica é desenvolvida nos limites do neoliberalismo de acordo com a análise dos autores em tela: "O neodesenvolvimentismo se trata de um desenvolvimentismo na época do capitalismo neoliberal, e ainda, porque esse programa busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso: (*i*) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda

econômico, no período 2003-2012 teria sido o "decênio que mudou o Brasil" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 8-17).

Os governos petistas conferem os bons resultados da economia nacional ao rompimento com a política econômica que a precedeu e, incluindo, com o modelo econômico até então vigente – rompimento este que teria sido realizado doravante o segundo mandato de Lula da Silva. Conforme a concepção dos petistas[33], no primeiro mandato de Lula da Silva, em função da herança deixada dos governos que o antecederam e da premência de administrar os entraves decorrentes, a política econômica efetivada foi, no tocante, a mesma do governo Cardoso. Todavia, findando o ano de 2006, o Brasil teria começado o ciclo virtuoso de crescimento da economia, o que daí decorre o dito neodesenvolvimentismo: crescimento econômico com maior distribuição de renda (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Abre-se com o ciclo expansivo da economia internacional um período extremamente favorável as exportações, notadamente de *commodities*, que alivia a pressão sobre o governo acossado pelo escândalo do mensalão e desgastado com sua base tradicional. Para Leher (2011a, p. 212),

> A compreensão do governo brasileiro – feita em nome do bloco do poder dominante – é a de que o Brasil teria uma oportunidade de crescimento se aproveitasse o nicho das *commodities*. Na narrativa hegemônica, a consolidação de setores econômicos intensivos em recursos naturais associados ao capital hegemônico e às suas corporações é concebida como algo positivo, pois reacenderia a esperança do "desenvolvimentismo".

Vale destacar seis distinções. O neodesenvolvimentismo acarreta:

> [...] (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo

---

que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (*ii*) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juros subsidiada das grandes empresas nacionais; (*iii*) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (*iv*) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. Mais recentemente, o governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo a encarecer os produtos importados. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão (neo) desenvolvimentista para denominar esse programa" (p. 78).

[33] Filgueiras traz um debate sobre as concepções acerca da política econômica brasileira, estas concepções, por sua vez, formam um panorama: 1) visão petista; 2) visão da ala à direita; 3) visão da esquerda. Para aprofundamento, vide (FILGUEIRAS, 2010).

> desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista (LEHER, 2011a, p. 32).

Estas seis propriedades, encontram-se diretamente interligadas, desempenhando no neodesenvolvimentismo um projeto com menor ambição que o seu antecessor, e por sua vez, essas características surgem, pois, o neodesenvolvimentismo representa uma política de crescimento econômico factível no interior dos limites dados pelo padrão neoliberal. As parcas taxas de incremento do PIB são as taxas aceitáveis para um Estado que possibilita lançar mão do investimento para deixar a dívida pública rolar; é atribuído ao mercado interno o papel de menor relevância em virtude da manutenção da abertura comercial; com a função primário-exportadora sendo reativada, se torna a opção de incremento exequível para uma política econômica que não busca anular a investida que o imperialismo efetivou contra o parque industrial brasileiro; e essas atribuições evitam ou desanimam uma política social intensa.

Se focarmos sobre a questão do ajuste fiscal[34], tendo em vista a meta dos governos petistas na efetivação do pagamento da dívida pública com a garantia de *superávits primários* – economia para pagar os juros da dívida pública – é possível constatar desde os governos Lula da Silva à Dilma Rousseff a implementação de medidas e reformas que em nada favorecem a sociedade brasileira. Todavia, com políticas focalistas de cunho assistencialistas servem para amenizar os nervos da população, tornando atual o velho discurso de McNamara (*apud* LEHER, 1998, p. 26) na condição de presidente do Banco Mundial (BM), onde afirmava: “as pessoas pobres do mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão furiosas”.

Se é verdade que um dos principais pontos programáticos do Partido dos Trabalhadores na década de 1980 era erradicar a dívida pública. Todavia, o que se viu e o que se vê com a chegada de Lula da Silva e Dilma Rousseff no poder, foi o oposto e, com os governos do PT foi constituída a maior dívida pública da história.

Tabela 1 - Valores da dívida pública brasileira - (1970-2012)

ANO	DÍVIDA
1970	10,8 bilhões
1980	128,4 bilhões
1897	228,2 bilhões
1990	246,0 bilhões

[34] O ajuste fiscal nos governos petistas se deu desde as reformas previdenciária, trabalhista, tributária e universitária de Lula da Silva.

2000	745,8 bilhões
2010	2,77 trilhões
2012	3,72 trilhões

Fonte: Ilaese (2014).

A estratégia para o pagamento da dívida pública se dá por meio da redução dos gastos públicos ou aumento das alíquotas de impostos, conforme no esclarece Hermann (2002, p.49):

> [...] caracteriza-se, em diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento, por um esforço de ajuste fiscal de caráter conjuntural, visando à redução do déficit orçamentário no curto prazo, por meio de cortes nos gastos públicos e/ou de aumentos nas alíquotas de impostos. Em termos de dívida pública, isto implica a redução de seu ritmo de crescimento, em geral medido em relação ao PIB.

Não obstante a dívida pública, a retórica da ruptura com o neoliberalismo ainda era reverberada pelo governo petista, contudo, contrapondo-se as perspectivas esperançosas daquele período, o primeiro mandato de Lula de Silva não efetivou a ruptura com o modelo neoliberal, seguindo firmemente as linhas principais da política econômica de Cardoso. Lula, ainda, chegou a apregoar uma política industrial, o que seria impensável no governo anterior. No entanto, de modo nenhum foi realizada, por entrar em divergência com a plena propriedade outorgada à estabilidade monetária.

> A crer nos documentos do Ministério da Fazenda, o Governo Lula acredita, piamente, na possibilidade de resolver os problemas da economia brasileira, em particular a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público, através do aprofundamento do ajuste fiscal, acompanhado pelas reformas previdenciária, trabalhista e tributária. E mais, a melhora conjuntural de alguns indicadores nos primeiros meses do Governo Lula seria a evidência de que a política adotada estaria no caminho correto. Acontece, contudo, que esse critério - baseado em indicadores extremamente voláteis e que expressam movimentos de curtíssimo prazo -, é altamente duvidoso quando se trata de se avaliar o sucesso de uma política econômica. Na realidade, a observação e análise da evolução das principais variáveis macroeconômicas indicam que a dinâmica da economia nos primeiros quinze meses do novo governo não mudou no essencial. Muito pelo contrário, os movimentos constatados foram bastante semelhantes aos observados durante a vigência dos Governos de FHC (FILGUEIRAS; PINTO, 2009, p. 253).

No que concerne o segundo mandato de Lula da Silva, este foi assinalado pela apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como instrumento crucial da nova política econômica. Em verdade, todavia, o PAC não chega nem perto de configurar modelo de desenvolvimento que necessita o Brasil. A tática de desenvolvimento é especificamente de prazo dilatado, e a fronteira do PAC se dá em quatro anos. A relevância do PAC está no reconhecimento, de que, ao contrário do que defende a tese neoliberal, a ação elementar das forças do mercado não é o bastante para gerar o incremento acelerado do PIB.

> Cumpre igualmente reconhecer que, no segundo mandato de Lula, foi formulada uma ambiciosa política industrial. A crise desencadeada em 2008[35] pode, sem dúvida, ser alegada como empecilho à sua implementação. Cabe, porém, indagar se, mesmo sem esta, a absoluta prioridade concedida à estabilidade monetária não constituiria um obstáculo intransponível à elevação dos investimentos dos atuais 18% do PIB para 21%, tal como previsto pelos formuladores da política industrial. (MAGALHÃES, 2011, p. 20).

Com as novas formas e expansão do capital como mecanismos de resolução da crise estrutural do capital[36], além da vingança contra o trabalho através da corrosão dos direitos sociais, o capital também propiciou a desagregação das cadeias produtivas e da *deslocalização* e *reterritorialização* dos ciclos das cadeias produtivas, posicionando nos países da periferia do sistema capitalista a produção com pouco valor agregado, intensa em mão-de-obra, energia e recursos naturais (BARRETO; LEHER, 2008). Esse processo aprofunda a condição do Brasil como país de capitalismo dependente[37] apregoado pelo sociólogo Florestan Fernandes (1975).

Com a *crise da dívida de 1982*[38], a apreciação dos organismos multilaterais não era somente mais um posicionamento acerca da natureza da crise.

> A renegociação da dívida foi convertida em um complexo processo que redefiniu a força relativa das frações de classes no bloco de poder dos países latino-americanos, em favor das frações locais mais internacionalizadas fortalecendo os setores pró-imperialistas (financeiro, agronegócio, *commodities*). Assim, as condicionalidades desses organismos (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) não foram apenas uma imposição de fora para dentro, mas medidas que, para determinadas frações, seriam extremamente benéficas e lucrativas. Com efeito, o ajuste estrutural delineado pelo FMI e pelo BM e, mais tarde, pelo Plano Brady exigiu simultaneamente uma busca incessante de divisas provenientes de exportações – conforme o BM, os nichos de mercado mais promissores são o agronegócio e a manufatura de produtos extraídos da natureza (*commodities*) (LEHER, 2007, p. 10).

---

[35] "A crise de crédito de alto risco (*subprime crisis*), que começou no setor de compra e venda de títulos hipotecários de imóveis residenciais do EUA, acabou se transformando numa grave crise financeira de grande proporção para toda economia norte-americana" (CARVALHO, 2010, p. 1).

[36] A partir de uma análise da história acerca dessa crise são identificadas características particulares: " [...] caráter universal; alcance global; temporalidade permanente (escala de tempo extensa); e modo de desdobramento rastejante [...]" (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Os desdobramentos da crise se concretizam na expropriação incessante dos recursos naturais, na remoção de direitos sociais e na flexibilização dos direitos trabalhistas, como possibilidade de recompor as taxas de lucro do capital (ANTUNES, 2009).

[37] Florestan Fernandes empreende uma análise dialética acerca da constituição do conceito de capitalismo fazendo uso de duas dinâmicas: i) o padrão de desenvolvimento capitalista condicionado pela lógica monopolista e; ii) as particularidades da formação social do Brasil tendo em vista a Divisão Internacional do Trabalho, deste modo, o lugar ocupado pelo Brasil é o de exportador de matérias primas e importador de capitais, bens de consumo e tecnologia produzida nas nações centrais (FERNANDES, 1975).

[38] Com a crise estrutural da economia mundial da década de 1970, os países periféricos obtiveram empréstimos do Banco Mundial e de outras agências financeiras decorrendo no valor da dívida ultrapassar o valor total do PIB destes países, assim, se tornaram subordinados às condicionalidades destas agências (intelectuais coletivos do capital), uma política imperialista, de fato, bem executada.

A partir disso, consideramos outro aspecto relevante que fortalece esse processo, é de ter, na ausência de estratégia econômica nos governos PT, consequentemente conduzido o crescimento no sentido da especialização em *commodities* agrícolas e industriais; especialização esta indesejável em função de se tratar de uma área de baixo valor agregado, mercado sem dinâmica, além de tecnologia sem ser refinada.

Este fato se funda a partir da inexistência de uma estratégia que conduzisse a ação do governo na direção de engendrar competitividade em setores de alto valor agregado, mercados com dinamismo e tecnologia com alto nível, o mecanismo de preços, promovendo, deste modo, os setores em que o país é prontamente competitivo. No caso do Brasil, estes setores são os de *commodities*, fração em que os recursos naturais possuem relevância essencial.

> As economias calcadas em recursos naturais não renováveis entram em colapso quando, mais cedo ou mais tarde, estes se esgotam. No caso de produtos alimentares, o problema é a baixa elasticidade-renda da sua demanda. Ou seja, se os países asiáticos elevarem em dez vezes o seu PIB por habitante, nem por isso se elevará na mesma proporção o consumo per capita de café ou frango brasileiro. Existe, além disso, o risco de as *commodities* serem substituídas por sintéticos (como no caso da borracha natural) ou por produtos menos agressivos ao meio ambiente (o que se procura fazer com o petróleo) (MAGALHÃES, 2010, p. 21).

Reconhecer os elementos desfavoráveis do fomento ao setor de *commodities* em detrimento de atividades com alto valor agregado e maior refinamento acarretou graves implicações, fazendo com que esta evolução se tornasse conhecida como doença holandesa[39]. Filgueiras e Gonçalves (2007), em meticulosa análise acerca do desenvolvimento da economia do país, sintetizam suas conclusões acerca dos setores manufatureiros, alegam: "Há perdas de dinamismo da indústria de transformação, com a especialização em setores intensivos de recursos naturais e a desarticulação de cadeias produtivas" (p. 94). No que tange peculiarmente a atuação negativa das *commodities* na economia nacional, os autores resumem: "O país está aprofundando o padrão de especialização retrógrada, que se caracteriza pela reprimarização das exportações por meio da crescente participação dos produtos primários no valor das exportações" (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 94).

Esta análise acarreta um problema de cunho relevante, que o autor abaixo destaca por aprofundar a dependência do país.

> A industrialização representa, de fato, o mecanismo básico do crescimento econômico. Parece desnecessário lembrar que foi a Revolução Industrial que deu partida ao contínuo crescimento econômico que marca a moderna civilização. Como a indústria brasileira abrange hoje praticamente todos os ramos do setor, alguns

[39] A Holanda, em face à descoberta de vastos depósitos de gás natural, efetuou o equívoco de deixar que perdessem força em sua economia áreas de maior nível tecnológico, alto valor agregado por trabalhador e mercado dinâmico.

> analistas afirmam ser hoje o Brasil um país industrializado. E, como ainda não somos desenvolvidos, utilizam esse fato para negar a importância básica do setor fabril no crescimento econômico. Acontece que um país só pode ser dito industrializado quando a sua produção manufatureira por habitante for igual à das atuais economias maduras. O que em nosso caso está longe de ter acontecido (MAGALHÃES, 2010, p. 24).

Portanto, com a reprimarização da economia do país, com exportações de baixo valor agregado, e baixo nível tecnológico, acrescido da dívida pública brasileira implicam, com precisão, o aprofundamento da dependência do Brasil no atual padrão de acumulação capitalista. O que corrobora a tese da nova expressão do imperialismo a partir da crise estrutural desencadeada na década de 1970, agora com a existência de Estados e os organismos multilaterais. Lançando olhos sobre estes últimos destacamos a forma como as condicionalidades do BM, FMI e OMC são convertidas em práticas política doravante a *crise da dívida*, daí a atuação destes organismos, "como intelectuais coletivos e operadores do novo imperialismo" (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430).

A partir do exposto, justificamos novamente a necessidade destes marcos históricos acerca do PT, pois sua transformação não surgiu de um dia para o outro, se deu através de um processo histórico. A caracterização de cada marco possibilita obter compreensão do pensamento político do partido em cada período, identificando, deste modo, que o PT em sua origem era um partido de caráter embrionariamente anticapitalista e que buscava genericamente a construção da sociedade socialista. Contudo ao longo da história e as transformações se desdobrando, o PT que chega ao governo federal e que exerce seus mandatos se mostra totalmente irreconhecível frente aquele que nasceu no seio da *classe-que-vive-do-trabalho*.

A processualidade que se deu no PT, pode se definir como *transformismo*, conceito presente em Gramsci em sua análise acerca do contexto histórico italiano. Filgueiras e Gonçalves (2007) trabalham este conceito, considerando:

> O termo denomina o fenômeno de assimilação e implementação, por parte de indivíduos (transformismo molecular) e/ou agrupamentos políticos inteiros (transformismo de grupos), do ideário político-ideológico dos seus adversários ou inimigos políticos. Sinteticamente, trata-se de um processo de adesão (individual ou coletiva) ao bloco histórico dominante, por parte de lideranças e/ou organizações políticas dos setores subalternos da sociedade, com o abandono de suas antigas concepções e posições políticas (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 182).

Destarte, o transformismo petista pode ser visto de forma consolidada a partir da chegada do PT ao governo federal. Então, ressaltamos que o próprio processo em que o PT passou para se chegar ao governo federal, teve conivência da burguesia brasileira, bem como dos setores do capital financeiro internacional, consoante Arcary (2013, p.10),

> A classe dominante brasileira contribuiu para o esforço de sua autoridade oferecendo-lhe uma visibilidade política crescente diante de seus potenciais rivais, desde os anos 1980. A burguesia brasileira confirmou a sua habilidade política assimilando Lula e o PT como oposição eleitoral. Lula foi, portanto, conscientemente poupado, sobretudo depois de chegar ao poder, de ataques diretos mais contundentes, o que reforçou sua imagem. O amadurecimento foi elogiado pelas lideranças mais lúcidas que confessaram respeito, e até gratidão, pela função que cumpriu como garantia da segurança do regime democrático.

Quando, enfim, Lula da Silva logrou-se presidente da república em 2003, seu governo não rompeu com a política econômica do governo Cardoso, mas acrescentou outros elementos o que possibilitou o crescimento econômico. O PT mostrou disposição em sustentar a dependência do Brasil aos organismos multilaterais, como o FMI e o BM, que reivindicam as aspirações da burguesia internacional. Nessa acepção, Lula da Silva emergia para a burguesia como nome certo para dar continuidades às reformas prementes que tinham sido deixadas incompletas após os mandatos de Cardoso, já que, se existia algum risco para o capital em amparar uma liderança com carisma como era o caso de Lula da Silva, este, precisamente com os dirigentes fundamentais do Partido dos Trabalhadores já tinham dado provas satisfatórias em função de sua atuação no âmbito do poder legislativo, bem como em executivos estaduais e municipais da sua vasta envergadura de manejar as bases que dirigiam e de negociar largamente e sem julgamento ou qualquer antipatia classista com o setor empresarial nacional ou estrangeiro.

Para Sousa Junior (2009, p. 163),

> O Partido dos Trabalhadores, portanto, abrira mão do seu papel político-pedagógico junto às massas exploradas, pois não mais as considerava como sujeito histórico da práxis politica, mas as considerava apenas como eleitoras. Mais: o PT não se considerava mais um instrumento orgânico das massas exploradas, submetido às suas determinações; definia-se como ente acima e separado delas, responsável não mais pela sua politização, mas por guiá-las à terra prometida, bastando para tanto que o respaldassem nos processos eleitorais ‘democráticos’.

Transformando-se o PT, dessa forma

> [...] num fetiche, colocou-se acima dos que o construiu, como criatura que controla e submete o seu criador. O partido inverteu a relação com suas bases, através de um processo pelo qual uma camada de indivíduos que ocupa posições no Estado [...] dirigentes sindicais etc. impôs a ele uma dinâmica de atuação e de organização burocratizada em que não tem lugar a militância de base, participando, discutindo, elaborando, indo às ruas etc. (SOUSA JUNIOR, 2009, p. 163).

Coelho, em sua pesquisa sobre evolução teórica das correntes majoritárias do PT, estudou, a partir do conceito, as mudanças no interior do partido, identificou como aspecto essencial do transformismo do PT a

> [...] a dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora. [...] organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo de seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe através do "espírito de cisão" foi recusada por ela. Por outro lado, com seu novo projeto político, a esquerda se colocou no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar, na prática, como intelectual, ou elemento ativo, da classe dominante (COELHO, 2005, p. 219).

Portanto, é possível considerar que o *transformismo* petista se deu em virtude da burocratização vivenciada pelo partido, resultado de suas conquistas eleitorais e de sua incorporação ao aparelho estatal burguês.

Nessa acepção, o modo de dominação *sui generis* dos governos do PT, na concepção de Braga (2010, p. 8), no qual expressa os efeitos politicamente regressivos da *hegemonia lulista*[40], o autor considera que ao apreender, numa concepção transformadora, as forças sociais do trabalho, decorre na desmobilização da *classe-que-vive-do-trabalho*, bem como os movimentos sociais, assim "[...] o governo Lula teria esvaziado todo o conteúdo crítico presente na longa 'era da invenção' dos anos 1970-1980, tornando a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social". Deste modo, o efeito regressivo consistiria que "[...] sob Lula, a política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes, ainda que frequentados habitualmente por escândalos de corrupção[...]".

Nessa acepção, na lógica do contexto em que o PT, representante histórico dos setores subalterno do Brasil, começa a dirigir o Estado através de um programa orientado pelos setores hegemônicos locais e internacionais, Oliveira (2010) denominou de *Hegemonia às Avessas*.

Para Braga (2010, p.9), a Hegemonia às avessas se trata de:

> [...] vitórias políticas, intelectuais e morais "dos de baixo" fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício "dos de cima". No Brasil, décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória lulista de 2002. Quase imediatamente, o governo Lula racionalizou, unificou e ampliou o programa de distribuição de renda conhecido como Bolsa Família, transformando a luta social contra a miséria e a desigualdade em um problema de gestão de políticas públicas. [...] Lula instrumentalizou a pobreza ao transformá-la em uma questão administrativa. O programa Bolsa Família garantiu a maciça adesão dos setores mais depauperados das classes subalternas brasileira ao projeto do governo. Jogando no campo de seu adversário eleitoral, isto é, no campo da instrumentalização da pobreza e da gestão burocrática dos conflitos sociais, o governo Lula soube derrotar o PSDB, mas ao preço da despolitização generalizada das lutas sociais.

[40] Braga (2010) atribui o termo *hegemonia lulista* o fenômeno no qual foi constituído por Lula da Silva ao longo de seus dois mandatos de governo PT.

No limite, o sentido de hegemonia às avessas permite interpretar que se se os dominados dominam, logo, expressão a direção moral do Estado, portanto, de modo direto ou indireto, das grandes empresas estatais. Para Oliveira (2010, p. 26) "parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro". Para o autor, ainda não há elementos teóricos adequados para se compreender em sua totalidade o fenômeno da hegemonia às avessas:

> Trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho também que não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é patriarcalismo brasileiro de Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freire, porque não é um patriarca que exerce o mando nem a economia é "doméstica" (no sentido de domus romano), embora na cultura brasileira o chefe político possa se confundir, às vezes, com o "pai" – Getúlio Vargas foi apelidado de pai dos pobres. [...] não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. [...] nada disso está presente na nova forma de dominação (OLIVEIRA, 2010, p. 25-26).

Sendo assim, a *hegemonia às avessas* representa o movimento do fenômeno político exercido pelo Partido dos Trabalhadores, no qual expressa um novo modo de governar a máquina burocrática do Estado. Esta processualidade engendra implicações complexas no processo de compreensão da totalidade do fenômeno, mas que nos importa, por ora, é apenas compreender que se o representante histórico da *classe-que-vive-do-trabalho* (PT) é a direção nacional, logo, este processo é possível a partir do consentimento do capital para que os supostos representantes do trabalho governem o país em seu nome. Por se tratar de um fenômeno ímpar e complexo, compreendemos que a instituição republicana universidade parece ser apreendida no mesmo processo de *hegemonia às avessas.*

3 O LUGAR DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

No presente capítulo, tratar-se-á de analisar a lógica global que condiciona o *modus operandi* dos Estados-nações e de seus sistemas de educação superior correspondentes[41]. Optamos por esse caminho analítico por compreender que a política de educação superior petista está orientada por agências do capital internacional.

A educação superior no panorama atual é compreendida como um nicho mercadológico estratégico para o capital. Esta compreensão é compactuada em escala global. Com as transformações que se efetuaram no sistema sociometabólico do capital, serviços de cunho social, normalmente oferecidos pelo Estado tem se tornado setores estratégicos para a acumulação capitalista. Deste modo, é crucial uma visão da mundialização que se operacionalizou através da lógica expansiva do capital, pois assim, apreenderemos elementos significativos para compreender a raiz ideológica que fundamenta a política de educação superior petista, se está acoplada aquela noção para a constituição de uma sociedade socialista, como vimos no capítulo anterior, ou se política de educação superior está moldada aos intentos do capital internacional.

Consoante Xavier (1990, p.23):

> A ausência de uma visão global e integrada da história do capitalismo no Brasil tem favorecido interpretações equivocadas a respeito das relações entre: a) o pensamento pedagógico brasileiro e a realidade nacional; b) o pensamento pedagógico brasileiro e as reformas do ensino nacional; c) as reformas do ensino nacional e as necessidades educacionais reais da sociedade brasileira.

Deste modo, este capítulo pretende empreender esta análise, partindo, num primeiro momento, da análise da universalidade e particularidade das formações sociais capitalistas; ademais nos debruçaremos sobre a processualidade da divisão internacional do trabalho; no terceiro momento tentaremos compreender os elementos que efetuam a operacionalidade do (novo) imperialismo; e na última subseção buscaremos compreender as condicionalidades dos organismos internacionais para a educação superior da periferia capitalista, bem como o aprofundamento do mercado educacional brasileiro.

---

[41] Ressaltamos que, não obstante se tratar de uma análise contextual geral, o objeto de análise desta dissertação situa-se no contexto brasileiro. Portanto, após essa análise global, a investigação do objeto propriamente dita, estará circunscrita à realidade brasileira quando partirmos para a análise da particularidade capitalista.

3.1 Universalidade e particularidade do capitalismo brasileiro

Partimos na análise da universalidade e particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro em função de corresponder as relações de dominação peculiares que a periferia capitalista – especificamente o Brasil – vivencia, tendo em vista que os desdobramentos políticos são estritamente afinados com as orientações dos setores hegemônicos internacionais. Assim, compreendemos que as decisões deliberativas do PT estão vinculadas aos preceitos do capital. Contudo, para que possamos compreender este fenômeno é preciso analisar elementos incipientes intrínsecos da relação capitalista entre periferia e centro.

Para nos debruçarmos sobre a análise da particularidade capitalista brasileira faz-se necessário, mormente, verificar na literatura marxista clássica as categorias que nos possibilitarão realizar a tarefa aqui proposta, a saber, desvelar a lógica que condiciona a educação superior na periferia capitalista, em especial no Brasil. Portanto, o problema desta subseção tratar-se-á de compreender a processualidade das categorias *universalidade* e *particularidade* para então obtermos elementos para discorrer acerca da particularidade capitalista brasileira.

De imediato, e apenas a título de preâmbulo, analisaremos categorias analíticas desenvolvidas por Marx, contudo, dando ênfase no estudo de Minto (2014), no qual empreende grande análise destas categorias. Embora, tenhamos que concordar que o movimento empreendido por Marx não seja suficiente para apreender a complexidade da mundialização do capital em suas diversas formações sociais, logo, houve em Marx e Engels, uma específica preocupação com o desenvolvimento capitalista central[42] e Marx propiciou um instrumental teórico que possibilita a "[...] apreensão das singularidades e da particularidade do desenvolvimento capitalista periférico[...]" (MINTO, 2014, p. 11). Não podemos censurar Marx por não fornecer soluções para todos os desafios que apenas no futuro se tornaram problemas concretos para a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Com efeito, para que seja factível a compreensão acerca dos capitalismos de extração colonial é imprescindível entender o movimento do capital em sua totalidade, isto se dá a partir dos países do centro capitalista e para tanto as análises marxianas eleninistas[43] são cruciais.

---

[42] Levando em consideração que o curso de vida de Marx esteve assentada no século XIX, em período de desenvolvimento capitalista da revolução industrial (1780-1820), compreende-se que sua atenção concentrou-se no local onde o sistema sociometabólico do capital estava mais avançado. Nessa acepção, ao longo da história, Marx foi concebido por setores da comunidade acadêmica como "eurocentrista". Para maiores informações, ver Vesentini (1987).

[43] Com os estudos do imperialismo como veremos na seção 3.3 desta dissertação.

Portanto, a relação inerente que envolve desenvolvimento do sistema de capital em escala global, "[...] cujas formas determinadas conformam dinâmicas particulares nas distintas formações sociais não centrais (ou periféricas) [...]" (MINTO, 2014, p. 17), e o desenvolvimento da política educacional como um todo é processo crucial para compreender a política de educação superior nos governos petistas. Este processo se trata da aplicação do método de investigação marxiano, ou seja, investigar o interior da dinâmica concreta do objeto, que é em todos os momentos unidade do diverso, noutras palavras, complexo de complexos (LUKÁCS, 1976).

Convergimos com Minto (2014) na compreensão de que a particularidade capitalista do Brasil só pode ser apreendida ao passo que sua processualidade constitutiva é assimilada nas suas determinações históricas, ressaltando que sua processualidade está articulada ao movimento do capitalismo dos países centrais. Destarte, as categorias intrínsecas do capitalismo brasileiro não se constituem a partir das que contemplam o capitalismo central, todavia, elas são estabelecidas em virtude do seu movimento histórico concreto em que estão engajadas, elaboradas a partir das premências do movimento expansivo do sistema sociometabólico do capital.

Sendo assim, para que possamos nos aproximar do objeto de análise desta seção, abordaremos nosso empreendimento em duas subseções partindo do mais geral para o mais específico. No limite, não discorreremos, de modo exaustivo, sobre as categorias pretendidas, pois o cerne da questão é localizar os nexos que vão ao encontro da política educacional e suas condicionalidades para a educação superior nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (em curso), respectivamente.

3.1.1 Universalidade, particularidade na tradição marxiana e marxista[44]

No interior da processualidade histórica na qual se realiza o sistema de metabolismo do capital estão conectadas dialeticamente duas determinações, conforme Minto (2014, p. 19): i) "universal, dada a necessidade de se expandir e de se concentrar imanentes ao capital, que extrapola os espaços locais e ganha o espaço mundial"; ii) "particular, determinada pelas formas de realização dessa tendência universal nas experiências históricas concretas (singulares), como também outras universalidades", submissas à universalidade do modo de ser do capital, onde

[44] A partir do estudo elaborado por Minto (2014), compreendemos ser necessário revisitar os elementos debatidos pelo autor, por considerarmos ser imprescindível para obtermos aproximações concretas com o objetivo proposto pelo presente estudo.

as determinações estruturais e diferenciam entre as – subordinadas à totalidade do sociometabolismo do capital –características estruturais *clássicas*[45] e *não-clássicas* do desenvolvimento do sistema de capital – que diz respeito a particularidade .

Há uma tendência de universalização do capital a qual se efetiva através de suas determinações particulares, ou seja, das indispensáveis mediações que envolvem o caráter singular das diversas experiências sócio-históricas e o caráter universal do desenvolvimento do sociometabolismo do capital (PAULO NETTO, 2000). Compreende-se, deste modo, as particularidades do capital como formações condicionadas por sua universalidade. É necessariamente, a partir dessa determinação totalizante/universalizadora do metabolismo do capital que se torna exequível a elaboração do problema acerca do universal e do particular.

A essência totalizante da expansão capitalista realiza-se, necessariamente, no solo concreto da história. Todavia, Minto (2014) nos alerta que " [...] não se trata de uma forma elogiosa de ver o mundo, mas de apreendê-lo a partir dos interesses concretos, dos indivíduos reais em seu processo de vida e das classes a que pertencem [...]" (MINTO, 2014, p. 21). Deste modo, o autor, baseado em Mészáros, reflete acerca da compreensão que o modo de ser do capital está vinculado a apreensão das mediações materiais pelas quais:

> [...] os entes singulares (os indivíduos, as classes, as nações etc.) se fazem/constituem parte de uma totalidade. Isto é, a forma pela qual se inter-relacionam de maneira a não se configurarem como mera somatória de coisas distintas, nem como entes abstratos pairando acima das relações sociais concretas. A universalidade do MPC [modo de produção capitalista] não é simplesmente o produto homogêneo dessa base material tendencialmente global do capital, mas as formas particulares (modos de ser) pelas quais essa tendência universalizante se objetiva na vida concreta, nas experiências singulares. E quando se pretende compreender tais relações numa perspectiva não mistificadora, é preciso que universal e particular, bem como as mediações entre estes, sejam compreendidos como produtos históricos. (MINTO, 2014, p. 24).

´ É premente ter em vista as condições históricas objetivas e subjetivas do modo de organização da produção e reprodução da vida. Nessa acepção, Minto (2014) dialogando com Marx e Engels, considera que o materialismo histórico-dialético é:

> [...] a sistematização, como teoria, das possibilidades de apreensão e transformação da realidade histórica no interior de sua processualidade determinada. Isto se torna possível com o próprio desenvolvimento histórico e não somente em nível "teórico-abstrato". Essa consciência histórica, bem como a percepção da mudança como movimento constitutivo do real (intrinsecamente cumulativo, que pressupõe algum desenvolvimento), e não como simples lapso de tempo. Marx e Engels sistematizam em teoria aquilo que, em Hegel e na filosofia burguesa idealista, só poderia aparecer sob forma mística porque interessada na manutenção da ordem vigente e prevenida contra tentativas de transformação/superação dessa mesma ordem (MINTO, 2014, p. 23-24).

[45] Elaboradas em O Capital (MARX, 2013).

É lícito acrescentar, que as elaborações marxianas tiveram como eixo gravitacional as lutas de classes de sua época. Dessa forma, localizamos aí uma busca por uma alternativa para a humanidade a partir de um horizonte de embates de classes. Esta alternativa reside na construção de uma sociedade para além dos limites da sociedade do capital. Isto se fundamenta no fato de Marx compreender a processualidade contraditória das transformações que se expressam nos antagonismos de classe em operação no interior do sociometabolismo do capital. O progresso cultural, econômico, produtivo de cada formação social é produto da síntese desta processualidade contraditória, isto é, as relações de produção, bem como as forças produtivas que representavam o *antigo* tornam-se arcaicos havendo, assim, uma substituição, num processo complexo, ao passo que novas relações sociais vão se firmando e adaptando com novos e elevados patamares de desenvolvimento das relações de produção, assim como das forças produtivas.

> Luta de classes e revolução são referenciais de análise das transformações sociais nas obras marxiana e engelsiana. Em especial quando se refere à transição entre modo de produção feudal e MPC, bem como à tendência de superação da ordem burguesa e à construção de uma sociedade para além do capital. Com efeito, é analisar o processo histórico na sua lógica permanente de desenvolvimento, com base nas condições concretas de cada período, bem como observar as diferenças que as várias formações sociais guardam entre si. Eis a razão pela qual Marx e Engels combateram rigorosamente as deformações dos princípios orientadores da luta anticapital, não autorizando nenhuma forma de "canonização" ou de assimilação a-histórica[46] (MINTO, 2014, p. 24).

Além disso, o autor supracitado esclarece que é válido denotar uma questão crucial para o marco teórico marxiano: "[...] a de que entre a *base material* (ou estrutural) e as complexas formas de organização da vida social, superestruturais, existem inúmeras mediações" (MINTO, 2014, p. 24). Exposto isto, nos remetemos ao complexo modo de produção das metamorfoses históricas, sendo elas jamais mecânicas, assim não se circunscrevendo apenas a seus vetores culturais, políticos ou econômicos (MINTO, 2014).

De antemão, ressaltamos ser fundamental a análise destas categorias no bojo das relações contraditórias que se dão as formações sociais periféricas. Para tanto, é lícito investigar a partir da particularidade capitalista brasileira como os elementos se processam nos países retardatários, é o que pretendemos na subseção seguinte. Sendo assim, a breve análise acerca

---

[46] Esta colocação de Minto (2014) se sustenta no prefácio à edição de 1872 do Manifesto do Partido Comunista: "Embora as condições tenham mudado muito nestes últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expostos neste Manifesto conservam em seu conjunto, ainda hoje, toda a sua exatidão. Certas partes deveriam ser retocadas. O próprio Manifesto explica que a aplicação desses princípios dependerá sempre e em toda a parte, das circunstâncias históricas existentes" (MARX, ENGELS *apud* MINTO 2014, p. 21).

das categorias "*universalidade* e *particularidade*" no estatuto de sua legalidade no arcabouço teórico marxiano serve de eixo norteador para nos aproximar do objeto aqui delimitado.

3.1.2 A particularidade capitalista do Brasil

Nesta subseção pretende-se analisar a particularidade em que se realiza o capitalismo brasileiro para melhor compreensão da particularidade da educação superior brasileira. Esta subseção está alinhada com as análises de Lima (2007) e Minto (2014) além de outros autores.

É válido observar que não se pode mais contestar a relação de dominação envolvendo os países do centro com os da periferia do capitalismo, pois tal relação está assentada na estrutura global do sistema sociometabólico do capital. A negação desta problemática foi eclodida no II pós-guerra, isto é, houve um alinhamento a perspectiva conservadora por parte considerável de intelectuais críticos, como o caso da chamada Escola de Frankfurt (MÉSZÁROS, 2002).

Todavia, o alinhamento a este posicionamento decorreu da não apreensão das particularidades capitalistas o que, consequentemente, engendrou implicações profundas no modo de análise do desenvolvimento capitalista da periferia. No caso específico do Brasil, temos análises que, na tentativa de um empreendimento maior, buscam explicar o processo a partir de uma concepção "dualista"[47], esta era compactuada pelos teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB)[48], o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[49] e os intelectuais articulados à Comissão Econômica para a América Latina(CEPAL)[50]. Contudo, houve empreendimentos que contribuíram para haver avanços significativos nos estudos acerca da particularidade capitalista brasileira, citamos Caio Prado Jr. (1966) e Florestan Fernandes (1975). No entanto, vamos iniciar a partir da análise das interpretações insuficientes sobre o capitalismo brasileiro. Chasin elabora um balanço acerca dessas insuficiências, asseverando que:

> De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o caráter universal do fenômeno capitalista conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a "constatar" a ocorrência necessária destes a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. Assim, preservaram-se universais, mas não propriamente na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas. De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiperacentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é,

---

[47] Para maior aprofundamento na concepção dualista, vide: Oliveira (2003).

[48] Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré são os intelectuais mais ativos na concepção dualista do PCB.

[49] No que diz respeitos ao ISEB, nos parece que o intelectual mais expressivo no que toca a concepção dualista foi Hélio Jaguaribe. Para maior aprofundamento acerca do ISEB, vide: Toledo (1977).

[50] Os intelectuais *cepalinos* brasileiros que se destacam são Maria Conceição Tavares, Censo Furtado e João Manuel Cardoso. Ressaltamos que a CEPAL foi constituída em 1948 pela União das Nações Unidas (ONU).

> despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica, [...] faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída (CHASIN, 2000, p. 12).

O autor afirma — acerca da particularidade em que o Brasil se insere — ser factível evidenciar a existência de várias formas "*não-clássicas"* de constituição capitalista. Deste modo, o autor compreende que a assimilação da *via prussiana*[51], concernente ao caso alemão, não é a única forma *não-clássica*, todavia, uma das formas existentes *não-clássicas*. Sendo assim, o autor considera ser preciso acrescentar uma particularidade nova que foi denominada de "*via colonial"*[52] (CHASIN, 2000, p. 25).

Nessa acepção, a *via colonial* de constituição do capitalismo não rejeita a *via prussiana*, contudo, estabelece distinções que as envolvem, sendo, por seu turno, a primeira como padrão histórico do capitalismo brasileiro. Minto esquematiza de modo didático e esclarecedor esse processo. De acordo com o autor: "na prática, significa analisar cada caso singular e extrair deles os elementos que os conectam (via prussiana e via colonial) no plano mais geral, conformando-os como formas particulares de constituição do capitalismo" (MINTO, 2014, p 121). Sobre isso, Chasin (2000, p. 43-44) acrescenta:

> [...] a conexão que se está indicando situa-se no plano de certas determinações gerais, de algumas abstrações operadas em relação ao concreto da particularidade do caminho prussiano. Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo "alto" caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do "verdadeiro capitalismo", do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que o novo paga alto tributo ao *velho.*

É lícito esclarecer que o estudo da particularidade capitalista brasileira não sugere, necessariamente, pôr em segundo plano o caráter de totalidade (universal) do desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital, pretendendo apreender o capitalismo brasileiro isoladamente, pois implicaria um particularismo de nossa parte (MINTO, 2014). Portanto — convergindo com as análises de Minto — consideramos que a abordagem da particularidade

---

[51] São três vias de desenvolvimento do modo de produção capitalista (via clássica; via prussiana e via colonial). A *via prussiana* consiste em países que realizaram o desenvolvimento capitalista, bem como a unificação como Estado-nação de modo tardio, isto é, no século XIX – um século após os países da via clássica.

[52] A *via colonial* consiste nos países que foram ex-colônias e, deste modo, tiveram seu desenvolvimento capitalista hiper-tardiamente, especificamente, no século XX.

brasileira adotada nesta dissertação, designa “a totalidade das relações capitalistas vistas na ótica de uma realidade específica que, ao mesmo tempo, integra essa totalidade e é uma experiência singular que revela os traços característicos de uma forma particular de desenvolvimento do MPC” (MINTO, 2014, p. 41).

Compreender a determinação própria de cada particularidade evita uniformizar todas as formas do desenvolvimento do sistema de capital, não caindo no equívoco de sugerir que todas as formações sociais seguem os mesmos parâmetros pré-estabelecidos. Essa preocupação com a particularidade do desenvolvimento capitalista de cada país, em especial do Brasil, não corresponde a um nacionalismo. Compreendemos que a lógica do desenvolvimento capitalista se dá via expansão internacional, portanto, sua superação se dará em escala global, contudo, não se pode renunciar às questões nacionais. Destarte, Watanabe Minto assevera que: “[...] se na particularidade que determina certos tipos de formações sociais, não estão postas as ‘saídas’ para os problemas estruturais da ordem do capital, também não se pode pensar numa saída duradoura sem enfrentar seus problemas concretos mais evidentes [...]” (MINTO, 2014, p. 54).

Com isso, consideramos que a particularidade capitalista do Brasil possui inerentemente os elementos essenciais do capital, alinhando-se, portanto, com o caráter destrutivo e perverso de sua processualidade. Nesse sentido, o desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital em sua universalidade se desdobra a partir dos países centrais que aplicam investimentos para o desenvolvimento socioeconômico dos países que apenas alcançaram condição nacional. Com isso, faz-se necessário expor a assertiva de Sampaio Jr. (1999, p. 89): os “dilemas do desenvolvimento capitalista dependente: nem todas as formações sociais [...] são capazes de gerar revoluções burguesas que permitam conciliar transformações capitalistas com mudanças socioculturais de caráter construtivo”.

É lícito, portanto, deixar nítido que países desenvolvidos/centrais não podem constituir formações sociais com níveis iguais de desenvolvimento social, logo, a lógica intrínseca do desenvolvimento do sistema de capital consiste em concentração e centralização do processo de acumulação capitalista. Dessa forma, a produção de desigualdades é inerente às premências da expansão capitalista, portanto, as formações sociais dependentes não atingem as exigências fundamentais para que seja possível que as metamorfoses do capital se efetuem enquanto fenômeno inerente ao espaço socioeconômico nacional.

Cabe acrescentar, sobretudo, que a determinação externa não suprime a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, logo, esta influência não tende somente para os países desenvolvidos, pois esta processualidade é mediada por aspectos culturais, políticos e sociais das formações sociais retardatárias (MINTO, 2014). Com efeito, por mais que os setores

hegemônicos do capital influenciem, em grande medida, as economias subdesenvolvidas, no limite, seu horizonte é determinado internamente (SAMPAIO JR., 1999).

Na concepção de Fernandes (1968), é através da presença de elementos semi-capitalistas que se realiza a operacionalidade do sistema de capital nos países de capitalismo dependente, logo, o arcaico não se coloca como oposição ao moderno, todavia, é seu complemento historicamente necessário. "Para vitalidade do sistema capitalista imperialista fazia-se necessário a utilização de formas não-capitalistas em várias regiões do globo [...]" (DEMIER, 2007, p. 8). Assim, baseado na *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*, formulada pelo revolucionário León Trotsky[53], Fernandes (1995) assevera que sob o julgo do capital monopolista, a história não poderia repetir as etapas dos países desenvolvidos nos países retardatários.

> A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as grandes corporações "multinacionais" criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. [...] O capitalismo selvagem [a forma assumida pelo capitalismo nos países dependentes] não reproduz o passado; e se nele há lugar para a "revolução burguesa", esta se apresenta de outra forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de dependência tecnoeconômica (FERNANDES, 1995, p. 139-140).

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista das nações periféricas não estaria acoplado aos tipos de revoluções burguesas que foram realizadas historicamente pelos países centrais, revoluções dotadas de "transformações niveladoras, de um ímpeto nacionalista e cunho democrático" (DEMIER, 2007, p. 6). Este fato se dá em função da debilidade dependente das burguesias periféricas com sua impossibilidade de efetivar transformações nacionalistas e democráticas. No limite, estas burguesias seriam capazes de constituir estruturas de dominação autocráticas e reacionárias (FERNANDES, 1968).

Destarte, é a partir da crítica às relações estabelecidas envolvendo países periféricos e centrais/imperialistas, bem como na articulação entre arcaico e moderno no desenvolvimento socioeconômico das nações periféricas que Fernandes (1975) elabora o conceito de *capitalismo dependente:*

---

[53] Veremos, em linhas gerais, alguns elementos desta teoria. Contudo para maior aprofundamento, vide: Demier (2007); Löwy (1998).

> Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e suas combinações com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do 'cálculo capitalista' do agente econômico privilegiado. (FERNANDES, 1975, p. 108).

Portanto, o caráter não homogêneo do processo histórico de desenvolvimento capitalista estabelece a existência de formações sociais particulares no interior do sistema de metabolismo do capital. Ressaltando que como característica inerente do capital a concentração e centralização da produção, dissemina-se, no limite, seu caráter iníquo e destrutivo, decorrendo na desigualdade entre os países centrais e periféricos do capital mundializado. Minto (2014, p.55) considera que, "só poderia se fazer sob a condição de produzir ainda mais exploração, opressão e concentração de riquezas socialmente produzidas, numa espécie de hiperdimensionamento dos problemas sociais característicos das sociedades capitalista".

Portanto, é pela via colonização moderna que a formação da particularidade dependente do Brasil se realiza através da confluência envolvendo a universalização do sistema sociometabólico do capital com a premência de constituição de novas formações sociais. "Está inscrita, portanto, na gênese do MPC, pois, a um só tempo, se 'agrega' a ele e é elemento constituinte fundamental ao movimento histórico de organização global do capital" (MINTO, 2014, p. 55).

Por fim, estas relações se complexificam no interior das relações econômicas internacionais, isto é, no interior do debate acerca da *Divisão Internacional do Trabalho* (DIT). Na seção próxima, daremos ênfase sumária na análise acerca da processualidade da DIT. Este itinerário analítico seguido pela presente dissertação se dá em função da necessidade de obter aproximação com a lógica em que se efetua as influências internacionais nas decisões políticas para a educação superior brasileira.

3.2 A Divisão Internacional do Trabalho como fenômeno inevitável do capital global

Neste momento, partimos para compreender as determinações do capital em escala planetária, a qual se expressa a partir de seu movimento expansivo intrínseco ao seu modo de existir, edificando, desta forma, um processo de *hierarquização* e *diferenciação* entre os Estados-Nações, ou seja, a *Divisão Internacional do Trabalho*. Com efeito, a partir da apreensão dos elementos associados à Divisão Internacional do Trabalho obteremos aproximação — ainda maior — com a particularidade da periferia capitalista, em especial o

caso brasileiro, assim como a localização da educação superior no bojo dessas relações globais de dominação.

A lógica intervencionista do capital atua sobre as *temporalidades* e *espacialidades*[54] de todas nações do globo. O espaço, por seu turno, é uma das condições da execução do poder hegemônico da burguesia. O poder hegemônico se realiza no espaço a partir de sua própria compreensão[55]. Há exemplos que dizem respeito a ordem dos microespaços até a escala global[56], contudo, não daremos ênfase no desenvolvimento destes exemplos por fugirem do intento deste trabalho, mas, é nesta lógica que surge a DIT, "a compartimentação da superfície terrestre em Estados-Nações com suas fronteiras e soberanias, as superpotências militares com suas áreas de influência e bases/equipamentos nos quatro cantos do globo, etc" (VESENTINI, 1987, p. 39). Em acréscimo, esta ordenação e constituição do espaço, em linhas gerais, caracterizam os interesses hegemônicos, atualmente estes interesses dizem respeito ao capital internacional e suas frações financeiras. Todavia, isto não se trata de um fenômeno de uma via só, na verdade, contradições pulsam neste panorama, elas se referem aos antagonismos de classes, entre setores subalternos e dominantes. O espaço global expressa uma vasta supremacia das relações de dominação.

> As classes atualmente no poder procuram por todos os meios servir-se do espaço como se de um instrumento se tratasse. Instrumento com vários fins: dispersar a classe trabalhadora, reparti-la nos lugares designados para tal — organizar, consequentemente, o espaço ao poder — controlar o espaço e gerir de forma absolutamente tecnocrática a sociedade inteira. Passa-se da produção das coisas no espaço à produção do espaço planetário, esta envolvendo e supondo aquela. Disso se depreende que o espaço se torna estratégico. Por estratégia entendemos que todos os recursos de um determinado espaço dominado politicamente servem de meios para apontar e alcançar objetivos à escala planetária. As estratégias globais são conjuntamente econômicas, científicas, culturais, militares e políticas (LEFEBVRE, 1976, p. 127-128).

---

[54] Baseando-nos em Vesentini (1987, p. 11), tempo e espaço são elementos interligados, portanto, conforme o autor a "história não está no tempo mas ela é o tempo da sociedade. E também não se pode dizer de forma estrita que a sociedade está (ou 'ocupa lugar') no espaço, pois, de forma mais apropriada, ela possui uma dimensão espacial, uma espacialidade afinal. Espaço é o nome que se dá para a corporeidade, a materialidade dos seres e as suas relações, disposições recíprocas; e tempo é sua dinâmica, o seu movimento. Assim, uma sociedade não apenas está mas é também espaço e; no interior desse social, subordinadas ao seu espaço global, existem espacialidades de alguns de seus aspectos: a expressão material e os limites do econômico, do político, do cultural, etc., são específicos e costumam não coincidir exatamente".

[55] Esta afirmativa fica mais compreensível se nos basearmos no exemplo do poder disciplinar de Foucault, no qual se expressa como organização espacial: "a disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinado" (FOUCAULT, 1999, p. 106)

[56] *Vide*: Vesentini (1987, p. 13).

A constituição do espaço unificado mundialmente, mas permeado de contradições inerentes ao seu sistema de organização global do capital é essencialmente estratégica, um fenômeno que se realizou a partir da mundialização do capital, no qual foi possível a dominação capitalista firmar-se em escala planetária. Todavia, esse processo se deu a partir do caráter iníquo do sistema capitalista.

Esta reorganização do capital na esfera espacial engendrou uma temporalidade única para todas as sociedades/nações[57], bem como um espaço planetário unificado, onde se expressou como imperativo para todos os povos. No limite, este espaço unificado de nações é permeado de diferenças. Com isso, a partir da consolidação do capitalismo mundializado — haja vista as transformações históricas que houve na redefinição das potências capitalistas — é possível distinguir uma periferia e um centro. Nessa lógica, é possível identificar os países do centro capitalista — ainda que existam mediações acerca de suas procedências e diferenças entre si — como o espaço que obtém quantidade significativa do excedente econômico produzido nos países periféricos, sendo estes últimos constituídos por nações que possuem elevada exploração da força de trabalho, além de transferências de partes dos valores produzidos no processo produtivo para o centro. Portanto, periferia e centro, são duas faces com significativas diferenças, contudo, pertencem à mesma dinâmica de acumulação capitalista de escala global:

> A economia mundial constituída é uma categoria produzida pela história. É a economia mundial na fase do imperialismo. É a economia mundial na qual, através do jogo da divisão internacional que se impõe, as relações mercantis dominam [...] O Estado é o lugar onde se vai cristalizar a necessidade de reproduzir o capital em escala internacional. É o lugar de difusão das relações mercantis e capitalistas, difusão necessária à realização da divisão internacional do trabalho. É o lugar por onde transitará a violência necessária a que ela se realize, já que ele é o elemento e o meio que tornam possível tal política [...] assim compreendida, a economia mundial constitui um todo em movimento. As relações de dominação permanecem, mas se modificam. A política econômica de um Estado da periferia pode assim tentar se adaptar às transformações ocorridas na divisão internacional do trabalho, influir em tal divisão. Desse modo, ela é ao mesmo tempo a expressão de uma divisão internacional do trabalho e de uma tentativa para inverter tal divisão [...] A economia mundial é vital para o prosseguimento do processo de acumulação do capital no centro, quando esse último atinge uma certa fase do desenvolvimento das forças produtivas. Essa fase é a do imperialismo. Chamamos à economia mundial que atingiu essa fase de *economia mundial constituída*. A partilha do mundo é efetuada entre as principais potências do centro. A economia de exportação se põe na ordem do dia. A difusão das relações mercantis substitui a economia de pilhagem. Os mecanismos de assalariamento substituem a escravidão (SALAMA; MATHIAS, 1983, p. 44-45).

[57] É lícito acrescentar que, não obstante o engendramento de uma temporalidade para todas as sociedades/nações, esta unidade se desdobra dialeticamente, por existir uma dimensão diferenciada que envolve processos produtivos e relações de produção que coexistem organicamente nesta processualidade global do capital.

Nesta compreensão, é lícito discorrer sobre o processo como se realiza a Divisão Internacional do Trabalho, este esforço se justifica em função da política de educação superior empreendida pelos governos petistas estarem conciliadas com as orientações dos organismos internacionais do capital que, por seu turno, sistematizam a processualidade da DIT.

Acerca da DIT, são duas as perspectivas de análise teóricas que colocamos em relevo neste trabalho. Num lado assenta a concepção calcada nas vantagens comparativas que as nações detêm ao produzir e comercializar suas riquezas. Deste modo, a explicação para a disparidade entre o poderio econômico dos países se circunscreve a fatores essencialmente econômicos. Assim, apenas na maior quantidade de permuta de mercadorias e informações entre as nações será possível reduzir as taxas de desigualdade nas mais diversas etapas do desenvolvimento capitalista e, assim, na forma da DIT. Conforme essa perspectiva, é através da intensiva competição entre as nações que se consolida a integração mundial econômica, sendo, deste modo, apta para engendrar saldos qualitativos envolvendo redução, bem como criação de postos de trabalho para as nações fundamentadas na teoria das vantagens comparativas. Portanto, é definida como princípio estimulador da competitividade no contexto do livre-comércio internacional a especialização das atividades produtivas[58] (POCHMANN, 2000).

No panorama atual, a teoria das vantagens comparativas pode ser localizada nas publicações dos organismos internacionais que determinam os meios pelos quais se torna possível a expansão nacional econômica articulada diretamente com maior inserção no mercado mundial. O relatório do BM de 1999, por exemplo, indica que a desregulamentação do trabalho, do produto e dos mercados financeiros são elementos essenciais para um itinerário premente para melhorar o ingresso no desenvolvimento da economia (WORLD BANK, 1999).

Noutro lado, localizamos uma perspectiva de análise que vai no sentido oposto da teoria das vantagens comparativas. Esta outra perspectiva caracteriza, conforme Pochmann (2000, p. 4) a "estratificação e hierarquização da economia mundial como não associadas à simples noção de vantagem comparativa [...] mas produto da lógica intrínseca de funcionamento do sistema econômico e social". Deste modo, no quadro das disputas que envolvem as diversas nações é

[58] Todavia, é concepção de Cintra (1987, p. 96), "a doutrina do livre-comércio pode ser desafiada em relação a suas próprias premissas básicas. Em termos estáticos, que caracterizam a estrutura principal da doutrina clássica do comércio, pode-se demonstrar que o livre-comércio e a especialização nem sempre representa a melhor alternativa para a economia de um país, especialmente se ele for 'grande' e puder, por suas próprias ações, induzir uma mudança favorável em seus termos de intercâmbio. Embora o comércio possa levar a um aumento na disponibilidade mundial de bens e serviços, não há qualquer garantia de que os benefícios do comércio irão atingir todos os participantes. Dependendo dos termos de intercâmbio, os ganhos do comércio podem ser integralmente absolvidos por um dos países deixando o outro, no que concerne ao bem-estar social, na situação anterior ao início das trocas comerciais. Na verdade, o comércio pode até provocar uma situação pior do que antes dele".

que se constitui um espaço geográfico planetário dentro do qual os Estados-nações ficariam a cargo de criação e absorção dos lucros, bem como criação e eliminação de postos de trabalho, além de outras ações a favor da dominação de umas nações sobre outras e isto se realiza num processo hegemônico ao mesmo tempo econômico, cultural, militar e político.

Esta última perspectiva se encontra nos estudos do imperialismo, nos quais Lênin (2003) põe em relevo as peculiaridades econômicas de maior importância para o imperialismo: produção concentrada nas grandes empresas, articulando livre concorrência e monopólio; as novas funções realizadas pelos grandes bancos que, por seu turno, incorporam os pequenos e os sujeitam à lógica de seus consórcios, a unidade da indústria com os bancos, além do surgimento da oligarquia financeira e o capital financeiro; a exportação do capital, isto é, "o que caracteriza o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital" (LÊNIN, 2003, p. 28); e a divisão do globo ente organizações capitalistas que dominam internamente seus mercados, bem como o mundial, engendrando um "elevado grau de concentração mundial do capital e da produção e a partilha do mundo entre as grandes potências" (LIMA, 2007, p. 23).

A DIT, conforme poderemos observar na subseção que segue, expressa as diversas etapas do desenvolvimento histórico do capital: num primeiro momento como relação entre manufatura e produtos primários; num segundo momento a relação envolvendo produtos industriais com elevado valor agregado e de baixo valor e teor tecnológico; e num terceiro momento e mais recente, expressa uma relação entre serviços e manufatura. Para Pochmann (2000, p. 6) "Essas relações que sustentam distintas divisões de trabalho podem ocorrer de maneira simultânea no tempo entre nações do centro, semi-periferia e periferia".

Na sequência desta análise discorreremos sobre esse processo através de uma abordagem historicista, ainda que de forma breve, afinal o grau de complexidade que esta análise exige, ultrapassa os limites desta pesquisa.

3.2.1 Primeira Divisão Internacional do Trabalho

Para esse empreendimento, interlocutaremos com as análises de Márcio Pochmann (2000) acerca das três Divisões Internacionais do Trabalho. Deste modo, partimos considerando que é a partir da Primeira Revolução Industrial (1770-1820), a industrialização originária teve a Inglaterra como sua precursora à qual foi considera a oficina do mundo do séc. XIX. Com a força militar que já possuía, articulou com a forma avançada de produção industrial decorrendo, portanto, a hegemonia da Inglaterra na economia global.

Conforme Pochmann (2000, p. 12):

> Logo, a libra passou a sustentar o padrão monetário internacional (*gold standard*), a partir de sua conversibilidade ao ouro, bem como ofereceu lastro às trocas comerciais e à condição de reserva de valor. Com isso, a Inglaterra assumiu isoladamente o centro do capitalismo mundial.

A Inglaterra tendo efetivado apreendido o monopólio da industrialização, constituiu uma dicotomia na relação com as outras nações, nas quais assumindo a posição periférica buscava "compensar a grande importação de produtos manufaturados ingleses através da exportação de produtos primários, basicamente alimentos e matéria prima" (POCHMANN, 2000, p. 12). Com isso, fica nítida a necessidade do livre mercado de trocas para o centro capitalista, pois se mostrava positivamente para a Inglaterra.

Foi assim, portanto que a Inglaterra abandonou, em grande parte, a produção e exportação de alimentos e matérias primas, daí decorreu que a grande potência se tornou dependente de importação de produtos primários, que, por seu turno, era financiado a partir da exportação de produtos manufaturados.

Nesse curso histórico, surgiram algumas poucas nações que apreenderam a produção que decorreu da primeira Revolução Industrial e Tecnológica, logo, o padrão de industrialização da Inglaterra não exigia alta complexidade tecnológica, bem como estrondosos investimentos, assim, estas nações por meio da migração de mestres de ofício constituíram no decorrer do séc. XIX parte do centro do capital em escala geográfica mundial.

> Isso ocorreu de maneira distinta no tempo, marcando uma transição do processo de industrialização originário (Inglaterra) ao atrasado (Alemanha, EUA, França, Japão e Rússia). Na primeira metade do século XIX, por exemplo, países como Alemanha e Estados Unidos internalizaram o modelo inglês de produção e consumo, enquanto no pós-1870 outro pequeno bloco de países como Japão e Rússia também teve êxito na cópia do padrão de industrialização inglês. Mas nessa passagem, esteve em curso uma segunda Revolução Industrial e Tecnológica, com graus de exigência de internalização bem superiores (POCHMANN, 2000, p. 12).

A irradiação de um novo aspecto de inovações tecnológica por alguns empresários, que se deu em função da junção da articulação do capital bancário — financeiro — e capital industrial e de cartéis, decorrendo no surgimento de vastas empresas. Os entraves encontrados no caminho para o acesso a segunda revolução industrial e tecnológica se mostraram com alto grau de complexidade, assolando ainda mais os países da periferia capitalista, resultando na concentração das exportações em escala mundial de produtos manufaturados em cinco países — Inglaterra, Japão, França, Alemanha e Estados Unidos — no período de 1890 a 1940. Em acréscimo, estes cinco países correspondiam 80% do comércio mundial (CHIROT, 1997).

Sendo assim, evidencia-se uma grande dependência da "monocultura agrícola de exportação que era uma das principais marcas da periferia, que se utilizava disso para financiar as importações de produtos manufaturados do centro industrializado" (POCHMANN, 2000, p. 13). Assim, o que simbolizou a primeira DIT foi a relação dicotômica envolvendo produtos primários das nações periféricas e os produtos manufaturados das nações centrais. "Enquanto o setor agrícola era o grande empregador nos países periféricos, o setor urbano, especialmente a indústria, destacava-se no emprego da maior parte da mão-de-obra nas economias centrais" (POCHMANN, 2000, p. 13).

3.2.2 Segunda Divisão Internacional do Trabalho

Ao longo do século XX, com a crise do sistema metabólico do capital de 1929, bem como duas guerras mundiais, os ingleses demonstraram instabilidade em sua posição de hegemonia global. Surgem os Estados Unidos da América (EUA) como principal economia dos países centrais. Dessa forma, apenas no II pós-guerra que o EUA assumiu o lugar da Inglaterra como força hegemônica, em um panorama diverso, isto é, havia um modo de produção que se diferenciava do capitalista, irradiado pela Revolução Russa de 1917 que ao longo do século XX assumiu vasto espaço geográfico global, cerca de 1/3, assim, localiza-se a estratégia de desenvolvimento *anti-sistêmica*, se diferenciando, portanto, do padrão até então dominante de desenvolvimento econômico pró-sistêmico (POCHMANN, 2000, p. 13).

Com o predomínio da guerra fria, através da cisão entre EUA e União Soviética (URSS), propiciou no II pós-guerra, o reordenamento do centro do capital global, com a constituição de um bloco de nações *semi-periféricas*, nas quais estavam empenhadas em duas estratégias: i) *anti-sistêmica* na qual era caracterizada por possuir uma economia centralmente planejada; ii) *pró-sistêmica* caracterizada como economia de mercado subdesenvolvida.

Deste modo, a segunda DIT foi consolidada a partir do engendramento de um bloco de nações semi-periféricas que tiveram amparo de setores com tendências econômicas alinhadas com as norte-americanas, o que possibilitou a irradiação em nível mundial do modo que se sistematiza a industrialização dos EUA. A atuação dos organismos internacionais (Organizações das Nações Unidas - ONU, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial - BM[59]) na regulação das relações entre as nações esteve voltada para a limitação da

[59] O Banco Mundial protagonizará grande atuação nas orientações das políticas de educação superior no Brasil, portanto, é preciso reportarmo-nos à sua gênese: "Criado em 1944, no bojo da reestruturação institucional capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, o Grupo Banco Mundial, em verdade, constitui-se em um organismo multilateral de crédito, integrado por sete instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

valorização fictícia do capital (financeira), isto se daria por intermédio da estabilidade monetária, que se mantinha, por seu turno, nas taxas cambiais estáveis, sistema ouro e dólar, e de juros na austeridade do setor bancário (HOBSBAWM, 1978; TEIXEIRA, 1983).

De acordo com Pochmann (2000, p. 8):

> Enquanto o centro capitalista, reforçado pelo programa norte-americano (*Plano Marshall*) de reconstrução europeia e japonês permitiu contrarrestar a área de influência soviética e viabilizar, ao mesmo tempo, quase três décadas gloriosas de expansão econômica pós-1945, parte pequena da periferia integrada ao centro capitalista conseguiu avançar a internalização do padrão de industrialização da segunda Revolução Industrial e Tecnológica. Dessa forma, o conjunto dos países periféricos dependentes da relação tradicional de produtores e exportadores de bens primários e importadores de produtos manufaturados, teve um pequeno subconjunto de nações que ingressaram no estágio de produtores e até exportadores de produtos manufaturados.

Caracterizando a II DIT, os elementos característicos que se sobressaem em relação às economias periféricas, foram atribuídos os conceitos de *sociedade salarial incompleta* e *periferização do setor industrial*, nos quais denotavam situações diferenciadas das que tinham se realizado em outros momentos nas nações centrais. Não obstante, houve modificações na partilha dos postos de trabalho em escala global quanto à pauta de exportação. Fazemos menção ao exemplo elencado por Pochmann, no qual o autor esclarece que em 1998, "47% das exportações dos países semi-periféricos eram compostas de produtos primários e de 52% de produtos manufaturados, enquanto em 1970, a proporção era de 72,5% para produtos primários e de 27,5% para produtos manufaturados", acrescenta o autor que nos países da periferia, "a participação dos produtos primários na pauta de exportação foi de 82,1% em 1998, contra 94,2 em 1970 [...] nas economias centrais, a presença de produtos primários no conjunto de exportados foi reduzida de 22,9%, em 1970, para 14,4%, em 1998" (POCHMANN, 2000, p. 08).

3.2.3 Terceira Divisão Internacional do Trabalho

A partir da década de 1970 está em processo significativa mudança no interior da DIT decorrida em virtude de dois fatores essenciais no núcleo central do sistema global do capital. O primeiro diz respeito à processualidade da reestruturação produtiva, bem como empresarial

---

(BIRD) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que forma o que se conhece efetivamente por Banco Mundial; a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), o Centro Internacional de Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), o Instituto Banco Mundial (IBM) e o Painel de Inspeção" (PEREIRA, 2009 *apud* BASTOS; ROCHA, 2015, p. 2)

que se realizam acompanhadas do desenvolvimento de uma nova Revolução Tecnológica advinda a partir da acumulação flexível do capital reconfigurando o modo de organização da produção transitando do *Fordismo* para o *Toyotismo*[60]. Com a concentração e centralização de capital no setor financeiro e produtivo, uma maior relevância foi concedida, portanto, a atuação das *corporações transnacionais*. Esta concentração e centralização se dão em função do avanço da concorrência intercapitalista. Em verdade, oligopólios globais são constituídos, sendo responsabilizados pela dominação dos mercados com maior destaque, como por exemplo, somente sete empresas dominam 92% do setor dos materiais de saúde, no setor de fabricação de automóveis 82% da produção é controlado por dez empresas, o ramo de computadores 70% da produção é determinado por apenas dez empresas (CHESNAIS, 1996).

Antes de passarmos para o segundo aspecto que implicou as modificações na DIT, é preciso explicitar aspectos do capital financeiro, logo, a predominância financeira que se realiza a partir do declínio do Estado de bem-estar social, foi desenhada nos marcos do neoliberalismo. Duménil e Lévy (2003) constatam a constituição de um espaço financeiro global, que Amaral (2012, p. 65) considera "uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada [...], caracterizada para separação entre a propriedade e a gestão do capital, o que fortalece [...] uma mudança profunda nas relações de propriedade capitalista e, consequentemente, na repartição das rendas".

Chenais (2003) converge das contribuições de Duménil e Lévy, aprofundando sua análise no que se refere a processualidade do *modus operandi* do regime de acumulação com predominância financeira, sendo destacado o papel do capital fictício[61], além da recorrente constituições de bolhas financeiras articuladas à acentuação deste tipo de capital. Chesnais (1996), observa que a diminuição da importância das fronteiras nacionais, bem como o crescente número de corporações transnacionais sem um país que seja situado como sua matriz corporativa (*footloose capital*)[62] engendrou uma centralização de capital em nível global.

---

[60] Para maior aprofundamento acerca dessa revolução tecnológica, vide: Antunes (2003; 2009); Mészáros (2002; 2008).

[61] Sobre capital fictício, Marx tratou meticulosamente em seu terceiro livro de O Capital, no qual o capital fictício é engendrado doravante autonomização das formas sociais do capital. Na compreensão de Paulani (2009, p. 8): "Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívidas privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia, em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício".

[62] Convergindo com a compreensão de Silva Júnior; Ferreira e Kato (2013, p. 436), os autores compreendem ser "uma indústria cuja localização não é influenciada fortemente por acesso, quer a materiais ou mercados, e que pode, portanto, operar dentro de uma gama muito ampla de locais. Qualquer forma de negócio 'linha direta',

Chesnais considera a relevância dos conglomerados de grupos de capital, caracterizando esta nova etapa pela realocação do setor industrial, um processo impulsionado pela desregulação e diminuição dos custos sobre o trabalho, além das, conforme Silva Júnior, Ferreira e Kato (2013, p. 436) "intersecção da indústria, serviços e das finanças, pela rentabilidade da propriedade da riqueza e a predominância financeira sobre os demais ciclos de movimentação do capital".

Deste modo, o segundo aspecto que sinaliza a mudança na dinâmica da DIT está associado ao significativo aumento dos investimentos diretos no exterior (POCHMANN, 2000). Não obstante o progresso na canalização de recursos nas nações periféricas, os investimentos no exterior continuam, ainda, concentrados nas nações do centro capitalista. A despeito de significa parte dos investimentos externos tenham sido canalizados às nações de renda intermediária, percebe-se que houve perda substancial na participação dos fluxos destes investimentos por parte das formações sociais de renda baixa, isto é, da periferia capitalista. Este cenário, todavia, em nada alterou o montante de recursos resguardados pelas nações hegemônicas.

Ao longo da década em tela, em função do elevado valor do petróleo, bem como das matérias primas, implicou no fomento da expansão de empresas multinacionais. Nesse sentido, houve um aumento no fluxo de investimentos na periferia capitalista para a constituição de filiais. Assim, a constituição de uma vantagem na competição em função do porte das empresas, engendrou, de acordo com Pochmann (2000, p. 23) "uma nova alternativa de *multicolonialismo* renovado". Com isso, houve um processo de transição em que empresas multinacionais tornaram-se poderosas corporações transnacionais, com a envergadura de contemplar o espaço geográfico global como "espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo, inclusive, jurisdições nacionais" (POCHMANN, 2000, p. 23).

O autor acrescenta que na década de 1980 há um reordenamento do processo de acumulação de capital em escala global, no qual foi coordenado por corporações transacionais que:

> [...] buscam incessantemente explorar novas oportunidades mais lucrativas de investimento, muitas vezes forjadas por ofertas de governos nacionais de rebaixamento de custos e de financiamentos domésticos subsidiados. Essa submissão por parte de vários governos nacionais favoreceu o transplante de partes da cadeia produtiva, através da formação de redes de subcontratação vinculadas às corporações transnacionais, que podem ser de três tipos distintos. A subcontratação primária que ocorre pelo uso de serviços diretos dos compradores finais, como a distribuição de

operado quase que totalmente através do telefone, o fac-símile e as novas tecnologias de comunicação e informação, seria um exemplo, também liberada das restrições de localização de capital livre".

> produtos, enquanto a subcontratação secundária implica alguma montagem de equipamento ou produto, com baixa agregação de valor. Na subcontratação terciária há vínculos semi-permanentes na obtenção de materiais e uniformalização do processo produtivo. (POCHMANN, 2000, p. 21).

As corporações transnacionais transferem sua capacidade produtiva para locais que tenham mais possibilidade de extração lucrativa, isto se dá em função da contínua competição na busca de custos mais rebaixados. Assim, "o reforço da produção industrial ocorreu aos saltos, com a transferência, muitas vezes, de operações de montagens mais simples e rotineiras, que exigem menor nível de qualificação de seus empregados" (POCHMANN, 2000, p. 21). A atração das corporações transnacionais pelos custos rebaixados influencia a redução da diferença que separa a renda da periferia capitalista da renda do centro capitalista. Todavia, os processos produtivos com elevados níveis de complexificação, em grande medida, não são externalizados pelas corporações transnacionais, haja vista que estas empresas estão assentadas, de modo mais concentrado, na esfera da especialização do que na inteira mudança de suas engrenagens de produção.

Pochmann considera que é nessa acepção que se processa a submissão dos países periféricos na lógica da III DIT, para o autor:

> [...] os países periféricos e semi-periféricos, no intuito de oferecerem condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais, aceitam, em grande parte das vezes, o programa de agências multilaterais como FMI e BIRD, que termina provocando o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recurso público para qualificar mão-de-obra, criar contratos de trabalho especiais, ampliar jornada de trabalho, entre outros) e a desregulamentação dos mercados de trabalho. Além de provocar a piora na distribuição da renda, não há garantias de que não possa existir um novo deslocamento do processo produtivo para outra localidade (POCHMANN, 2000, p. 32).

Em acréscimo, no centro capitalista com o desenvolvimento de cadeias produtivas em novos territórios fomenta-se a incorporação de grande relevância à noção de produto, definição da comercialização, marketing, pesquisa e tecnologia, entre outros. Por se tratarem de tarefas de controle e planejamento, são etapas do processo produtivo associadas aos serviços de auxílio à produção, com utilização de avançadas tecnologias, necessitando, consequentemente, de mão-de-obra qualificada, que está localizado em condições de trabalho melhores, bem como com melhores salários. No limite, é nessa processualidade que se realiza canalização de maiores fluxos de investimentos para o setor de ciência e tecnologia que estão localizados no centro capitalista, posição que assume na III DIT.

É lícito ressaltar que, investimentos são direcionados para a periferia no que diz respeito à educação, bem como ciência e tecnologia, todavia, a forma e conteúdo são de outra ordem,

com a necessidade da intervenção do Estado na constituição de uma aparato político-jurídico que torne factível atender as demandas do capital internacional, para isso, os organismos internacionais efetuam significativa função. O centro capitalista detém o poder de comando, no qual se expressa como atividades de domínio do excedente das cadeias produtivas, assim como de produção e irradiação de inovações tecnológicas. Por seu turno, a periferia capitalista incorpora uma função secundária nessa processualidade, sendo ela o local subalterno na apropriação do excedente econômico e dependente na constituição e absorção de tecnologia. Nesse sentido, é que na próxima subseção buscará desvelar os elementos que constituem esta forma de dominação que se expressa no interior da III DIT, isto é, no contexto da mundialização do capital.

3.3 A operacionalidade do (novo) imperialismo

No âmago da discussão acerca da *Divisão Internacional do Trabalho* surge uma categoria essencial para estabelecer o debate acerca da educação como clímax, possibilitando, deste modo, situarmos a educação superior como elemento estratégico da política capitalista no bojo da mundialização do capital. Neste sentido, na presente subseção analisar-se-á o fenômeno do imperialismo recorrendo para tanto a autores clássicos como Marx e Engels (2012); Lênin (2003); Luxemburgo (1976); Hilferding (1985); Trotsky (2000), e também autores que investigam a operacionalidade do imperialismo no interior do capital mundializado contemporaneamente como Wood (2014) e Harvey (2005; 2013).

Partimos em nossa análise das contribuições genuínas dos criadores do *socialismo científico*. No *Manifesto do Partido Comunista*, de autoria de Marx e Engels (2012), os autores verificaram dois elementos estruturais do capital, a saber, a formação de um mercado global e as crises que, por seu turno, se expressam de forma mais clara como expressão da contradição fundamental entre a crescente socialização do trabalho versus a apropriação privada cada vez mais restrita das riquezas produzidas. Portanto, se produz um número cada vez maior de uma massa incapaz de consumir essas mercadorias em crescente produção, decorrendo, consequentemente, nas crises de superprodução. Estas crises eram inevitáveis no modo de produção capitalista, engendrando uma contradição deste sistema. Tal contradição emerge a partir da concorrência que envolve os capitalistas, provocando, dessa forma, uma superprodução de mercadorias que são postas no mercado. Em função dos baixos salários da *classe-que-vive-do-trabalho* seu poder aquisitivo é insuficiente para manter o dinamismo do mercado, assim, engendra-se o *subconsumo* e em decorrência a queda da taxa lucrativa. Nessa

processualidade da acumulação capitalista, "[...] o deslocamento intra e interpaíses e regiões caracteriza-se como uma estratégia burguesa para enfrentar essas flutuações da taxa de lucro" (MOTTA, 2007, p. 21). Portanto, a obra em tela de Marx e Engels já possuía as bases genuínas de uma teoria da crise do sistema sociometabólico do capital, bem como apontava para a tendência expansionista essencial do sistema do capital, isto é, a internacionalização como movimento necessário do capital. Com a concepção da expansão capitalista, compreende-se a sistematização de um processo de hierarquização e diferenciação com os países do globo, o que nos indica no engendramento de elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria do imperialismo.

Nas análises de Lênin (2013) acerca do imperialismo, o autor aponta que o imperialismo se expressa, em sua essência econômica, como "capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica social mais elevada" (p. 213). O autor considera quatro significativas manifestações intrínsecas do capitalismo monopolista: i) o monopólio expressa-se como resultado da concentração da produção num alto grau de desenvolvimento que, por seu turno, é constituído por "associações monopolistas dos capitalistas, pelos cartéis, pelos sindicatos e pelos trustes" (CATANI, 1981, p. 13); ii) o protagonismo dos monopólios em intensificar as lutas pelo domínio das fontes de matérias-primas; iii) o surgimento do monopólio oriundo dos bancos que, por sua vez, tratavam-se de empresas intermediárias sendo transformadas, assim, em monopólios do capital financeiro[63]; iv) o surgimento do monopólio condicionado pela política colonial, isto é, os diversos elementos da política colonial são incorporados pelo capital financeiro, engendrando sua luta pela exportação de capital, fontes de matérias-primas, esferas de influência[64].

A concepção de Lênin acerca do imperialismo tornou-se hegemônica doravante 1917. Além do mais, o imperialismo como instrumental chave para se compreender a expansão capitalista no globo ganhou destaque, logo, os demais autores que se debruçaram sobre o estudo da expansão capitalista não deram destaque e análise aprofundada à categoria imperialismo, contudo, serviu de instrumento na apreensão e explicação da expansão mundial do capital. No

[63] Consoante Catani (1981, p. 14), "três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a 'união pessoal' do capital industrial e bancário, e concentraram em suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio".

[64] Compreendemos aqui se tratar das esferas de transação lucrativas, de lucros monopolistas, concessões, em síntese, pelo controle do território econômico em geral, considerando a relativa autonomia nacional.

tocante aos autores que trabalharam a lógica expansiva capitalista, verifica-se maior ênfase no aspecto da determinação financeira do capital (HILFERDING, 1985); compreensão da lógica expansiva do capital acoplada a tendência social-democrata a partir da democracia burguesa como ponte para a constituição do socialismo (KAUTSKY, 2002), e a procura por condições que possibilitassem tornar factível a reprodução ampliada do capital (LUXEMBURGO, 1976).

Como etapa peculiar do capitalismo, no imperialismo a existência de monopólios articula-se com a existência da livre-concorrência, sendo que esta se submete aos monopólios. Nessa dimensão, é possível apreender num primeiro momento, o capital financeiro como expressão do capital bancário unido com o capital das associações industriais monopolistas, noutro lado, a divisão de países e regiões em escala global. Nesse sentido, portanto, é que Lênin caracteriza essa etapa do capital como etapa parasitária, ao passo que se aprofunda cada vez mais a separação envolvendo o setor produtivo e o rentista.

Destarte, se mediarmos esse debate com as contribuições de outros autores, será possível detectar convergências e divergências entre eles e a concepção leninista de imperialismo. Neste caso, contudo, partilhamos da crítica empreendida por Lênin à Kautsky. O revolucionário russo critica o conceito de ultra-imperialismo de Kautsky. A cerne de sua crítica reside na análise de Kautsky acerca do imperialismo enquanto política do capital industrial, uma disposição dos países industriais de anexação das nações agrárias. A contraposição leniniana à esta análise se constitui em três pontos políticos: i) que a especificidade do imperialismo consiste no capital financeiro e não no industrial; ii) o escopo do imperialismo não se circunscreve apenas a anexação das nações agrárias, contudo, todas as nações em escala mundial; iii) por fim, a impossibilidade da unidade de todas as burguesias em um único monopólio mundial, pois não há possibilidades da erradicação da concorrência intercapitalista.

As contribuições aos estudos sobre o imperialismo são fartas e ricas. Rosa Luxemburgo (1976)[65] é uma das pensadoras – e militantes – que prestaram contribuição importante ao tema. Ela analisou as bases econômicas da política imperialista doravante contribuições acerca da reprodução ampliada do capital. A autora critica veementemente a compreensão de Marx sobre a lógica de acumulação capitalista circunscrita apenas à sociedade constituída pelos setores capitalistas e à *classe-que-vive-do-trabalho*. Para Lima (2007, p. 24-25):

[65] A despeito das significativas contribuições de Rosa Luxemburgo para o debate no âmbito do marxismo, a autora possui grandes polêmicas no que tange sua concepção acerca da acumulação de capital, na qual a autora considerava ser impossível a acumulação capitalista sem a existência de uma terceira classe de consumidores externos ao sistema, esta classe, para a autora exerceria a função de classe compradora de mais-valia voltada à acumulação. Para maior aprofundamento acerca deste tema, vide: Antunes (2012).

> [...] esta crítica ao esquema marxiano está baseado na compreensão de que este esquema pretende expor o processo de acumulação sob a suposição de que capitalistas e operários são os únicos consumidores. Para a [autora] [...] o processo de reprodução ampliada do capital ocorre fora da produção e acumulação capitalista, na existência de um círculo de compradores que esteja fora da sociedade capitalista. Este processo só pode ser realizado por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é pré-capitalista. Luxemburgo apresenta as três esferas da luta do capital: contra a economia rural, impondo a economia de mercado e pela concorrência do capital no cenário mundial, envolvendo os empréstimos internacionais e o protecionismo dos mercados dos países imperialistas. Além destes aspectos, analisa o lugar da produção de armamentos e o papel das guerras entre os países imperialistas como questões centrais no processo de acumulação do capital – o militarismo como importante elemento na disputa destes países pelo controle do mercado mundial.

Além de Rosa Luxemburgo, outro marxista que propiciou grandes contribuições para os estudos sobre o imperialismo foi Leon Trotsky. É a partir da apreensão da totalidade que o autor alça elementos que o possibilitam analisar o desenvolvimento da economia russa no sistema sociometabólico do capital[66]. Além dessa contribuição, Trotsky também desenvolve a compreensão de que a inserção de qualquer formação social na processualidade do sociometabolismo do capital se dá via inserção na Divisão Internacional do Trabalho, bem como a inserção subordinada das economias periféricas a partir da expressão dos embates de classe no território mundial do capital, assim como em cada contexto nacional.

Dessa forma, Trotsky (2000) considerando o sistema de capital como uma totalidade contraditória, e não apenas como resultado da soma dos países isolados, considera que as regiões *coloniais* e *semi-coloniais* não possuem capacidade de desenvolver-se como economias capitalistas de maneira separada e, assim, não havia possibilidade de elidir o atraso simplesmente transitando-se para uma etapa superior ainda no interior dos limites capitalistas. O sistema sociometabólico do capital, "em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos 'autônomos', impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história, repetissem as etapas das regiões pioneiras do capitalismo" (DERMIER, 2007, p. 02).

Em função do descompasso no desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital no plano internacional[67], as regiões retardatárias, consoante Trotsky, possuíam uma historicidade particular no que tange ao desenvolvimento econômico próprio, marcado pela apropriação dos produtos mais avançados produzidos nos países centrais e adaptação destes produtos às suas circunstâncias culturais e materiais arcaicos. Esta relação dialética envolvendo inovações políticas, culturais e tecnológicas constituídas pelos países centrais e "relações

---

[66] É a partir da compreensão do processo dialético das categorias: universal, particular e singular. *Vide* item 2.1 da presente dissertação.

[67] Lei do Desenvolvimento Desigual, elaborada por Lênin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1982).

sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes atrasados se constituiria na essência combinada do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos *coloniais* e *semi-coloniais*" (DEMIER, 2007, p. 02). Com isso, os países retardatários foram inseridos no período industrial, contudo, continuaram pendentes as tarefas agrária e nacional. Todavia, as burguesias destes tipos de sociedades, apareceram tardiamente no panorama histórico vinculadas ao capital internacional, bem como aos proprietários rurais, sendo esta vinculação terrível para a *classe-que-vive-do-trabalho*, portanto, Trotsky compreendia a incapacidade dessas burguesias de efetivarem uma revolução genuinamente "democrático-burguesa", o que tornava possível, neste contexto, os setores da *classe-que-vive-do-trabalho* dos países retardatários a conquistarem o poder político.

> [...] na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo combinado como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países atrasados. A adição do elemento "combinado" na lei do desenvolvimento desigual de Lênin fez com que Trotsky desse à síntese de suas concepções expressas acima o nome de lei do desenvolvimento desigual e combinado[68] (DEMIER, 2007, p. 02).

Dessa forma, Trotsky considerava que o capital efetivava sua universalidade por meio das relações hierarquizadas e diferenciadas que são determinadas entre os países periféricos e centrais buscando assegurar seu dinamismo em procura de novos mercados consumidores, se assenhorando do excedente de capitais produzidos na periferia capitalista e disseminando em escala global da ideologia da sociabilidade do capital. De acordo com Lima (2007), as relações estabelecidas entre os países do centro com os da periferia do capitalismo engendram dois movimentos: 1) as etapas históricas distintas se confundem dentro da formação social de cada país, em especial aqueles que possuem como base material um formato *não-clássico*, ou seja, *via-colonial*[69]; 2) diante do avanço do sistema de capital em escala global, os países retardatários retém elementos desenvolvidos e projetos dos países hegemônicos, adequando-os, através de saltos históricos.

Lima considera que,

> Apesar das especificidades e divergências nas obras dos vários autores da tradição marxista sobre o conceito de imperialismo, existem dois aspectos centrais que configuram uma unidade teórico-política: 1) a internacionalização fundamento do capitalismo, na medida em que o sistema do capital move-se, inexoravelmente, em direção à globalização desde seu início, ou seja, ele não pode considerar-se completamente realizado, a não ser como um sistema global abrangente; e 2) a internacionalização do capitalismo como um movimento combinado de unificação –

[68] A *lei de desenvolvimento desigual e combinado* constituída por Trotsky surge através das análises do militante russo acerca da dinâmica histórica das nações atrasadas, tendo como base o desenvolvimento russo.
[69] *Vide* item 3.1.1. desta dissertação.

> do mercado mundial – e diversificação em um duplo sentido: a partir das relações estabelecidas entre os países centrais e a periferia do sistema e o caráter desigual e combinado do desenvolvimento em cada país periférico (2007, p. 41).

Com o objetivo de constituir uma aparência de que se estrutura uma homogeneização mundial, o termo *globalização* surge como tentativa para efetivar tal intento, o qual é disseminado pelos organismos internacionais, bem como pelas escolas estadunidenses de administração. Em contrapartida, compreendemos o termo *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996) como um conceito mais abrangente, pois representa o modo como os "[...] padrões de acumulação de capital tornam-se efetivamente mundiais, distinguindo-se dos processos de internacionalização dos fluxos comerciais e/ou financeiros [...]", ainda que estes representem dois de seus aspectos substanciais; indica, mormente, "[...] a expansão para o mundo das atividades produtivas com as quais se produz mais-valia, se executa a exploração da força de trabalho e se cria um espaço mundial para a acumulação capitalista [...]" (MINTO, 2014, p. 267). Em síntese, a partir da constituição de relações globais que buscam fomentar os lucros das corporações transnacionais através da aquisição dos recursos públicos de todos os países a partir da atuação do Estado como impulsionador, a exploração da força de trabalho, engendra-se, deste modo, o mundo do capital (MINTO, 2014).

Nessa acepção, para analisarmos, de modo breve, a processualidade do (novo) imperialismo, faremos uma interlocução com as análises de Harvey (2005) em sua obra *O Novo Imperialismo*, em função de ser um dos autores que mais se debruçou na temática do imperialismo, calcado em um itinerário metodológico alinhado ao materialismo histórico-dialético. Exposto isso, partimos da compreensão que o autor propõe duas esferas analíticas: 1) lógica capitalista de poder; 2) lógica territorial de poder. Nesta lógica, Harvey concebe a essência do novo modo imperialista de operar, como sendo *imperialismo capitalista*. Esta forma de ser do imperialismo se expressa pela unidade paradoxal da "política do Estado e do Império", no qual sua força se realiza no controle territorial, com os "processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo", fixados no controle e utilização do capital.[70] De acordo com Almeida (2006, p.252), "o primeiro elemento refere-se às estratégias políticas, diplomáticas e militares do Estado [...] o segundo, às maneiras pelas quais os fluxos do podereconômico atravessam e percorrem um espaço contínuo na direção de entidades territoriais".

[70] Consoante Harvey, o que distingue esta forma de imperialismo de outras noções de império é a "predominância da lógica capitalista, embora haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano" (2005, p. 36).

A análise de Harvey (2005) centra-se no imperialismo estadunidense[71], evocando, deste modo, o conceito de "hegemonia" como processualidade do poder político que se dá em três planos: i) liderança e consentimento; ii) domínio via coerção; iii) pactuar coerção e consentimento. Nisso parece haver um acordo com as concepções de Arrighi e Silver (2001), que compreendem que a preeminência do Estado pode se expressar de duas formas: por meio do controle ou através da liderança intelectual e moral. A segunda forma, Almeida (2006, p. 253) considera que se realiza "ora pela emulação de outros Estados, ora pela condução do sistema de Estado numa direção desejada".

Na concepção de Wood (2014), a existência de organismos internacionais e de um sistema de Estados se revela como elemento determinante do novo *modus operandi* do imperialismo. Os setores hegemônicos requerem um arcabouço político-jurídico que garanta a "[...] regularidade e capacidade de predição de que o capital necessita em suas transações cotidianas [...]" (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430). Nesse sentido, portanto, é que se sobressai a atuação do sistema de Estados, logo, sua atuação é imprescindível para a acumulação de capital, além da necessidade dos vínculos que envolvem os circuitos do capital internacional com as frações burguesas locais[72]. Todavia, para que este sistema de Estado torne factível a atuação dos setores burgueses internacionais, precisa-se de mecanismos que sejam eficazes na execução de encadear este sistema, bem como atuar em nome das potências imperialistas. Dessa forma, "(BM, Fundo Monetário Internacional - FMI, OMC) [se expressam] como intelectuais coletivos e operadores do novo imperialismo" (BARRETO; LEHER, 2008, p. 431).

No que tange aos três planos em que se realizam o poder político, consideramos, conforme Harvey (2005) que, no plano prático, o controle via coerção do imperialismo[73] se realiza através de intervenções militares com a participação da *Central Intelligence Agency* (CIA). No que concerne à cooperação e consentimento, estes se revelaram e serevelam, na Declaração dos Direitos Humanos, nas execuções de segurança das democracias dos países europeus, na reconstrução de economias, além da atuação dos organismos internacionais com a periferia capitalista.

Não obstante sua força, a hegemonia imperialista não está imune às crises inerentes ao sistema sociometabólico do capital. Ainda que, de modo passageiro, fazemos menção à crise

---

[71] Convergimos com o autor em compreender a hegemonia norte-americana, bem como os mecanismos que se processam no interior da lógica imperialista que se efetua em prol de seu predomínio.

[72] Aqui damos ênfase aos vínculos estabelecidos por frações burguesas brasileiras com o capital internacional que, implicam investimentos externos para o setor no que pertence esta fração, pressupondo retornos em níveis estrondosos.

[73] Ainda que Harvey (2005) atenha-se no imperialismo norte-americano, compreendemos que o *modus operandi* que se dá no plano externo é semelhante com os de outras nações imperialistas.

estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) eclodida na década de 1970, a qual foi marcada pela "crise do petróleo". Nesse período começa uma etapa de " [...] estagnação dos investimentos, com a queda persistente na taxa média de lucro e desvalorização de capital na economia dos Estados Unidos, coordenadora do sistema comercial e financeiro mundial [...]" (GRESPAN, 2009, p. 11). Destarte, Harvey considera que:

> [...] estas crises se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis. Se não se produzem desvalorizações sistêmicas (e inclusive a destruição) de capital e de força de trabalho, é necessário que se encontrem maneiras de absorver estes excedentes. A expansão geográfica e a reorganização espacial são opções possíveis. Mas estas tampouco podem se divorciar dos ajustes temporais, já que a expansão geográfica implica frequentemente investimentos de longo prazo em infraestruturas físicas e sociais (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, educação e pesquisa), cujo valor leva muitos anos para se realizar através da atividade produtiva à qual contribuem (HARVEY, 2005, p. 95-96).

A necessidade da expansão, orientada pela acumulação capitalista, decorre na imposição de uma lógica cruel que incide na sociedade, lógica que independe de suas consequências. "Isso ocorre porque essa expansão se dá em congruência com as necessidades humanas, contudo tem como móvel a própria acumulação de capital, como um fim em si mesma, de formar e atender uma necessidade vital intrínseca de sobrevivência do seu sistema [...]" (BASTOS, 2014, p. 109). Estas crises avançaram para uma crise estrutural na década de 1970 que atingiu um alcance global, na qual atinge todos os setores da produção, bem como da vida humana. Na concepção de Mészáros:

> Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – no interior do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 796-797).

Esta crise é combatida com transformações nas engrenagens capitalistas, que transferem a força do setor produtivo para as instituições financeiras, garantindo, dessa forma, a desmaterialização do sistema monetário, bem como uma hegemonia através das finanças. É no seio dessas transformações que "[...] a expansão geográfica e a reorganização espacial constituem-se em alternativas para a superação da crise de sobreacumulação, por viabilizar novas oportunidades lucrativas para o capital [...]" (ALMEIDA, 2006, p. 254). Deste modo, é

necessário eliminar as barreiras nacionais e estimular as taxas de giro capitalista, atividades que contam com a operacionalidade do Estado.

Com efeito, Harvey advoga a tese de que as *ordenações espaço-temporais*[74], em diversas escalas nacionais, concretizam a natureza desigual e combinada da dinâmica do capital e do poder político, por intermédio dos organismos internacionais do capital financeiro. Contudo, o autor assevera que o novo imperialismo se realiza não somente através da esfera de acumulação essencialmente econômica, a qual ele trabalha em seu livro como *opressão via capital*, mas se realiza também por meio da *acumulação via espoliação* (HARVEY, 2005).

Para compreender o *modo de ser* do imperialismo em operacionalidade através da *acumulação por espoliação*, o autor revisita as elaborações de Rosa Luxemburgo sobre a processualidade em que se dá a acumulação de capital. O autor assevera que a articulação entorno do capitalismo e os modos de produção não capitalista[75] se efetua noutra dimensão da acumulação, onde os métodos usados se tratam da opressão, pilhagem, guerra, fraude etc. (LUXEMBURO, 1976). Por conseguinte, as características da *acumulação primitiva* são trazidas por Harvey que, segundo ele, não se encerra na *etapa originária* do capital:

> Uma observação mais atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos. Estas incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade —comum, coletiva, estatal, etc. — em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos (HARVEY, 2005, p. 109).

Como se verifica na citação acima, Harvey defende que a *acumulação primitiva*, segundo a construção de Marx, não está circunscrita somente à etapa original do capital. Contudo, no tocante ao panorama contemporâneo este modo de acumulação surge com mecanismos essencialmente novos, compreendendo, dessa forma, como a*cumulação por espoliação*.

> [...] **A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o denominado acordo TRIPS)** marca os caminhos através dos quais as patentes e licenças de materiais genéticos, plasma de sementes, e qualquer forma de outros

[74] A teoria da ordenação espaço-temporal é utilizada por Harvey (2005) para a compreensão do movimento do capital e da ação do Estado pelo território visualizando a acumulação de capital, bem como acumulação de poder político. Na concepção do autor, esse processo busca ajustes na acumulação capitalista, provocando, deste modo, oscilações de curto a longo prazo, possibilitando ocasionar ascensão e instabilidade, em escalas de tempo diversas, de territórios.

[75] Aqui, evidencia-se que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem validade, inclusive, nas elaborações de Luxemburgo que, por conseguinte, são apreendidas por Harvey.

> produtos, podem ser usadas contra populações inteiras, cujas práticas de manejo ambiental desempenharam um papel crucial no desenvolvimento destes materiais. A biopirataria é galopante, e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos em benefícios de algumas poucas grandes empresas multinacionais está claramente em marcha. A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria. A mercantilização das formas culturais, as histórias e a criatividade intelectual pressupõe a total ausência de posse — a indústria da música se destaca pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade populares. **A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades)**, para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do "cercamento dos bens comuns". **Como no passado, o poder do estado é usado frequentemente para forçar estes processos, inclusive contra a vontade popular** (HARVEY, 2005, p. 109, **grifos nossos**)

É possível observar que estes processos são engendrados com grande auxílio do Estado. Para tanto, é necessário um reordenamento estrutural no qual o Banco Mundial[76] (BM) desempenha papel crucial, logo, a partir da *Crise da Dívida de 1982*[77], o BM dispôs das condições favoráveis para os governos locais implementar sua agenda de ajuste estrutural. Para Barreto e Leher (2008, p. 430) "Na condição de avalista dos países que estiveram no epicentro da crise (Argentina, Brasil e México), o BM exigiu na década de 1990 'corajosas reformas de ajuste estrutural' como contrapartida ao aval e aos empréstimos". No entanto, se nos reportarmos ao caso específico do Brasil, uma das condições decisivas para tornar explícita a superioridade dos rentistas do capital financeiro no bloco hegemônico foi a "renegociação da dívida empreendida no escopo do *Plano Brady*, concluído em 1994, que converteu os títulos da dívida, que eram nominais, em títulos ao portador. Desde então, "o valor do título no mercado, balizado pelo chamado 'risco-país', dependeria da avaliação das políticas econômicas pelas financeiras e pelos fluxos e influxos de capital" (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430).

Os governos se tornaram reféns do capital financeiro que, de modo gradativo, foi possível expandir sua presença nos excedentes da economia nacional. Com isso, a economia dos países da América Latina era outra[78]. Com essas modificações, três frações burguesas surgiram desse processo no Brasil: agronegócio, setor financeiro, e setor de exportação de *commodities*. Para essas frações o ensino no qual desperta seus interesses se trata do ensino fundamental em função do mais elevado retorno dos investimentos canalizados em educação.

---

[76] A influência do BM é resultado de seu poder econômico, bem como "da sua condição de 'fiador' das transações entre os governos e a banca internacional" (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430).

[77] Para maiores informações acerca da *crise da dívida de 1982*, vide: Laidler (2006).

[78] Parafraseando Barreto e Leher (2008, p. 430-431): "Considerando o saldo entre as importações e exportações, os produtos primários, os de baixa tecnologia, as manufaturas básicas de recursos naturais e de outras fontes primárias passaram, em porcentagem, de 58% em 1994 para 80,3% em 2003. Mesmo a expansão dos produtos de alta tecnologia nas exportações — 2,25% em 1994 para 9,25 em 2003 — é enganosa, pois expressa o fortalecimento das maquilas, tanto no México quanto no Brasil".

Esta concepção está alinhada com as prioridades e estratégias do BM (BANCO MUNDIAL, 1994), bem como a negação do *modelo humboldtiano/europeu de universidade*, no qual é identificado pela unidade indissolúvel de ensino, pesquisa e extensão, pois, o interessante para a educação superior na periferia capitalista — na concepção *Banco Mundialista* — trata-se da diferenciação das instituições e dos cursos, como também a diferenciação das fontes de financiamento, possibilitando que o BM dê dinamismo a sua agenda sendo incorporada pelas frações burguesas locais. Destarte, as relações que envolvem a burguesia local com a internacional podem configurar este panorama.

3.4 A dinâmica da educação superior periférica no contexto da mundialização do capital

Nesta seção, buscaremos analisar os elementos que condicionam a educação superior periférica, em especial a brasileira. Para isso, empreenderemos uma análise acerca das orientações dos organismos internacionais, bem como a atuação do aparelho do Estado para que os objetivos destes organismos do capital financeiro fossem efetivados.

Compreende-se que a estrutura da educação superior contemporânea está assentada no aprofundamento da heteronomia cultural e institucional e, dessa forma, deveria ficar a cargo da iniciativa privada o financiamento e o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica do seu interesse. É o próprio BM que orienta as nações periféricas a não canalizarem investimentos no setor de produção do conhecimento, pois as nações do centro capitalista já exercem essa função na DIT. Portanto, este organismo sugere que o ensino superior das nações dependentes esteja moldado à concepção de *educação terciária* através da diferenciação da instituição, dos cursos e das fontes de financiamento, assim, tornando factível a oferta de ensino superior em faculdades isoladas, bem como garantir a dissolução da tríade ensino, pesquisa e extensão.

3.4.1 As condicionalidades dos Organismos Internacionais

O ajuste estrutural preconizado pelos organismos internacionais para as economias dependentes ao qual recorremos na seção anterior diz respeito à redefinição do papel do Estado, logo, o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, elaborado pelo BM[79] em 1997,

[79] O BM inicia seu processo de financiamento à educação a partir da década de 1960, todavia, foi doravante gestão de Robert McNamara (1968-1981) que o BM assume a bandeira do combate à pobreza, tudo para garantir segurança, assim a educação era concebida como setor estratégico para a lógica política e social dos países da periferia capitalista. Para maior aprofundamento, *vide*: Leher (1998); Barreto e Leher (2008); Lima (2007; 2011).

direcionava críticas ao protagonismo do Estado na regulação dos conflitos sociais, hipertrofia de suas funções decorrentes da atuação do Estado de bem-estar social, uma "provável" crise fiscal dos Estados nacionais periféricos, corroborando, com isso, a ideia da incapacidade do Estado para lidar isoladamente com o financiamento, bem como operacionalidade dos serviços públicos. Sugerindo, assim, que ficaria sob responsabilidade do Estado alguns serviços, a saber, a oferta de saúde e educação, e os demais seriam assumidos plenamente ou em parceria com a iniciativa privada. Em acréscimo, a crítica do referido relatório também dizia respeito à educação superior, no tocante ao financiamento público deste nível de ensino nas nações periféricas, conforme o relatório: "algumas vezes os governos gastam muito mais em educação superior para estudantes ricos e de classe média, do que em educação básica para a maioria da população e com bolsas para os mais necessitados" (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 6).

O BM ao longo da década de 1990 e início do século XXI publicou quatro documentos orientadores para a educação superior dos países da periferia capitalista, nos baseamos em Barreto e Leher (2008) para melhor exposição destes documentos, conforme aparece na Tabela 2:

Tabela 2 - Documentos do BM para a Educação Superior

1994	Neoliberalismo	"economia de mercado"
2000	Globalização	"mercado global"
2002	Economia baseada no conhecimento	"mercado global da informação"
2003	Globalização + sociedade do conhecimento	"participação na sociedade civil como competência a economia do conhecimento"

Fonte: Barreto; Leher (2008, p. 425).

Conforme exposição da tabela 2, os documentos publicados pelo BM estiveram articulados às concepções que se expressam: no documento publicado em 1994 seu conteúdo é afinado com a concepção neoliberal; o documento referente à 2000 está conectado a tendência da globalização, na qual se exalta o mercado global; no que se refere ao documento de 2002 seu conteúdo esteva calcado na economia baseada no conhecimento; em 2003, por seu turno, o documento publicado pelo BM articulou concepções referentes à globalização bem como da sociedade do conhecimento.

Deste modo, é necessário que façamos uma análise de cada documento para que possamos compreender os rumos que a educação superior, sob a tutela dos governos Lula da

Silva e Dilma Rousseff, está tomando. Para tanto, partamos do primeiro documento referente a 1994, intitulado: *Educação superior: as lições da experiência* (BANCO MUNDIAL, 1994). Em síntese este documento está assentado em políticas focalizadas para a redução da pobreza no contexto do desenvolvimento econômico em escala global. No presente documento são preconizadas quatro estratégias para a reformulação do ensino superior na América Latina, Ásia e Caribe. A primeira diz respeito à diferenciação das instituições e dos cursos, o que se traduz numa concepção de ensino superior calcado na existência de universidades públicas, universidades privadas, instituições não universitárias, além de cursos de curta duração, politécnicos, ensino a distância e ciclos.

A segunda estratégia preconiza a necessidade da diferenciação das fontes de financiamento para as universidades públicas. Esse processo se efetiva, consoante Lima (2011, p. 87) a partir da defesa do BM da cobrança de taxas de "[...] matrículas e mensalidades [...], corte de verbas públicas para as atividades não consideradas para a educação [...], [captação de] verbas privadas advindas de doações de empresas [...] e venda de serviços educacionais, como consultorias e pesquisas [...]". A autora acrescenta, "[...] esses serviços deveriam ser administrados através de convênios firmados entre as universidades públicas e as empresas, mediados pelas fundações de direito privado, concebidas como estruturas administrativamente mais flexíveis [...]" (BANCO MUNDIAL, 1994 *apud* LIMA, 2011, p. 88).

No que toca à terceira estratégia, esta corresponde à necessidade da redefinição das funções do Estado para que seja factível a privatização da educação, para isso seria necessário um arcabouço político e jurídico que constituísse diretrizes que atendessem a esta estratégia. A quarta estratégia, defendia que a qualificação do ensino superior se daria a partir da eficiência ofertada pelos setores privados, conforme o próprio documento:

> As instituições responsáveis pelos programas avançados de ensino e pesquisa deveriam contar com a orientação de representantes dos setores produtivos. A participação dos representantes do setor privado nos conselhos administrativos das instituições de ensino superior, públicas e privadas, pode contribuir e assegurar a adequação dos programas acadêmicos (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 6, tradução nossa).

Assim, sintetizamos, a partir do documento do BM de 1994 três elementos: i) a necessidade da substituição da educação superior por treinamento de custo reduzido para populações desprivilegiadas; ii) as nações no globo sendo centrais ou periféricas estarão inseridos na concorrência do mercado global; iii) a responsabilização é um pilar desse processo, logo, se um país periférico não atingir tais níveis, a responsabilidade será apenas sua.

O documento referente ao ano 2000 foi elaborado a partir de um convênio entre BM e UNESCO, esta publicação intitula-se: *Educação superior nos países em desenvolvimento: perigo e promessa* (BANCO MUNDIAL; UNESCO, 2000). De acordo com Barreto e Leher (2008, p. 425-426), como novidades, o documento caracteriza: "a) a expansão resultante do crescimento do número de alunos; b) a diferenciação crescente dos tipos de instituição e dos novos fornecedores do setor; e c) a revolução que permite acessar o conhecimento mais rapidamente e de lugares cada vez mais distantes".

O documento publicado pelo BM em 2002, intitulado: *Construindo sociedades do conhecimento: novos desafios para a educação terciária*, propõe em seu conteúdo uma transição de educação superior para educação terciária. Em verdade, este conceito representa um rebaixamento da qualidade da formação profissional dos países periféricos, o que, consequentemente, possibilita haver oferta de cursos pós-médios, bem como de curta duração. Esta oferta se efetiva a partir da liberalização do comércio do setor de serviços educacionais, que também é outro elemento reiterado na publicação. Esta comercialização dos serviços educacionais já tinha desde 1995 sido cogitada ou sugerida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) nos termos da privatização e mercantilização do setor educacional, propondo a inserção da educação no Acordo Geral sobre Comércio de Serviço (AGCS).

Em análise empreendida por Barreto e Leher acerca do documento de 2002, os autores asseveram:

> Todo um capítulo dedicado ao 'enfrentamento dos velhos desafios: a crise persistente da educação terciária nos países em desenvolvimento e em transição' [...] Um melhor aproveitamento do *Know-how* tecnológico emergente [...] é associado ao acesso a novos produtos e serviços de educação à distância, facilitando o fornecimento de programas qualificados, produzidos nos países desenvolvidos. Nesses termos, é legitimada a existência de um fosso entre dois mundos. O primeiro constituído pelos países centrais é marcado pela derrubada de limites, enquanto o outro (formado pelos países capitalistas dependentes) deve aprender a respeitar fronteiras estritas, como disciplinas e campos congruentes com as oportunidades de inovação emergentes no contexto local (BARRETO; LEHER, 2008, p. 425-426).

No que diz respeito ao documento de 2003, intitulado: *Educação permanente na economia global do conhecimento: desafios para os países em desenvolvimento* (BANCO MUNDIAL, 2003). Este documento esteve direcionado para as economias em desenvolvimento da Europa e da Ásia. O conteúdo do documento aborda o acesso às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e o acesso à aprendizagem. No capítulo "*Usando a tecnologia para transformar a aprendizagem* [...]", é proposto uma significativa inversão, na qual diz respeito

à necessidade da aprendizagem "[...] se tornar mais flexível e diferenciada para permitir mecanismos de distribuição '*delivery*' alternativos [...]" (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 65).

O presente documento lista emergências que revigoram as publicações anteriores, contudo realçam dois aspectos inovadores: i) o primeiro é referente ao contexto de legitimação: "o consenso europeu quanto às equivalências e aos mecanismos de garantia de qualidade (de acordo com o processo de Bolonha)" (BANCO MUNDIAL *apud* BARRETO; LEHER, 2008, p. 427); ii) o segundo está relacionado ao eixo norteador da nova elaboração: "novos instrumentos para a competência intercultural estão emergindo" (BARRETO; LEHER, 2008). As competências[80] mencionadas, não representa nenhum elemento inovador no que tange princípio para diretrizes curriculares no Brasil. Contudo, quando são inseridas na articulação dos fenômenos da economia do conhecimento da globalização, absorvem elementos distintos, logo, congrega sua provável revolução tecnológica aos intentos econômicos inovadores, buscando possibilitar a oferta de ensino à distância em escala planetária.

Neste contexto, atender as orientações do BM não significa uma relação passiva envolvendo o centro capitalista com os países dependentes da periferia, logo, é a partir da crise da dívida de 1982, que os países dependentes ficam à mercê dos imperativos do capital financeiro. Destarte, para que essas orientações sejam incorporadas é preciso um arcabouço jurídico e político que torne exequível essa processualidade. Isto se torna possível a partir do reordenamento do aparelho do Estado. O relatório do BM mencionado no início da presente subseção, orienta os processos em andamento na reforma do Estado. No conteúdo do relatório de 1997, é advogado que "[...] o Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não enquanto agente direto do crescimento, mas sim como um sócio, elemento catalisador e impulsionador deste processo (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 2).

O BM propicia uma crítica ao modo como o Estado monopoliza os serviços sociais e de infraestrutura. Para o BM o papel do Estado deveria se desdobrar, consoante Lima (2011),

> [...] a) em ações que promovam segurança pública (do combate à violência às parcerias com os empresários e trabalhadores o financiamento do sistema de seguridade social); b) na elaboração de uma regulamentação eficaz que aproveita as 'forças do mercado' em benefício dos 'bens públicos', estimulando as parcerias público-privadas; c) no incentivo à política industrial, inclusive com subvenções para o setor privado; d) na gestão eficaz da privatização das empresas estatais; e) no estímulo a maior 'competência' no interior da administração pública, através de um sistema de contratação por mérito e de avaliação por produtividade e f) na formulação de políticas que viabilizassem a participação dos empresários, dos sindicatos e dos usuários na supervisão dos serviços da administração pública (BANCO MUNDIAL, 1997 *apud* LIMA, 2011, p. 89).

[80] Para maior aprofundamento acerca das competências, *vide*: Ferreira e Duarte (2012); Machado (2011).

O centro gravitacional da política do BM para os países dependentes, isto é, a reforma do aparelho do Estado no Brasil entrou em processo a partir da década de 1990 e início do século XXI, desencadeando, deste modo, um vasto processo de privatização dos serviços sociais que outrora eram de exclusividade do Estado, estes serviços sociais incluem educação, bem como educação superior. É lícito destacar que a base ideológica em que se operacionalizou essa processualidade esteve calcada na ideologia neoliberal[81].

Compreendemos que o processo de reconfiguração do papel do Estado brasileiro[82] se desdobra em três etapas: 1) governos Fernando Collor /Itamar Franco (1990-1994); 2) Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); 3) Lula da Silva/Dilma Rousseff (2003-2014). Ressaltamos que não iremos fazer uma análise profunda deste processo, pretendemos apenas situar nossa discussão perpassando este itinerário. Nessa perspectiva, faremos uma exposição sintética das três etapas, nos detendo, assim, apenas na relação *capital x trabalho*.

A primeira etapa que corresponde ao governo Fernando Collor/Itamar Franco, diz respeito à defesa de uma crise fiscal do aparelho estatal resultante de sua ação direta na regulação dos conflitos sociais, diagnosticando, dessa forma, uma solução em que o Estado fosse máximo para capital e mínimo para o trabalho (PAULO NETTO, 1993), além de fundamento de um conjunto de ações que "[...] vão da privatização das estatais (setores estratégicos da economia nacional) à desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas " (LIMA, 2012, p. 442).

O segundo momento do processo de reforma do Estado se realiza durante o governo de Fernando Henrique Cardoso através da nova racionalidade com o Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração da Reforma do Estado (PDRE/MARE). Na análise de Lima (2012) acerca deste processo, a autora considera que:

> As consequências desta lógica gerencial no trabalho dos servidores públicos são evidentes. Quando o PDRE divide o Estado em setores, reorganiza o trabalho dos servidores públicos federais no seguinte sentido: no núcleo ou setor estratégico (Poder Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e, no Poder Executivo, ao Presidente da República) reforça e profissionaliza o núcleo, ocupando-o com servidores públicos altamente competentes e bem remunerados, identificados como *ethos* do serviço público. No núcleo de atividades exclusivas do Estado (Previdência social básica, tributação, fiscalização, justiça, diplomacia e segurança pública) implementa uma administração do tipo gerencial via profissionalização dos servidores e um regime estatuário associado ao cargo do servidor (LIMA, 2012, p. 443).

[81] Para maior aprofundamento acerca do Neoliberalismo para os críticos, *vide*: Antunes (2003;2006;2009); Perry Anderson (1995); para uma análise acerca da defesa do neoliberalismo, *vide*: Hayek (1990); Friedman (1977).
[82] Para maior aprofundamento, *vide*: Lima (2007; 2011; 2012).

Nessa acepção, o setor de serviços não-exclusivos do Estado[83], é explorado pelo setor privado através de contrato de gestão e o Estado atua como agente regulador, "[...] configurando as organizações sociais como entidades de caráter público não-estatal, os servidores terão suas carreiras constituídas a partir da lógica da avaliação por desempenho/produtividade" (LIMA, 2012, p. 443). Depois de realizada a contrarreforma do Estado no Brasil, o resultado imediato foi demissão voluntária, incentivo a aposentadoria, congelamento salarial, contratação de funcionários no regime celetista no serviço público, política de gratificação articulada com a lógica da avaliação de desempenho, rompendo, deste modo, o princípio da paridade e da isonomia. As políticas decorrentes deste processo reconfiguram intensamente a carreira dos servidores públicos federais que desempenham suas atividades laborais nos setores não-exclusivos do Estado, as universidades federais são um bom exemplo.

A terceira etapa se efetua nos governos petistas, Lula da Silva e Dilma Rousseff (em curso) respectivamente. Esta etapa da reforma neoliberal do Estado brasileiro esteve alinhada a três elementos: (i) o desmanche das fronteiras entre público e privado que se efetua através da lei das Parcerias Público Privadas; (ii) a reconfiguração do trabalho dos servidores públicos federais a partir da reforma previdenciária, bem como das novas formas de gestão do trabalho dos servidores e; (iii) o estabelecimento dos contratos de gestão que se dão nas universidades federais por meio de programa como o REUNI.

A partir dessa exposição, compreendemos um maior aprofundamento do processo de mercantilização da educação superior, logo, o aparato político e jurídico foi constituído a partir das orientações do BM para que tornasse possível além da garantia da segurança no apassivamento dos setores subalternos a partir de uma política de certificação em massa, tornou possível também a constituição da educação, em especial a educação superior como um nicho mercadológico promissor para extração lucrativa do capital financeiro.

3.4.2 Mercadorização da educação brasileira

A partir das recomendações sugeridas pelo BM no documento de 1994 como vimos anteriormente, este considera inadequado o modelo de universidade calcado na tríade ensino-pesquisa-extensão (*modelo humboldtiano*) para os países dependentes da periférica do capitalismo, sugerindo a substituição deste modelo a partir da adoção da universidade de ensino (*sem pesquisa*), assim, recomendando às economias periféricas a ficarem atentas aos sinais do

[83] Elencamos aqui: museus, escolas técnicas, centros de pesquisa e as universidades.

mercado. Com isso, dentro do avanço das contrarreformas neoliberais brasileiras, houve a promulgação da Lei nº 9.394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB agiu como um tipo de guarda-chuva jurídico, possibilitando a reconfiguração de vários decretos normalizadores afinados com as orientações do BM. Destacamos, entre todos estes decretos, o de nº 2.306/97, que considera o ensino superior como um bem de serviço comercializável, ou seja, um objeto para extração de lucros (SGUISSARDI, 2008).

Este processo em que se concebe a educação como uma mercadoria, é analisado por Rodrigues (2007), e convergimos com o autor no que respeita a classificação *educação-mercadoria* associada aos na qual está acoplada com os interesses empresariais da educação, e *mercadoria-educação* que se alinha aos interesses dos demais ramos empresariais (comercial ou industrial).

Como a educação localizada no setor não-exclusivo do Estado se possibilita a compreensão de que a educação seja um bem público e os estabelecimentos públicos e privados semelhantes na medida em que ofertam este tipo de serviço público, o que, consequentemente, possibilita, permite, justifica a canalização de fluxos de recursos públicos para o setor privado, bem como o direcionamento de investimento privado no setor público, o que oportuniza a diluição das fronteiras entre o público e o privado. Em acréscimo, este processo acaba adequando o setor educacional aos imperativos do capital, engendrando, deste modo, "[...] as bases para o aprofundamento da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial" (LIMA, 2007a, p. 19).

Nesse sentido ocorreu a processualidade de uma expansão das instituições privadas, em especial nos governos de Fernando Henrique Cardoso[84]. Contudo, chamamos atenção para uma expressão fenomênica própria das transações do mercado industrial ou financeiro no setor da educação que é a inserção dos grandes *Fundos de Investimento* no mercado educacional brasileiro, assim como já acontece em outras economias periféricas e centrais.

A respeito da consolidação deste mercado educacional, em função da expansão da educação privatizada, Gorgulho (2007, p. 01) considera que: "[...] o setor vai se consolidar em uma economia de escala, em que grandes grupos oferecerão ensino superior barato, com uma qualidade razoável". No limite, o autor supracitado explicita o modo como se operacionaliza esta economia por escala e de como se daria a oferta da educação superior por estes grandes grupos:

[84] Acerca do quantitativo de instituições privadas no bojo da expansão mercantil, no capítulo 3 da presente dissertação traz dados deste contexto.

> O quadro que se configura é o seguinte: grandes fundos de investimentos e capital externo apostam seus dólares nos grupos nacionais, que estão comprando instituições médias, que, por sua vez, incorporam as pequenas. [...] Para Sousa Neto[85], os principais consolidadores dessa cadeia são: Universidade Anhembi Morumbi do grupo norte-americano Laureate Education, a rede universitária global Whitney International University System, o paulista Grupo Anhanguera, o norte-americano Apollo Group, o mineiro Centro Universitário UMA e a carioca Universidade Estácio de Sá (GORGULHO *apud* SGUISSARDI, 2008, p. 1004).

O autor acrescenta:

> Eles são bons na área de gestão, compram instituições que estão baratas, endividadas, com muitos passivos e reestruturam via administração inteligente das dívidas e dos riscos, até reverter a situação e a empresa voltar a dar resultado [lucro] em uns dois ou três anos (GORGULHO *apud* SGUISSARDI, 2008, p. 1004).

Assim, os Fundos de Investimento, conforme o estudo de Sguissardi (2008) seriam aproximadamente duas dezenas, buscando aplicar R$ 3 bilhões para o setor educacional brasileiro. Possibilitando, deste modo, redes nacionais de ensino superior abrirem seus capitais e negociarem suas ações nas bolsas de valores.

Este cenário é a culminância do processo de mercantilização da educação superior. Retratamos este panorama, ainda que sinteticamente, para obtermos noção de quão preocupante é a situação da educação superior brasileira. Todavia, nos limitaremos a analisar a política de educação superior nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (em curso), sem perder de vista o nexo com o cenário exposto nesse capítulo, o qual condiciona a realidade do ensino superior gerido pelos governos do PT.

---

[85] Renato de Souza Neto, ex-sócio da Paulo Renato Souza consultores.

4 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS GOVERNOS PETISTAS

4.1 Panorama educacional petista

Neste capítulo nossa análise consistirá na busca de desvelar os elementos subjacentes à política de educação superior brasileira nos governos federais do Partido dos Trabalhadores do ano de 2003 a 2014. Como foi visto nas seções precedentes, além do PT ter sofrido um transformismo, há também, influências da política imperialista que concebem formas peculiares para a processualidade do ensino superior nos países da periferia capitalista a partir das orientações dos organismos internacionais. Portanto, buscaremos analisar algumas políticas estratégicas que foram implementadas ao longo dos governos petistas e tentar desvelar seu afinamento com os intentos do capital financeiro, o que fortalece a noção de transformismo vivenciado pelo PT.

Para tal empreendimento, faz-se necessário analisar, ainda que de modo breve, a política educacional como um todo. Constatamos que os intelectuais que orientaram no plano político os caminhos para a educação brasileira integram e/ou representam um movimento empresarial intitulado *Todos pela Educação*[86] (TPE). Em verdade, desde a década de 1990 este grupo empresarial do Brasil constituiu fóruns e elaborou documentos que denotam interesses na organização de uma agenda educacional direcionada para a "produção de uma nova sociabilidade mais adequada aos interesses privados do grande capital nacional e internacional" (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 227). Esta concepção se consolida a partir da *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, que teve como organizadores o BM e a UNESCO. A partir disso, é proposta a reformulação da escola para que esta possa atender com maior eficácia as demandas do capital, constituindo, através da formação escolar, uma *classe-que-vive-do-trabalho* que domine as competências tecnológicas, bem como organizacionais, conformando, assim, uma política educacional de cunho gerencialista.

O TPE é apresentado como uma iniciativa provinda da sociedade civil, contudo, "[...] constitui-se, de fato, como uma rede política que congrega agentes sociais, intelectuais, empresas, instituições públicas e privadas e grupos de interesses heterogêneos, articulados entorno de um discurso comum" (VOOS *apud* BERNARDI; ROSSI, UCZAK, 2014, p. 4). É

[86] O TPE foi constituído, em 2005, por um coletivo de intelectuais orgânicos do capital. Este coletivo se reuniu para refletir acerca da realidade da educação do Brasil para as atuais demandas do sistema sóciometabolido do capital.

lícito acrescentar que a grande parte dos componentes do TPE não é oriunda do âmbito educacional, todavia, são "profissionais ligados à economia, administração, comunicação, ao mundo dos negócios ou pessoas que ocuparam determinados cargos políticos nos governos federal ou estaduais" (BERNARDI; ROSSI, UCZAK, 2014, p. 4).

Nessa lógica, o TPE vinculado ao setor empresarial, bem como ao capital financeiro, empreendeu uma convocatória para intervir no setor educacional:

> Partiu da constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção 'de classe' na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, D'Pascoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outros (EVANGELISTA; LEHER, 2012, p. 7).

Em síntese, para não nos alongarmos nesta questão, realçamos que o TPE possuía interesses em formular políticas educacionais apenas para a educação básica, o que já evidencia afinação com as orientações dos organismos internacionais. Na tentativa de mudar a lógica do setor educacional brasileiro o TPE elaborou um plano de ações intitulado *Compromisso Todos pela Educação*. Nessa lógica, os empresários promovem cinco metas circunscritas à educação básica, as quais deverão ser atingidas até o ano de 2022[87]. Por conseguinte, em acordo com o plano de ações do TPE, o Ministério da Educação (MEC), em 2007 criou o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* e lançou o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE), no qual:

> [...] como o próprio nome já diz, é um plano que prevê o desenvolvimento da educação no Brasil com o objetivo de investir na educação básica através de projetos que envolvam toda comunidade escolar por meio de iniciativas que garantam o sucesso e a permanência com qualidade do aluno na escola. Vale lembrar que o PDE assumiu todas as metas do Movimento, certificando a sujeição da política educacional ao consenso construído pelos empresários brasileiros (BERNARDI; ROSSI; UCZAK, 2014, p. 8).

A partir disso, constata-se a falta de políticas voltadas para a educação superior[88], bem como o acatamento do governo petista em assumir as metas do movimento empresarial TPE.

---

[87] As cinco metas são: "Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; Meta 4 – Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído; Meta 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido – Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2008, p. 101).

[88] No item 4.2.9. da presente dissertação, empreendemos uma análise das políticas para a educação superior que, por seu turno, foram incorporadas no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Contudo, percebe-se um grande interesse na educação básica. Mas se recorrermos a dados acerca deste nível de ensino atualmente, constatamos que as metas estão bem longe de serem efetivadas em 2022.

Corroboramos com a compreensão de Sousa Junior (2014) quando o autor reflete acerca do avanço econômico brasileiro ao passo que foi mantido o atraso no sistema de ensino, "[...] exemplo disso é a permanência ainda nos dias de hoje das elevadas taxas de analfabetismo" (p. 253). Além de ser constatada grande distorção que envolve o crescimento do PIB e o correspondente investimento em educação, quando há uma comparação envolvendo o Brasil com alguns países do Continente. Para o autor supracitado:

> [...] se considerássemos um investimento em educação da ordem de 10% do PIB versus a população em idade escolar a ser atendida, teríamos no Brasil um investimento anual por aluno de US$ 2.398,00; inferior, considerando as mesmas varáveis, nos vizinhos latino-americanos, Cuba (US$ 4.152,00), México (US$ 3.738,00), Argentina (US$ 4.152,00), Chile (US$ 4.425,00) e Uruguai (US$ 4.647,00). O investimento brasileiro seria comparável, e ainda ligeiramente inferior, ao de Botswana (US$ 2.532,00), da África do Sul (US$ 2.694,00) e bem inferior ao da Rússia (US$ 6.845,00) (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO *apud* SOUSA JUNIOR, 2014, p. 253-254).

Nesse sentido, o problema relacionado ao financiamento da educação, bem como ao combate ao analfabetismo proposto pelas Metas do TPE, é evidenciado na exposição da tabela 3 que o Brasil possui um PIB bem superior ao dos países comparados, mas possui a segunda pior taxa de alfabetização.

Tabela 3 - Comparação PIB e taxa de alfabetização (Brasil, México, Argentina, Uruguai, Cuba) – 2011.

	Brasil	**México**	**Argentina**	**Chile**	**Uruguai**	**Cuba**
PIB (bilhões $)	2,324	1,683	726	304	52	114
Taxa de alfabetização	89%	86%	97%	96%	98%	100%

Fonte: Sousa Junior (2014, p. 254).

Com efeito, no que concerne ao financiamento da educação brasileira, podemos expor as despesas da União com a função educação no período que corresponde aos governos petistas (2003-2014) na Tabela 4:

Tabela 4 - Despesas da União com a Educação (2003-2014).

Ano	Despesas da União em Educação R$
2003	39.225.224.141
2004	38.986.086.525
2005	40.506.998.062
2006	46.417.407.282
2007	52.832.416.426
2008	57.662.164.755
2009	68.752.485.193
2010	82.428.536.504
2011	92.101.478.182
2012	97.404.409.903
2013	96.526.150.733
2014	106.778.671.684
Δ 2003-2014	**172,22%**

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento – SIGA Brasil) (2014).

Percebe-se um aumento nos investimentos do orçamento da União para a educação da ordem de 172,22%, atingindo no ano de 2014 — último ano do primeiro mandato Dilma Rousseff — uma quantia de mais de R$ 106 bilhões de reais. Todavia, se compararmos esse montante com o destinado ao pagamento da dívida pública, consoante a Tabela 6, da presente dissertação, no ano de 2014, mais de R$ 1 trilhão foi direcionado para cobrir apenas serviços da dívida. Esses dados evidenciam quais são as prioridades para os investimentos dos governos analisados.

No que diz respeito ao PIB canalizado para a educação, a partir de dados extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP – 2013), é possível constatar o percentual do PIB para a educação:

Tabela 5 – Percentual do Investimento em Educação em Relação ao PIB – (2003-2013).

	Percentual do Investimento – PIB (%)						
Ano	**Todos os Níveis de Ensino**	**Níveis de Ensino**					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamento		Ensino Médio	Educação Superior
				Séries Iniciais	Séries Finais		
2003	**4,6**	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	**4,5**	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,8
2005	**4,5**	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,9

2006	**4,9**	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	**5,1**	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	**5,3**	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,8
2009	**5,6**	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	**5,6**	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	**5,8**	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	**6,0**	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	**6,2**	5,1	0,6	1,7	1,6	1,1	1,1

Fonte: Inep/Mec (2013).

A partir dos dados da Tabela 5, constatamos que em dez anos de governos petistas o aumento relativo ao PIB direcionado ao financiamento da educação brasileira esteve na ordem de 1,6%. Esse orçamento, porém, não é circunscrito apenas para a educação pública estatal, contudo, este tema será debatido ao longo do desenvolvimento deste capítulo. É lícito ressaltar que esses dados envolvem investimentos de Estados, municípios de Distrito Federal, portanto, não se circunscrevendo apenas ao governo federal.

Nessa acepção, pode-se constatar um cenário preocupante para a educação básica, que ganha destaque nas orientações dos organismos internacionais, bem como nas metas do TPE. Concernente à educação superior, esta é localizada nesse cenário como uma área estratégica assim como promissora para a acumulação capitalista. Nesse sentido, compreendemos que os governos petistas efetivaram sua lógica de *hegemonia às avessas* a partir do atendimento aos intentos do capital financeiro para o ensino superior brasileiro, pois, as diretrizes centrais da *Reforma da Educação Superior* adotadas foram: diferenciação das instituições e dos cursos de ensino superior, como também das fontes de seu financiamento. Esta lógica foi empreendida doravante o movimento do empresariamento do ensino superior, a atuação das Parcerias Público-Privadas, a liberalização dos serviços educacionais e o estabelecimento dos contratos de gestões.

4.2 A educação superior nos governos Lula da Silva

Não iremos comentar as ações implementadas pelos governos petistas na sua totalidade por compreender que está para além de nossos intentos, contudo, uma breve exposição sobre o processo de formação e desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores até sua chegada ao governo federal foi feita na primeira seção desta dissertação. Deste modo, direcionamos nosso olhar para a política de educação superior empreendida pelos governos Lula da Silva (2003-

2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). No primeiro momento, as ações tomadas para que fosse possível realizar uma reforma da educação superior foram precedidas por um diagnóstico do cenário educacional no âmbito superior.

Para tanto, foi a partir da constituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de 20 de outubro de 2003, no qual foi designado para realizar uma análise geral da situação que atravessa a educação superior brasileira e, por conseguinte, a partir dos elementos constatados, para que se apresentasse um plano de ação com o objetivo de: reestruturar, desenvolver e democratizar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). De acordo com Otranto (2006, p. 43), o GTI foi constituído por doze membros, sendo que cada par de representantes pertencia a um destes órgãos: "Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda".

O resultado da análise do GTI foi divulgado, extraoficialmente, no final de 2003 (BRASIL, 2003). O relatório produzido a partir do diagnóstico realizado pelo GTI é composto por quatro partes: "[...] ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da reforma universitária [...]" (OTRANTO, 2006, p. 43). Em acréscimo, o diagnóstico realizado pelo GTI sobre o ensino superior brasileiro, em especial as universidades federais, era catastrófico, logo, o texto constatava uma crise da educação superior brasileira, atribuía o problema à crise fiscal e à suposta impossibilidade do Estado em efetivar novos investimentos para este nível de ensino, contudo, não dava maiores explicações acerca desta crise. Nessa acepção, não se limitando apenas às IFES, o relatório do GTI demonstrava o cenário precário que as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) vivenciavam em função de sua grande expansão durante o governo Cardoso, encontrando-se naquela oportunidade "[...] ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada [...]" (CARVALHO, 2006, p. 5), bem como a grande desconfiança no que se refere a qualidade dos diplomas.

Conforme Carvalho,

> [...] o crescimento da oferta de vagas foi mais acelerado que a evolução na procura pelas instituições particulares, reduzindo a relação candidato/vaga de 2,2 em 1998 para 1,6 em 2002. O esgotamento da expansão pela via privada fica ainda mais evidente quando se observa o percentual de vagas não preenchidas pelo vestibular nestas instituições. Enquanto em 1998, a proporção já era de 20%, em 2002, as vagas não preenchidas saltam para 37% (CARVALHO, 2006, p. 05).

A premência na tomada de ações se dá em virtude da meta para a expansão de vagas discentes na educação superior que, segundo Trópia (2012, p. 362) era uma "[...] expansão acordada pelo Brasil e os Organismos Internacionais que previa que, até o final da década de 1990, pelo menos 30% dos jovens entre 18 a 24 anos estariam matriculados no ensino superior". Nessa acepção, o relatório indica como possíveis soluções: "a. Um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente as universidades federais; b. Uma reforma universitária mais profunda" (BRASIL, 2003).

No tocante ao *item b* que trata de "uma reforma universitária mais profunda", compreendemos que este movimento dirige a lógica de expansão das matrículas discentes através uso do ensino a distância, modificação na política de financiamento (inserção de recursos privados nas instituições públicas) e regulamentação da autonomia universitária, logo, para o GTI a efetuação desses elementos seriam suficientes para solucionar os problemas das IFES.

No que concerne ao financiamento da educação superior[89], o relatório do GTI sugere fontes de financiamento alternativas para este nível de ensino, porém, por não terem sido aprovadas pelo grupo, estas alternativas foram anexadas no final do documento. Estas alternativas eram contribuições de ex-alunos, distribuição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a ponto de tornar factível que uma parte das verbas fosse direcionada para o âmbito da restauração das universidades públicas, além de remover da folha de pagamento os inativos do orçamento das IFES. Otranto (2006, p.48) ressalta que o GTI propõe "[...] uma lei de incentivo fiscal para o ensino superior, a criação de fundos empresariais para financiar o funcionamento das universidades federais e um acordo de troca da dívida externa por investimentos em educação". Em verdade, todas as propostas buscam reduzir os gastos do orçamento da união com a educação superior. No que diz respeito à substituição do pagamento da dívida pública por investimento no ensino superior, tratou-se de uma orientação do BM e da UNESCO em documento publicado em 2000 (BANCO MUNDIAL, 2000). Todavia, o texto do documento explicita que a redução da dívida pública ficará condicionada às reformas da educação superior dos países da periferia capitalista como o Brasil.

No limite, o relatório do GTI serviu de fundamento para as demais políticas que impulsionaram a *Reforma da Educação Superior* e que foram se efetivando ao longo dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, assim, analisaremos as medidas legais, implantadas oficialmente, que mais impactaram o cenário da educação superior brasileira.

---

[89] Trataremos com maiores detalhes acerca do financiamento do nível de ensino em tela na subseção 3.4.

4.2.1 Os anteprojetos da reforma da educação superior

Na medida em que o diagnóstico do GTI foi sendo disseminado, houve, concomitantemente, a implementação de outras medidas referentes à educação superior. O MEC publicou três documentos que tinham o objetivo de exibir a proposta da reforma da educação superior para ser debatida pela sociedade civil brasileira. Sendo eles: 1) *Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes*, em verdade este documento busca reafirmar os princípios, bem como consolidar as diretrizes do relatório do GTI, que em nenhum momento foi divulgado publicamente (BRASIL, 2004a); 2) O segundo documento foi exibido como primeira versão do Anteprojeto de Reforma da Educação Superior do MEC (BRASIL, 2004b); 3) O terceiro documento representou a segunda versão do Anteprojeto de Reforma da Educação Superior (BRASIL, 2005).

Não obstante a circulação restrita destes três documentos e a total ausência de debate no âmbito da sociedade civil, os elementos fundamentais da Reforma da Educação Superior brasileira foram constituídos e instituídos legalmente (OTRANTO, 2006). A despeito disso, setores do movimento docente, vinculados ao ANDES-SN se posicionaram firmemente sobre as iniciativas do governo Lula da Silva para o ensino superior. De acordo com o caderno da Associação dos Docentes da Universidade de Capinas (ADUNICAMP), alguns desses elementos se destacam como força motriz da reforma:

> 1) a consolidação do eixo privado como o vetor do fornecimento da educação superior; 2) a naturalização de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior receberão ensino de qualidade drasticamente inferior; 3) a transformação da universidade em organização de serviços demandados do capital, metamorfoseados como inovação tecnológica; 4) a convenção da educação tecnológica em um braço da ação empresarial; e 5) a hipertrofia do controle governamental e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica (ADUNICAMP, 2005, p. 5).

Neste sentido, as ações do relatório do GTI que foram denotadas no corpo de seu diagnóstico, por seu turno, foram incorporadas nas versões do *Anteprojeto de Reforma Universitária*, preconizada em 2004 e 2005 pelo então ministro Tarso Genro. “Ao encaminhar os anteprojetos para conhecimento e ‘discussão pública’, o governo Lula cumpriu um importante papel no processo de difusão ideológica, na medida em que pôde, por assim dizer, testar o impacto das propostas ali apresentadas” (TRÓPIA, 2012, p. 362). Com isso, algumas

temáticas dessa processualidade o MEC utilizou como termômetro para medir a reação da sociedade civil, sendo elas:

> [...] redução do papel do Estado à condição de agente avaliador e regulador do ensino superior; aumento da participação da sociedade — leia-se mercado — na definição dos projetos de investimentos públicos (Parceria Público-Privada); adoção de medidas afirmativas e de uma política de cotas para compensar o elitismo do ensino superior; financiamento público para IES particulares; e, finalmente, flexibilização do sistema de ensino superior (TRÓPIA, 2012, p. 363).

Destarte, os anteprojetos de reforma da educação superior foram preconizados pelo governo Lula da Silva, segundo sua visão, como medidas democratizantes, contudo, escamotearam os reais objetivos do capital para este nível de ensino, realizando-os posteriormente. No limite, ao passo que os anteprojetos de reforma da educação superior estavam sendo discutidos por setores da sociedade civil, políticas eram implementadas paralelamente para o ensino superior. Estas políticas instituídas pelo governo Lula da Silva dizem respeito: à implementação do Programa Universidade para Todos (ProUni); implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); da Lei de Inovação Tecnológica (LIT); da educação à distância (EaD), do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e das Parcerias Público-Privadas (PPP's), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI). Estas políticas serão objeto de análise das próximas subseções, ressaltando que a análise contemplará a lógica das políticas na dinâmica dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

4.2.2 As Parcerias Público-Privadas (PPP's)

As Parcerias Público-Privadas (PPP's) foram instituídas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, esta lei estabeleceu normas para licitação, bem como contratação de PPP's no contexto da administração pública. De acordo com Lopreato (2005, p. 9), "[...] as PPP's foram pensadas para fazer os investimentos que o setor público deixou de realizar porque tem que gerar o *superávit primário* exigido na manutenção da sustentabilidade da dívida que o mercado requer".

Com efeito, a noção de que o mercado possui maior capacidade do que o Estado para o provimento de serviços sociais é um dogma advogado pelos governos. Em sua aparência, as PPP's são propostas como uma medida crucial para impulsionar o país em nível das economias centrais, assim, em troca de determinadas garantias, o setor privado possuirá uma grande quantidade de recursos canalizada nos setores de educação, ciência e tecnologia, infraestrutura, entre outros.

Na compreensão de Leher acerca das PPP's é que essa concepção é

> [...] compartilhada pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo FMI. O interesse desses organismos na matéria é forte. O governo brasileiro acertou com a chefe da missão do FMI, Teresa Ter-Minassian, que o projeto das PPPs, o PL de Inovação Tecnológica e o de Lei de Falências devem ser prioridades da pauta do Parlamento nacional (LEHER, 2004, p. 872).

A noção da incapacidade do Estado de dispor de novos investimentos para as áreas sociais, bem como a crença na maior eficiência do setor privado na utilização de recursos legitimam a lógica do estabelecimento de contratos envolvendo o Estado com o setor privado para propiciar todas as atividades que outrora foram fornecidas pelo Estado, contudo, ressaltamos que estes serviços são ofertados pela iniciativa privada a partir do financiamento público. Todavia, ressaltamos que o alcance das PPP's vai além do que o previsto no *Plano Diretor da Reforma do Estado*, do governo Cardoso, no qual, é expressado no projeto de lei que prevê normas gerais para a contração de PPP's no âmbito da administração pública, seu art. 3º "Pode ser objeto de parceria público-privada: I – a delegação, total ou parcial, da prestação ou exploração de serviço público, precedida ou não da execução de obra púbica" (BRASIL, 2003b). Portanto, retirando as atividades que correspondem a regular e legislar o que sobra pode ser apreendido pelas PPP's. Deste modo, a incorporação da saúde, educação, meio ambiente, pesquisa e ciência e tecnologia (C&T) pode ser feita por essas parcerias.

Deste modo, ficarão a cabo do setor privado as decisões acerca dos investimentos públicos. De acordo com Leher (2004, p. 873):

> [...] as resoluções de investimentos ficarão por conta dos investidores privados que os selecionarão de acordo com os seus critérios de poder de mercado e de maximização de lucros. Evidentemente, nesse escopo não cabem políticas públicas universalizantes. A focalização de nichos de mercado provavelmente será a regra. Se houver financiamento público, setores mais pobres podem ser alcançados com políticas assistenciais, nos termos das políticas de "aliviamento à pobreza" do Banco Mundial; se houver possibilidade de explorar tarifas e taxas, certamente os setores mais favorecidos serão alcançados por essas parcerias.

O conteúdo das PPP's é oriundo da política econômica inglesa no governo Thatcher que se realizou em função dos efeitos negativos engendrados pela desenfreada privatização. Assim, seu sucessor, *primeiro ministro John Major*, reconheceu que o investimento privado não daria conta de subsidiar vários segmentos, com isso, o Estado estaria designado para efetivar este subsídio. Nessa acepção, de alocação de fluxos de investimento público para o setor privado, portanto, uma nova forma de privatização tornou-se factível. Dessa forma, esse modo se instala

no Brasil a partir da instituição da lei das PPP's (CALIARI, 2004). Asseveramos essa compreensão a partir da noção do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC): "[...] na verdade as PPP's são uma forma de privatização de setores e serviços públicos estratégicos. Criaram um novo nome para uma coisa antiga e conhecida de todos" (NUNES, 2004).

Na política brasileira a compreensão de que o setor privado é mais eficaz do que o setor público não é algo surgido atualmente. Se recorrermos aos anos 1990, podemos localizar o exemplo da Articulação Sindical, a corrente majoritária na Central Única dos Trabalhadores e no PT, a qual orienta sua agenda política para o fechamento de pactos e acordos com o setor empresarial, tirando de sua agenda a política do Estado social. Leher (2004, p. 873) nos oferece um exemplo essencial: "o caso da formação profissional é emblemático. Em vez de apostarem nos centros públicos, optaram por utilizar as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador em organismos privados". Em acréscimo, a noção de que as políticas sociais e de infraestrutura podem ter como protagonista o setor empresarial via PPP's está sendo irradiada desde a Reforma do Estado no governo Cardoso.

A noção da suposta "crise fiscal do Estado" apontada pelo diagnóstico do GTI não se sustenta. Os governos petistas através do orçamento da união canalizam uma quantidade de recursos para o pagamento da dívida pública que está entre as maiores do mundo, conforme pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 6 – Despesas da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (2003-2014).

Ano	Juros	Amortização	Refinanciamento	Total Despesas Dívida Pública
2003	119.962.336.006	166.005.164.472	700.076.814.314	986.044.314.791
2004	131.513.188.604	138.438.410.929	632.714.913.736	902.666.513.269
2005	147.404.021.891	86.724.811.395	822.205.460.073	1.056.334.293.359
2006	240.512.368.071	198.169.561.241	593.873.612.131	1.032.555.541.443
2007	215.192.702.615	149.035.008.087	575.594.275.257	939.821.985.959
2008	160.141.105.353	250.668.091.351	401.716.010.460	812.525.207.164
2009	171.836.746.804	354.987.245.462	362.614.152.108	889.438.144.374
2010	160.992.741.296	187.818.155.534	489.560.773.994	838.371.670.824
2011	162.165.600.909	135.035.439.580	578.947.584.182	876.148.624.671
2012	157.395.034.495	377.742.057.814	348.907.366.321	884.044.458.630
2013	156.639.369.015	368.424.847.547	269.123.384.644	794.187.601.206
2014	177.116.101.549	200.350.999.455	639.282.217.660	1.016.749.318.664
Total	**2.000.871.316.606**	**2.613.399.792.866**	**6.414.616.564.880**	**11.028.887.674.353**

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento – SIGA Brasil); Elaboração baseada em Reis (2016, p. 22).

Nesse percurso, é que localizamos ainda nas primeiras ações do governo Lula da Silva na reforma da educação superior brasileira, o objetivo de diluir as fronteiras entre o público e o privado, de forma que todas as instituições de ensino superior, independente de sua natureza jurídica, estejam inseridas no plano de ações deste governo para expandir o acesso à educação superior.

Leher (2004) empreende uma análise crucial ainda no período de aplicação de tais políticas, onde o autor compreende a vinculação existente entre o ProUni e a Lei de Inovação Tecnológica (LIT) com a lógica das PPP's, nos seguintes termos:

> Além do PPP, um projeto 'guarda-chuva', existem medidas que incidem diretamente sobre a universidade: o Programa Universidade para Todos (ProUni) (observe-se a ausência do adjetivo pública) e o PL de Inovação Tecnológica. No primeiro projeto, por meio de gigantesca renúncia fiscal, que poderá ultrapassar R$ 2,0 bilhões/ano, montante equivalente a mais de 1/3 do orçamento de todas as instituições federais de ensino superior, o Estado irá comprar vagas do setor privado, metamorfoseando-se em vagas 'públicas' (porém não gratuitas) [...]. A outra face dessa diluição da fronteira entre o público e o privado é o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, originalmente de autoria de Cardoso e redimensionado pelo atual governo [Lula da Silva]. As universidades serão inseridas no moinho satânico da reprodução do capital, colocando à disposição laboratórios, equipamentos e, principalmente, pessoal para iniciativas empresariais, como se as empresas locais estivessem demandando a produção de tecnologias e, ainda mais inverossímil, como se as inovações tecnológicas nascessem nas universidades. Em troca, as instituições receberiam alguma compensação econômica por parte das empresas, desde que abram mão de seu caráter público e não-mercantil. Em suma, é a institucionalização do 'capitalismo acadêmico' (LEHER, 2004, p. 876).

A partir da efetivação do ProUni, LIT, além do FIES — no qual se trata de outro programa de parceria entre o setor público e o setor privado —, essas parcerias na educação superior trouxeram profundas transformações para o setor. Em verdade, implicam uma redefinição do papel do Estado na efetivação do direito à educação, expandindo o setor privado em detrimento do público. No limite, a universidade pública e as Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) passam a habitar um sistema único igualando-as no direito de receber investimentos do Estado, portanto, desde que atendam aos requisitos do sistema avaliativo bem como possuam compromisso social. Em síntese, na lógica das PPP's "praticamente" toda a administração pública direta ou indiretamente faz parte de seu abrangente campo. Destarte, o papel do Estado como distribuidor e pagador está reservado no contrato das parcerias:

> [...] sob forma de contratos, haverá uma ampla distribuição de privilégios [...] esses privilégios podem consistir na autorização para impor tarifas por prestação de serviços, mas também no direito de receber remuneração do Estado, por obras e serviços, os chamados direitos emergentes do contrato (JURUÁ, 2005, p. 37).

Para o parceiro privado está reservado gastar, contratar serviços e gerir o processo. Para impulsionar ainda mais suas tarefas, este parceiro pode pegar empréstimos do mercado

financeiro. Caso o parceiro público possua direito a alguma receita, só serão utilizados os valores em casos de investimentos. No que tange os gastos correntes, para seu próprio custeio, estão proibidos (OTRANTO, 2006). Para Juruá (2005, p. 41-42),

> [...] parece que o Brasil está sendo leiloado. O governo é um corretor sem direito (legal, formal) às comissões de corretagem. Os compradores terão seus direitos plenamente assegurados, em conformidade com os direitos de propriedade tão prestigiados em países imperiais. Terão garantia de lucratividade em suas aplicações financeiras, pouco importa o desperdício que assumirem.

Sendo assim, compreende-se que se quase a totalidade inteira da função pública pode ser alvo das PPP's, o setor educacional muito provavelmente não conseguiria fugir de tal lógica. Nesse sentido, nas subseções seguintes, pretendemos analisar as políticas que estão diretamente associadas à lógica das PPP's além daquelas que são implementadas para suplementar o projeto de ensino superior do capital.

4.2.3 O Programa Universidade para Todos (ProUni)

O Programa Universidade para Todos (ProUni)[90] pode ser considerado a realização de um dos mais ambiciosos sonhos das instituições de ensino superior confessionais, comunitárias, filantrópicas e com fins lucrativos. O ProUni deveria ter sido lançado em 17 de abril de 2003, mas Lula da Silva optou por adiar seu lançamento. Conforme o jornal *Folha de São Paulo* (2004), o ProUni foi alvo de ataques por reitores das IFES, bem como de representantes de associações de entidades privadas de ensino superior, estes últimos empreenderam uma crítica acerca do percentual de vagas a serem abertas, em contrapartida exigiram como moeda de troca a isenção do imposto de renda e de mais três tributos para os estabelecimentos com fins lucrativos.[91]

O governo Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei do ProUni. Contudo, não obstante esta tramitação, Lula da Silva editou, em 10 de setembro de 2004, a Medida Provisória (MP) nº 213 que instituiu o ProUni. Ademais, o Decreto nº 5.245/04, regulamentou a Portaria nº 3.268, de 19 de outubro de 2004, e a MP em tela, estabelecendo, dessa forma, os procedimentos de adesão das IPES ao ProUni (OTRANTO, 2006).

---

[90] Não iremos discorrer sobre o processo desde a formulação do ProUni até sua implementação, nos concentraremos nos aspectos mais fundamentais e reveladores do caráter privatista desse programa e das políticas do governo federal para o ensino superior. Para maior aprofundamento acerca do ProUni, *vide*: Leher (2004); Trópia (2012); Otranto (2006).

[91] A lógica da renúncia fiscal está associada ao ProUni, para maior aprofundamento acerca desta temática, *vide*: Carvalho (2006).

No dia 13 de janeiro de 2005, o ProUni veio a se tornar lei — Lei nº 11.096/05. Este programa atende a todas as instituições privadas que a ele aderirem, garantindo a elas isenções fiscais de: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Leher (2004, p.879) em análise desenvolvida no processo de implantação do ProUni, já considerava:

> Caso todas as instituições privadas venham a aderir ao PROUNI, haverá um subsídio superior a R$ 2,0 bilhões/ano aos empresários [...] é importante destacar que o número de vagas é muito inferior às metas originalmente estabelecidas. Inicialmente, o MEC previa 400 mil vagas; agora não passarão de 180 mil, meta a ser alcançada daqui a três anos, sendo metade composta de bolsas parciais (como os 50% restante serão custeados pelos alunos de baixa renda). A rigor, todos esses cursos poderiam ser na forma de "cursossequenciais" de curtíssima duração, a modalidade de educação minimalista "em" nível superior para os mais pobres. Da versão original à MP, o custo relativo de cada vaga foi multiplicado por 2,8.

O caminho da expansão das matrículas no ensino superior privado se realiza em três momentos da história do Brasil: em 1970 com o empreendimento do governo civil-militar; em 1998 com a privatização até então recorde do governo Cardoso e a nova LDB; e a partir do primeiro governo Lula da Silva até o governo Dilma Rousseff, período que analisamos.

Foi no cenário de deterioração do ensino superior privado em função da não ocupação das vagas — como foi visto no diagnóstico do GTI acima — e de inadimplência nestas instituições que surgiu o ProUni, imbuído do discurso de justiça social e tendo como público-alvo bem definido os estudantes de baixa renda.

Neste sentido, os principais critérios de elegibilidade dos candidatos às bolsas são o nível de renda familiar e o estudo em escolas públicas ou mesmo particulares desde que na condição de bolsistas. Além desses critérios, o ProUni determina, obrigatoriamente, que determinada quantidade de bolsas será canalizada para ações afirmativas, ou seja, para atender aos indivíduos que possuem deficiências, aos negros e indígenas. Outra prioridade definida para a concessão de bolsas é a formação de professores da educação básica. Estas medidas comungam com os interesses de setores da sociedade civil, como os movimentos populares que reivindicam a bandeira das ações afirmativas.

Todavia, no tocante aos dados acerca do perfil dos estudantes na educação superior estes demonstram que democratizar essa esfera do ensino é tarefa de alta complexidade no Brasil em virtude da colossal desigualdade das rendas familiares, bem como da reduzida oferta de vagas no ensino superior público e de qualidade. Isto se dá em função de elementos que dizem respeito tanto à escolaridade líquida da população de 18 a 24 anos, bem como aos profissionais que se

inserem no ensino superior em busca de um diploma que represente maior qualificação para a atuação no mercado de trabalho.

O ProUni representa uma forma de privatização que escamoteia a realidade, com sua aparência de política social para democratização de vagas no ensino superior, ocultando, em verdade, o montante de recursos que o Estado deixa de arrecadar com as isenções fiscais das IPES. Esta ampliação da privatização da educação superior — que está em curso no Brasil desde a reforma de 1968 — atende, a rigor, aos interesses dos empresários da educação, logo, nessa acepção, a educação é compreendida como uma área de extração de lucros, deste modo, impulsiona novas formas de valorização do capital. Portanto, este cenário enquadra-se naquilo que Rodrigues (2007) denomina de "educação-mercadoria".

Limitando-nos aos dados referentes ao ProUni nos governos petistas, identificamos a partir da Tabela 7, abaixo, os dados referentes aos gastos tributários da União com o ProUni.

Tabela 7 - Gastos tributários da União com o ProUni (2005-2014).

Ano	ProUni
2005	177.086.854
2006	343.789.715
2007	535.882.639
2008	631.266.786
2009	735.511.137
2010	762.939.552
2011	698.659.132
2012	890.479.903
2013	830.190.930.
2014	625.001.269
Total	**5.400.616.987**

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) – PLOA 2014.

Observa-se na Tabela 7 que desde sua implementação o ProUni já gerou um gasto tributário da ordem dos R$ 5 bilhões, havendo, desta forma, um aumento relativo à 352,93% dos recursos destinados ao programa. Um valor alto que poderia ser arrecadado e direcionado para o financiamento das IFES, contudo, este não é o interesse dos governos em questão nem faz parte das orientações dos organismos internacionais para o ensino superior.

Na década de 1990, o BM publicou um documento denotando que, no caso dos países dependentes da América Latina, a única opção era conceber um sistema de educação superior calcado no setor privado-mercantil, com direcionamento para a lógica do mercado, com cursos

pragmáticos e alto teor utilitarista, em síntese, um padrão oposto ao modelo *humboldtiano* (SGUISSARDI, 2004).

4.2.4 O Fundo de Financiamento Estudantil - FIES

O programa *Fundo de Financiamento Estudantil* (FIES) foi criado ainda no governo Cardoso (1995-2002), mais especificamente em 1999[92], possuindo as mesmas fontes de verbas do Programa de Crédito Educativo para Crianças Carentes (CREDUC)[93], por meio da MP nº 1.827/99, na qual foi oficializada pela Lei nº 10.260/01, de 12 de julho de 2001. Destarte, a lógica privatista não só foi mantida, como também foi ampliada, seguindo dando prejuízos aos cofres públicos. De acordo com Queiroz (2015, p. 46):

> O financiamento destina-se aos estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado, mestrado profissional e doutorado, para os quais serão financiados até 100% dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas IES privadas. No CREDUC, as IES recebiam em espécie, já no FIES [...] essas instituições recebem títulos do Tesouro Nacional, que podem ser trocados por dinheiro ou usados para pagar o Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS).

No que diz respeito aos governos do PT, identifica-se que não houve rupturas com a lógica do FIES da época de Cardoso, todavia, deu continuidade em sua operacionalidade, subordinando-se aos interesses do capital. Nessa lógica, foi propalada a Portaria Normativa nº 02, de 31 de março de 2008, que articula a distribuição dos recursos do FIES com a concessão das bolsas parciais do ProUni. Assim, os estudantes que obtiverem uma bolsa parcial de 50% poderão adquirir o restante a partir do FIES.

Deste modo, o governo Lula da Silva mostrou está alinhado aos interesses dos empresários da educação a partir da processualidade do FIES e do ProUni, programas legitimados pelas PPP's, tornando factível, dessa forma, canalizar recursos públicos para as IPES.

> [...] O que se presenciou, portanto, no governo Lula da Silva (2003-2010), foi a continuidade da política de Estado da Terceira Via de imputar ao Estado a

---

[92] Naquela oportunidade, o FIES foi criado a partir da MP nº 1.827, de 27 de maio de 1999, sendo, por seu turno, regulado pelas Portarias MEC nº 860, de 27 de maio de 1999, e 1.386, de 15 de setembro de 1999, além de haver reedições. É lícito acrescentar que as verbas do FIES são oriundas, conforme Queiroz (2015, p. 55) "de dotação orçamentária do MEC, retorno de financiamento e recursos de loterias não utilizados pelo antigo Programa de Crédito Educativo – PCE".

[93] Em 25 de junho de 1992, o governo Collor criou o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes (CREDUC).

> desobrigação para com as políticas sociais de caráter universalizante, principalmente através da redução de verbas públicas para o seu financiamento e o estímulo ao empresariamento das atividades sociais (AVILA; LÉDA; VALE, 2012, p. 167).

Ao longo do processo de operacionalidade do FIES no governo Lula da Silva, mudanças foram incorporadas no programa tendo em vista o aprimoramento normativo e operacional do FIES a partir da Lei nº 12.202/10. Essas metamorfoses vivenciadas pelo FIES, fortaleceram o setor empresarial, a privatização, bem como a mercantilização da educação superior. Para Avila, Léda e Vale (2012, p. 169),

> A expansão do setor privado mercantil do ensino superior foi reforçada pelas políticas educacionais ensejadas nos dois governos Lula e ampliadas no governo Dilma, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e seus sucessivos reajustes, no sentido de ampliar a oferta e suprir as demandas do empresariamento da educação superior; do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); da abertura do setor educacional para a participação das empresas e grupos estrangeiros; e da utilização do ensino distância (EaD) como via para a democratização do acesso à educação, dentre outros mecanismos.

O FIES está alinhado ao discurso de democratização do acesso ao ensino superior, logo, segue a mesma linha ideológica do ProUni, a alocação de recursos públicos nas instituições privadas, jogando pelos ares as fronteiras que separam estas duas esferas. Destarte, o FIES não se trata de algo inovador no rol das políticas engendradas no governo Lula da Silva, contudo, aprofundou-se sua lógica, pois se trata de um mecanismo crucial para os empresários da educação.

No que concerne ao montante de empréstimos realizado pelos governos petista para a operacionalidade do FIES, os dados evidenciam a evolução dos recursos públicos canalizados aos estudantes das IPES, como pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8 – Evolução dos empréstimos do FIES (2003-2014).

Ano	FIES
2003	1.341.626.724
2004	1.237.629.607
2005	1.305.932.989
2006	1.455.157.896
2007	1.490.535.757
2008	1.699.753.769
2009	1.922.681.718
2010	2.276.285.230
2011	3.052.490.346
2012	3.962.044.038
2013	8.372.431.851
2014	12.528.635.389
Δ 2003-2014	**833,84%**

Fontes: Portal Orçamento – Sendo Federal; Chaves (2015).

De acordo com os dados apresentados, nos quais corresponde ao período 2003-2014, o total de verbas públicas investido no FIES ultrapassou a ordem dos R$ 47 bilhões, obtendo uma evolução nos governos petistas da ordem de 833,84% nas despesas da União com o FIES. Além disso, os dados mostram que nos últimos dois anos analisados (2013-2014) o governo Dilma Rousseff concedeu mais subsídios de recursos para este programa. Com efeito, o FIES tem contribuído significativamente para as IPES. "Com a injeção dos recursos do FIES, as IES privadas têm garantido o pagamento das mensalidades de uma grande parcela de estudantes, o que favorece a expansão desse setor" (CHAVES, 2015, p. 438).

4.2.5 A Lei de Inovação Tecnológica – LIT

O estímulo à pesquisa científica e tecnológica é uma ação crucial para o impulsionar o desenvolvimento econômico e social de um país (PNUD, 2003). Haja vista que não ocorre de modo espontâneo a elevação do nível de ciência e tecnologia, países do centro e da periferia capitalista precisam amparar-se nas políticas industriais com base no desenvolvimento tecnológico direcionado para o comércio exterior, orientadas para avançar qualitativamente na competitividade.

A Lei nº 10.937, de 2 de dezembro de 2004, institui a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), regulada pelo Decreto nº 5.563, de 13 de outubro de 2005, ela "[...] dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências" (OTRANTO, 2006, p. 51). De acordo com a LIT, o principal montante de recursos para a pesquisa no Brasil será canalizado para as universidades, configurando, dessa forma, uma completa mudança dos objetivos da universidade, tendo em vista que a inovação tecnológica em escala global não é realizada nas universidades, todavia, nas empresas.

Com a aprovação desta lei, pressupõe-se a constituição de um novo instrumento para estimular investimentos para o setor de inovação em ciência e tecnologia no setor produtivo, buscando atingir autonomia tecnológica, bem como o desenvolvimento industrial brasileiro. Se nos detivermos ao conteúdo desta política, será viável identificar que as definições conceituais tornam possível compreender as disposições normativas da LIT no capítulo I de seu texto. O II capítulo aborda a necessidade da constituição de um cenário propicio para inovação, dando ênfase na *saudável interação* leia-se necessidade do mercado — envolvendo as universidades e os setores privados. "Destacam-se, em especial, a sinergia para a viabilização de empresas emergentes, por meio do processo de incubação, e a colaboração de empresas consolidadas" (MATIAS-PEREIRA; KRUGLIANSKAS, 2005, p. 1020). Por seu turno, o III capítulo sugere

a criação de estímulos para a participação de institutos públicos de pesquisa no processo calcado na inovação tecnológica. Há a preocupação em determinar normas que possibilitem transferir, bem como licenciar tecnologias das entidades públicas de pesquisa e universidades brasileiras para o setor produtivo do país. (BRASIL, 2004d).

É lícito ressaltar que a inovação tecnológica que ganha relevo nessa discussão não se trata do conhecimento acadêmico. Em verdade, a partir da necessidade do mercado o conhecimento que atende tais demandas está assentado na lógica operacional e pragmática, de elevado teor utilitarista. Nesse cenário é que se insere a lógica da inovação tecnológica na agenda do ensino superior dos países de capitalismo dependente. Para Leher (2004, p. 882),

> A condição capitalista dependente tem como consequência uma pequena demanda de cientista e engenheiros, por isso as universidades não ocupam um lugar estratégico na agenda das coalizões dominantes. A adequação tecnológica, por ser episódica e de baixo perfil, acaba sendo indevidamente desviada para as universidades que, desse modo, têm suas funções ressignificadas, entrando no circuito do capital de forma imediata e pontual, impedindo tanto a autonomia em ciência e tecnologia como a expansão e melhoria das universidades públicas.

Em acréscimo, a noção de que as universidades devam produzir inovação é um grande equívoco. “É a lógica do capital que transforma conhecimento plasmado no trabalho em mais-valia. E as empresas são os *loci* desse processo” (LEHER, 2004, p. 882). Nesse sentido, a LIT subordina as universidades à lógica empresarial, ao passo em que as empresas determinam o que poderá ser produzido ou comprado no que tange os produtos, adequações e serviços.

No contexto em que a LIT foi implementada em 2004, poderia em primeira vista ser muito tentadora para muitos docentes, logo, o cenário — tal qual o de atualmente — expressava a profunda deterioração salarial, precarização do trabalho docente, associado a irradiação de ideologias de cunho neoliberal. Todavia, a Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) já alertava que, “[...] a exemplo das fundações privadas, os benefícios dessas atividades acabam privilegiando poucos e pequenos grupos, cujo foco de trabalho está dirigido para as atividades que as empresas consideram de seu interesse” (ANDES, 2004, p. 45).

Sendo assim, os recursos são canalizados para poucos privilegiados, restando apenas uma pequena quantia a ser direcionada para a universidade, o que acarreta, consequentemente, a deterioração das condições de ensino, pesquisa e extensão. Nessa acepção, a denominada *modernização das relações de trabalho*, converte o *professor* em um *empreendedor*. A LIT possibilita, de acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), a propiciar um tipo de

gratificação para o professor que produzir conhecimentos que as empresas passem a utilizar, segundo o ministro desta oportunidade — no período de implantação da LIT em 2004, "[...] vamos dar ao pesquisador a oportunidade de ser também um empreendedor" (CAMPOS *apud* OTRANTO, 2006, p. 51). Além do professor, as instalações da universidade serão cedidas para o uso das empresas, engendrando ônus para o Estado. Destaca-se o fato de que as pesquisas financiadas pelos mecanismos previstos pela LIT, ainda que sejam desenvolvidas no interior das universidades, estas pesquisas são sigilosas. Os docentes e discentes ficam proibidos de fazerem quaisquer comentários acerca dela. Ora, esse processo fere diretamente a autonomia universitária na qual é defendida pelo movimento docente e que é fundamentada no art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A LIT, em verdade, incentiva a criação de nichos privilegiados que recebem recursos para seus grupos, contudo, não para a universidade, na qual lhe fornece o espaço, equipamentos, laboratórios (TRÓPIA, 2009). Consoante o texto da LIT, as instituições de ciência e tecnologia poderão:

> I – compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, em prejuízo de sua atividade finalística; II – permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações de direito privado em fins lucrativos voltadas para atividade de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite (BRASIL, 2004d).

O cenário que a LIT engendra profundas consequências na pesquisa de ciências sociais e humanas, nas quais só despertam atenção quando está associada à produção meramente ideológica. Nessa acepção, a LIT é mais uma ação do governo petista que institucionaliza o domínio do capital sobre a pesquisa científica, ou seja, realiza o movimento de empresariamento da produção do conhecimento.

4.2.6 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foi implementado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com ênfase na condução do processo de avaliação do ensino superior brasileiro. De acordo com Otranto (2006), o SINAES está calcado no tripé: avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos discentes.

A partir da Portaria do MEC nº 2.051/04, foram regulamentados os mecanismos de avaliação. Estes possibilitam a identificação, que será via SINAES, e as IES serão credenciadas

e reconhecidas, obtendo autorização, bem como reconhecimento para a oferta de seus cursos na modalidade graduação, além da possibilidade de renovar a oferta destes cursos semestralmente (art. nº 32). “Isso reforça o papel assumido pelo Estado brasileiro, no contexto das reformas dos anos 90, de ente avaliador e regulador das ações que se passam na esfera social” (OTRANTO, 2006, p. 51). O governo Lula da Silva reforçou os processos de controle sobre as IES, favorecendo a regulação de ações de diversos órgãos que engendram políticas públicas, bem como privadas.

Nessa acepção, o SINAES alcança seus intentos de moldar a educação superior a partir de sua regulação às imposições de avaliação dos documentos dos organismos internacionais, com alto teor quantitativo e mercadológico, bem como no estímulo à competição entre as instituições. O SINAES é um suposto catalisador da ampliação da quantidade de cursos e fiscalizador das IES privadas. Todavia, o SINAES estaria atuando, em verdade, para conduzir as IES a se moldarem aos padrões de formação que estão sendo implantados dos países centrais.

4.2.7 O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

Em 1998 o governo Cardoso criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com o objetivo de avaliar o desempenho estudantil da escolaridade básica, o público-alvo diz respeito aos estudantes que estavam concluindo o ensino médio (LIMA; FERREIRA, 2011).

No desdobramento do governo Lula da Silva, houve, em verdade uma continuidade com a política avaliativa/reguladora do governo precedente, assim, o ENEM foi consolidado, em seu primeiro mandato, a partir da articulação com o ProUni, o que seria um dos critérios para o estabelecimento de seleção de bolsistas. Esta lógica engendrou uma significativa adesão dos estudantes ao ENEM levando a um considerável aumento no número de inscrições, de 1.547.094 em 2004 a 2.998.083 em 2005. No ano de 2009, consolidou-se a vinculação do ENEM com o Sistema de Seleção Unificada (SISU), decorrendo, assim, no aumento mais uma vez no número de inscrições, 4.147.527 em 2009.

No governo Lula da Silva, o ENEM possuiu como uma de suas marcas as sucessivas situações de problemas técnicos e fraudes. Todavia, o discurso irradiador do ENEM, advogado por Lula é que se tratava de um dos meios de democratização do ensino superior, discurso este suplementado com a defesa da mobilidade estudantil, bem como as reformas curriculares. Assim, “[...] democratizar o acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio” (ENEM, 2009).

No entanto, os três pilares desta argumentação vão pelos ares quando refletimos que democratização do acesso, permanência estudantil e mobilidade acadêmica não se encaixam na lógica de um exame em que prevalece a exclusão, "[...] qualquer mecanismo de seleção é excludente em um contexto em que o direito à educação não é garantido pelo Estado e quando predomina, em nossas instituições de ensino superior, a ausência de política de assistência estudantil" (LIMA; FERREIRA, 2011). Sobre as implicações políticas do ENEM, Leher (2009, p.1) nos adverte:

> As ditas provas de "raciocínio" do ENEM, a pretexto da democratização, vêm promovendo um rebaixamento da agenda de estudos que terá consequências muito negativas para a educação básica. É uma quimera afirmar que um exame rebaixado e nacional abre a universidade pública aos setores populares. Como o exame é classificatório, não importa se o último ingressante teve nota 5, 6 ou 9. Este é um sistema que beneficia o mercado privado de educação: os estudantes que não lograram serem classificados nas públicas não terão outra alternativa que a de buscar uma instituição privada. E o MEC, reconhecendo a dita eficiência privada no fornecimento da mercadoria educação, prontamente se disponibiliza a repassar recursos públicos para incentivar as privadas a atender ao crescimento da demanda.

O autor supracitado acrescenta que além do ENEM não efetivar a mobilidade acadêmica, pode, inclusive, consolidar o elitismo educacional:

> Ao contrário da publicidade oficial, o ENEM privilegia os estudantes de maior renda. Um estudante paulista que, apesar de elevada nota, não ingressou na faculdade de medicina da USP (dada a concorrência), poderá, com os seus pontos, frequentar o mesmo curso em uma universidade pública de outro Estado, desde que tenha recursos. A mobilidade estudantil pretendida somente favorece os que possuem renda para se deslocar, uma vez que as universidades não dispõem de moradias estudantis e políticas de assistência estudantil compatível com as necessidades (LEHER, 2009, p. 1).

No limite, a forma e o conteúdo intrínsecos ao ENEM desvela o caráter exclusivo, bem como elitista para o ensino superior brasileiro. Este processo possibilita, a rigor, uma maior tendência dos estudantes que atingiram notas altas a se conformarem em buscar uma bolsa via ProUni ou financiamento do FIES para poder cursar o curso que não poderia fazer em um outro Estado em função da inexistência das bases para a mobilidade acadêmica.

4.2.8 Educação à Distância

A educação à distância (EaD) ganha relevo, inclusive nas orientações dos organismos internacionais para o ensino superior dos países da periferia capitalista, haja vista a importação de produtos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) ser um elemento constitutivo da

assimilação do capital financeiro acerca do ensino superior como potencial nicho mercadológico.

No que diz respeito ao primeiro mandato de Lula da Silva, a política de EaD surge como mecanismo para expansão da oferta de vagas discentes para o ensino superior, bem como a não abertura de cursos presenciais de graduação nas instituições públicas de ensino superior. Na compreensão de Otranto (2006, p. 53), "[...] o mercado da educação a distância no Brasil vem sendo cortejado, há algum tempo, por vários países que pretendem explorá-lo". Assim, na gestão do então ministro da educação Fernando Haddad, em dezembro de 2005, o governo Lula da Silva assinou o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no qual regulamenta a oferta de educação à distância no Brasil.

> Este decreto, em conjunto com a Lei das Parcerias Público-Privadas, consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro. Mais uma vez o Governo se anteciparia à "Reforma Universitária", sem crivo parlamentar e sem o debate com a comunidade acadêmica (TRÓPIA, 2012, p. 366).

Nesse sentido, as ditas tecnologias da EaD caracterizam-se como um dos caminhos fundamentais para a expansão, essencialmente, do campo de ensino privado. A EaD se tornou o principal meio de expansão de áreas básicas de formação profissional, por exemplo, a formação de professores para atuarem na educação básica. A política de EaD expande estrondosamente as possibilidades de investimentos produtivos no ensino, elevando, portanto, as perspectivas para a extração lucrativa neste setor.

Em acréscimo, três modificações na legislação atual dão dinamismo a esta tendência em contexto nacional, logo, estas modificações fazem alusão à política de formação de professores, na qual põe em relevo a formação via educação à distância, as outras modificações estão no anteprojeto da reforma da educação superior atual (PL nº 7.200/06), bem como a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB – Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006). "Do ponto de vista da regulação social e dos direitos trabalhistas, maior parte das propostas práticas de EaD já nascem flexibilizadas, isto é, sob regência de relações precárias de trabalho" (MINTO, 2012, p. 345).

Ainda que a EaD tenha servido para ampliar o ensino superior privado, esta modalidade de ensino também está inserida na lógica das IFES, ainda que não tenham atingido os números colossais do setor privado. Dessa forma, no segundo governo Lula da Silva um marco regulatório significativo para a lógica da política de EaD foi constituído, trata-se da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada mediante Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Trata-se de uma fundação que se apresenta enquanto "[...] um sistema voltado para o

desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país" (BRASIL, 2006). De acordo com Mancebo e Martins (2012, p.138), A UAB é um programa de

> [...] convênios e parcerias entre as esferas de governos (União, estados e municípios), com instituições federais (IFES) e estaduais de ensino superior (IEES). [...] as empresas estatais têm uma participação efetiva, e a justificativa para tal empreendimento vem do papel que tais empresas possuem na indução do desenvolvimento articulado com projetos de inclusão e justiça social. A UAB não cria uma nova instituição de ensino paralela às IES, mas articula-se às IES já existentes, funcionando sob coordenação de um conselho gestor, constituído entre outras entidades, pela Coordenação Nacional da Indústria contando com acompanhamento/avaliação da chamada Nova Capes.

Não obstante a UAB possuir grande potencial para oferta de vagas para o ensino superior na modalidade EaD, os padrões de investimentos não correspondem aos padrões das IES. Contudo, ao ser ofertado, o perfil de prestígio e valorização da universidade pública é alterado para uma lógica de sucateamento da educação superior.

> A UAB representa uma das maiores ameaças à universidade brasileira, além de levar ao descrédito o próprio sentido do ensino superior a distância, que funciona com boa adequação em outros países, pois no Brasil a UAB não representaria nem mesmo uma universidade em sentido pleno, uma vez que a pesquisa e a extensão inexistem (ANDES, 2007 *apud* MANCEBO; MARTINS, 2012, p. 139).

No que diz respeito ao trabalho docente, a quantidade de trabalho que esses docentes inseridos na EaD realizam é exaustivo e excessivo. Esta intensificação do trabalho docente nessa esfera do ensino se efetua a partir da utilização de materiais como apostilas para vídeo-aulas, aprofundando em elevados níveis a produtividade do trabalho docente.

Para Minto (2012, p. 346), essa mesma lógica acontece com a parte didático-pedagógica: "[...] professores tornam-se 'tutores', infraestrutura converte-se em 'polos', trabalho didático em acompanhamento [...]", criando, assim, "[...] distinções entre os trabalhadores da educação, opondo os professores presenciais, de um lado, e as demais modalidades de trabalhadores precarizados que participam da EaD, de outro".

Nessa acepção, podemos situar problemas inerentes a lógica da política de EaD — no que tange a qualificação dos professores dessa modalidade de ensino, esta se torna desnecessária, assim é possível pagar salários reduzidos; o trabalho didático é tratado de modo aligeirado, bem como padronizado; o docente tem seu controle do processo educativo retirado, sendo deslocado para um mecanismo que determina específicas formas e ritmos de trabalho; há uma apropriação do que é produzido pelos docentes por parte dos setores privados — as empresas que ofertam ensino a distância —; a organização do trabalho e seus produtos são

flexibilizados, logo, esse elemento é crucial, pois no sistema global de ensino superior, as instituições que aderem essa modalidade de ensino ganham dois elementos a partir da expansão da EaD possibilitando a flexibilização de suas atividades, o primeiro elemento corresponde ao aumento da carga-horária à distância nos cursos presenciais, o segundo elemento, por seu turno, possibilita dinamizar e flexibilizar a gestão de seus discentes e cursos, decorrendo numa maior facilidade na transferência de cursos, além de permitir uma maior facilitação na substituição de professores; por último, o mercado educacional[94] tem dado maior atenção na compra de pequenas instituições a partir dos grandes oligopólios[95] e os grandes fundos de investimentos, o que, consequentemente, potencializa a geração de lucros no setor da educação a distância.

Com efeito, o que Saviani (1991) caracterizou como obstáculos na aplicação total do capital no setor educacional, na lógica da política de EaD esses obstáculos são elididos. Na compreensão de Minto (2012, p. 347):

> No caso do EAD, tudo se processa de modo que o seu produto pode se separar do seu produtor, na medida em que pode ser transmitida a um mecanismo técnico (uma vídeo-aula, por exemplo). Se o caráter produtivo do trabalho depende, na sociedade capitalista, da sua capacidade de gerar ou de movimentar a massa da mais-valia produzida socialmente, com o EAD o conteúdo da educação e seu processo de trabalho podem, sim, ser expropriados pelo capital, personificando no dono do negócio.

Deste modo, compreende-se que a política de EaD está intimamente associada às necessidades e tendências que o capital, no panorama atual, coloca para o setor educacional. Os mitos associados à EaD alta tecnologia e inclusão digital — devem ser ponderados, logo, uma significativa parte dos instrumentos utilizados pela EaD demanda tecnologia básica, disponível no mercado; noutro lado, a aparência irradiada pelos grandes meios de comunicação, bem como do governo petista que a EaD é um caminho significativo para a democratização do acesso ao ensino superior, além de ser uma forma para o capital socializar o aglomerado de mercadorias inseridas na lógica da EaD — computados e peculiares *softwares* — expandindo o *locus* social[96] de extração de lucros. “Trata-se da parafernália do capital a ser amplamente consumida como pretexto para a redenção do problema educacional” (MINTO, 2012, p. 349).

No que tange à modalidade EaD, é crucial realizarmos o levantamento do percentual de matrículas nessa modalidade. Nesse sentido, trazemos na Tabela 9 os dados relativos ao último

---

[94] Como foi visto, ainda que sinteticamente, na subseção 3.4.3. da presente dissertação.
[95] Para maior aprofundamento acerca dos oligopólios educacionais, *vide*: Chaves (2010).
[96] Damos maior atenção ao *locus* social que corresponde aos trabalhadores-consumidores dessas tecnologias oriundas da política de EaD.

censo da educação superior correspondente ao ano de 2014, assimilando, deste modo, o percentual que corresponde ao período do governo Dilma Rousseff.

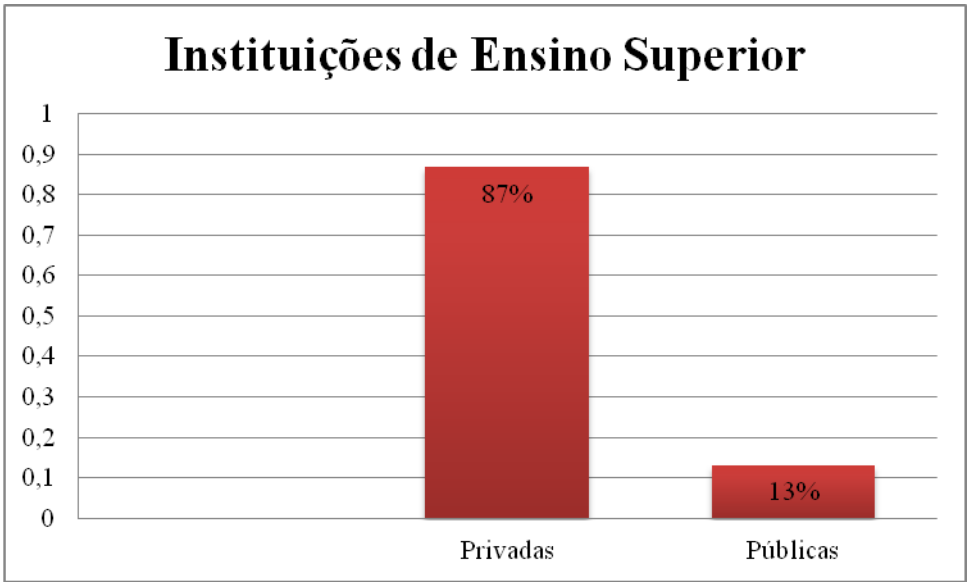
Tabela 9 – Levantamento das matrículas da Educação Superior segundo a modalidade: presencial e a distância (2012-2014).

Ano	Modalidade	
	Presencial %	**EaD %**
2012	88,1%	11,9%
2013	84,2%	15,8%
2014	82,9%	17,1%

Fonte: Mec/Inep (2014).

Conforme a apuração dos dados, de 2012 para 2013, houve um crescimento de 3,9% nas matrículas na modalidade Educação a Distância, ademais, de 2013 para 2014 foi de 1,3%. Não obstante, é preciso ainda aprofundar nossa análise no que toca identificar quais instituições ofertam essa modalidade de ensino. Nesse sentido, o gráfico 1 pretende expor esses dados.

Gráfico 1 – Distribuição de matrículas nos cursos a distância por categoria administrativa – 2014.



Fonte: Mec/Inep (2014).

A partir da exposição desses dados, é evidente a predominância das IPES na oferta de vagas na EaD, o que corrobora a compreensão do serviço educacional como um nicho mercadológico promissor para os setores hegemônicos nacional e internacional do capital.

Nessa perspectiva, além da expansão das IES, há uma expansão na qual o conteúdo e a forma estão calcados em um modelo americano, logo a Educação a Distância se expressa como uma das formas da Educação Superior[97] no contexto da mundialização financeira; e, no cenário nacional, apresenta-se como mecanismo democratizante para esse nível de ensino, escamoteando, dessa forma, o caráter mercantil.

No cenário da educação superior brasileira, a política de EaD está articulada a outro eixo essencial da reforma da educação superior empreendida pelo PT, a saber, a diferenciação dos cursos, das instituições e das fontes de financiamento, o que ocasiona, como vimos anteriormente, a diluição das fronteiras entre o público e o privado. Para a UNESCO e o BM, as TIC's são deliberadamente restringidas à EaD e caracterizadas por especuladores como uma "promissora indústria global" (LIMA, 2006, p. 152-153). Essa compreensão nos remete em conceber que esse processo se realiza na tentativa de aumentar as diferenças envolvendo o centro capitalista da periferia, efetivando concretamente esta última como importadora de pacotes educacionais, reafirmando, dessa forma, a lógica do desenvolvimento desigual. Para tanto, é necessário que exista um parâmetro curricular, bem como a desregulamentação do setor educacional[98] e irradiação da ideologia do capital via pedagogia das competências, imbuídas nas políticas de educação como uma toda.

4.2.9 O Plano de Desenvolvimento da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é uma das ações empreendidas pelo segundo mandato de Lula da Silva. Antes de nos debruçarmos sobre o PDE, é necessário elencar alguns elementos que nos permitem a avançar em nosso estudo. Desta feita, se analisarmos o quanto foi investido nas IFES ao longo de seu primeiro mandato, iremos constatar que houve aumento no montante do fluxo de investimentos para as instituições federais, todavia, não significa uma mudança radical no ensino superior brasileiro. De acordo com estudo elaborado por Trópia:

> Durante o primeiro mandato do governo Lula, os recursos gastos com as IFES aumentaram de 10.682 milhões de reais, em 2003, para 14.152 milhões, em 2006 – o que representa um aumento de 32,5%. Ademais, houve um acréscimo nos investimentos nas IFES, que passaram de 51 milhões de reais para 180 milhões, naquele mesmo período. Em 2004, foram investidos 99 milhões de reais e, em 2005, 161 milhões. Embora tenha havido aumento nominal de recursos gastos e de investimentos, os gastos do governo Lula com as IFES ainda deixaram desejar,

[97] Para maior aprofundamento, *vide*: Silva Júnior e Sguissardi (2013).
[98] O que na concepção de Minto (2012), tornaria possível a tramitação da gestão empresarial na educação e livre-iniciativa, Organizações Sociais, diversificação institucional e Parcerias Público-Privadas.

> sobretudo quando comparados ao PIB. Relativamente o ano de 1989, quando 0,97% do PIB foi investido nas IFES, e ao período FHC — cuja média de investimento foi de 0,64% do PIB —, o governo Lula investiu em média 0,56% do PIB durante o primeiro mandato "0,54% em 2003; 0,57% em 2004; 0,53% em 2005; e 0,62% em 2006" (TRÓPIA, 2012, p. 368-369).

Com isso, ainda que seja nítido constatar o aumento nominal de gastos e investimentos com as universidades federais, não conseguiu superar o valor relativo ao percentual do PIB que fora utilizado pelos governos precedentes. Destarte, a única ação no primeiro mandato Lula da Silva para as instituições de ensino superior públicas, se tratou a criação de novas universidades, bem como de novos *campi*. No total foram construídas oito novas universidades no período de 2003-2006, passando, dessa forma, de 45 universidades federais em 2003, para 53 em 2006.

As políticas analisadas mais acima foram implementadas no primeiro mandato Lula da Silva, estas políticas configuraram o movimento inicial da reforma da educação superior dos governos petistas, além de referenciar suas ações como *democratizantes* para o nível de ensino em tela, contudo, se tratou, em grande medida, de cumprir o acordo com o FMI — ampliar o número de matrículas a 30% da população de 18 a 24 anos no ensino superior — então a lógica da *democratização do ensino superior* esteve calcada nos preceitos dos organismos internacionais. Ao olharmos para as políticas que foram implementadas no segundo governo Lula da Silva[99] iremos notar que foi aprofundado a metamorfose da educação superior, aplicando a noção mercantil, utilitarista e regressiva. De acordo com Trópia (2012, p. 369), "[...] mercantil, porque consagrava a concepção segunda a qual educação seria um serviço; utilitarista, pois tão somente voltada ao mercado de trabalho e à empregabilidade de curto prazo; regressiva, pois significava um retrocesso, em termos científicos e culturais". Deste modo, aprofundando a heteronomia cultural do Brasil em relação com as nações do centro capitalista.

No período do lançamento do PDE irradiou-se a concepção de que o padrão universitário baseado na tríade indissociável entre ensino-pesquisa-extensão (modelo *humboldtiano*) era caro demais para ser custeado, além de estar falido, necessitando, dessa forma, ser diversificado. Todavia, a diversificação da educação superior, no que toca as instituições já tinha sido diversificada através do Decreto nº 2.207/97, no qual regulamentou e instituiu cinco modelos de instituições de ensino superior (Universidades públicas[100] e privadas, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos Superiores ou Escolas

---

[99] Nas políticas analisadas (ProUni, FIES, SINAES, LIT, EaD) foram implementadas no governo Lula da Silva, todavia, todas foram analisadas tendo em vista os dois mandatos de Lula, bem como o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Neste momento, estamos dando ênfase naquelas políticas que só vieram a surgir no segundo mandato de Lula da Silva.

[100] Referente às universidades federais, estaduais e municipais.

Superiores). Assim, compreende-se o cenário nebuloso no qual o ensino superior estava mergulhado no segundo mandato Lula da Silva.

Sem nos alongarmos nestas informações, nos deteremos na análise do PDE — pelo menos no que diz respeito à educação superior —. O PDE foi defendido por Lula da Silva como "[...] o Plano mais abrangente já concebido neste país para melhorar a qualidade do sistema público e para promover abertura de oportunidades iguais em educação". O PDE foi apresentado em 15 de março de 2007, sendo lançado oficialmente em 24 de abril, concomitantemente com a promulgação do Decreto nº 6.094, que dispõe do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Sendo esse o carro-chefe do PDE. Para Saviani (2009, p.5):

> [...] a composição global do PDE agregou, já na origem, outras 29 ações que, no processo de execução do Plano, foram ampliando-se de tal modo que, em março de 2009, o site do MEC estampa, no âmbito do PDE, 41 ações. Na verdade, o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.

Com efeito, trata-se de ações que contemplam todos os setores em que o MEC atua, além de contemplar todos os níveis modalidades de ensino. No que concerne à educação superior, o PDE lança cinco ações: i) *Fies-ProUni*, no qual busca facilitar o acesso ao crédito estudantil, bem como ampliar o prazo de compensação, além de tornar possível parcelar os débitos previdenciários e fiscais às instituições privadas que aderirem ao ProUni; ii) *Pós-Doutorado*, que visa garantir no Brasil pessoal com qualificação de nível doutorado, se precavendo da exportação de intelectuais para o exterior; iii) *Professor Equivalente*, destinado a otimizar a contratação de docentes paras as IFES, docentes que estejam enquadrados apenas no ensino; iv) *Educação Superior*, na qual estabelece como meta a duplicação de vagas discentes no período de dez anos; v) *Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior*, esta ação busca expandir o acesso de pessoas com deficiências à todas as instâncias (espaços e atividades) das IFES.

Outras seis ações foram acrescentadas a essas cinco ações: i) *Programa de Apoio à Extensão Universitária* (Proext), que visa financiar projetos de extensão articulados com atividades de ensino e pesquisa; ii) *Prodocência*, cuja meta é potencializar os cursos de licenciatura, bem como qualificar a formação de professores; iii) *Nova Capes*, uma nova roupagem para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para esta entidade ficar a cargo da qualificação de docentes para atuarem na educação básica a partir de um sistema nacional de formação de professores; iv) *Iniciação à Docência*, esta ação possui semelhanças diretas com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

(PIBIC), todavia, a CAPES dá origem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual busca atingir os cursos de pedagogia e licenciaturas a fim de que desenvolvam projetos com temas relativos a educação no âmbito das escolas de educação básica; v) *Incentivo à Ciência*, visa constituir uma aproximação das universidades das empresas a partir de isenção fiscal que estimule as empresas à investirem e financiarem projetos de inovação científica e tecnológica; vi) *Formação da Saúde*, esta ação surge a partir da cooperação entre o MEC e o Ministério da Saúde, constituindo o programa PET-Saúde, no qual visa articular as atividades desenvolvidas no âmbito da universidade com as atividades do trabalho concreto dos profissionais da saúde, no tocante a saúde da família.

No processo já em andamento da implantação do PDE, o MEC lança um livro que apresenta uma espécie de justificativa, princípios e os programas que consolidam o PDE. Este pequeno livro é intitulado "*O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*", lançado em outubro de 2007. O livro é organizado em três partes: 1) Razões e princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação; 2) O Plano de Desenvolvimento da Educação como Programa de Ação; 3) O Plano de Desenvolvimento da Educação como Horizonte do Debate sobre o Sistema Nacional de Educação.

É lícito ressaltar que não iremos nos debruçar sobre uma análise minuciosa do livro sobre o PDE[101], o que nos importa, nesse momento, é extrair o conteúdo que diz respeito à educação superior. Nessa acepção, a segunda parte do livro em tela expõe o PDE como programa de ação, no qual sua atuação se desdobra sobre as quatro áreas da educação brasileira (educação básica, educação superior, educação profissional-tecnológica e alfabetização) buscando evidenciar que elas constituem uma unidade.

A educação superior está localizada na segunda parte do livro sobre o PDE, e de acordo com Saviani (2009), o livro enuncia cinco princípios que se complementam entre si:

> i) expansão da oferta de vagas; ii) garantia da qualidade; iii) promoção de inclusão social pela educação; iv) ordenação territorial para tornar o ensino acessível inclusive nas regiões mais distantes do país; v) desenvolvimento econômico e social, isto é, possibilitar a formação de recursos humanos qualificados para a produção científico-tecnológica e para a integração e formação da Nação (BRASIL/MEC *apud* SAVIANI, 2009, p. 18).

Esses cinco pontos tratam de metas a serem atingidas no desenvolvimento do ensino superior brasileiro alinhado com a implantação do PDE concomitantemente. Para tanto, três instrumentos são apresentados para efetivar tais metas. O primeiro instrumento diz respeito à

[101] Para um estudo minucioso sobre o PDE e seu livro, *vide*: Saviani (2009).

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que ficará a cargo do REUNI[102] e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)[103]. Estes dois programas atendem cinco metas que concernem as IFES. O segundo instrumento tange à firmação do ProUni e o FIES, logo, enquanto o REUNI estabelece as bases para a democratização do ensino superior federal, o ProUni e o FIES atuam na democratização do ensino superior privado. O terceiro instrumento se refere à legitimação da avaliação como base da regulação. Ressalta o avanço com a metamorfose do Exame Nacional de Curso (ENC), popularmente conhecido como Provão, em Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), e o avanço com a implementação do SINAES.

De acordo com Trópia (2012, p.372):

> O aspecto mais polêmico do PDE relativamente às IFES era a proposta de duplicação do número de vagas. Em princípio, esta é uma medida importante e democrática. Não obstante, ela vinha acompanhada de um conjunto de pré-condições, como por exemplo, a flexibilização dos cursos e redução do custo por aluno. Ou seja, as universidades que aderissem ao Programa Reuni teriam suplementação financeira, entretanto, limitada a 20% adicionais, somente se as metas fossem cumpridas, até 2011. Flexibilização curricular e trabalhista, racionalização de recursos e ensino à distância [...] como forma de democratização do acesso e de formação de professores eram os pressupostos que vinham sendo difundidos para a implantação do Reuni, da Universidade Aberta, um consórcio de universidades para oferecer graduação com utilização exclusiva da EAD, aproveitando as simplificações permitidas pelo Banco de professores-equivalentes, bem como a proposta de implantação da Universidade Nova, um programa de graduação generalista de apenas três anos de duração, denominado Bacharelado Interdisciplinar.

Em acréscimo, reiteramos que o PDE é um programa afinado passivamente[104] com os intentos do TPE, portanto, destacam-se ações direcionadas para a qualificação da educação básica, ao passo que para o ensino superior por meio de sua diversificação fica a cargo dos setores privados. Uma das grandes ações instituídas pelo PDE foi o REUNI, no qual implicou — e ainda implica — sérias consequências para a realidade das IFES. Na subseção que segue este programa será analisado.

4.2.9.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

Ao término do primeiro mandato do governo Lula da Silva e início do segundo, o

---

[102] O REUNI será analisado com maior atenção na subseção seguinte.

[103] O PNAES se trata do Plano Nacional de Assistência Estudantil, determinado como medida crucial para o desenvolvimento da democratização do acesso engendrado pela operacionalidade do REUNI.

[104] Para maior aprofundamento sobre esse afinamento passivo do Governo petista com o Movimento Todos pela Educação, *vide*: Evangelista e Leher (2012).

governo petista encontrou a resistência de alguns poucos setores organizados, bem como um segmento da classe média. Estas resistências e críticas foram atribuídas à lógica de suas políticas voltadas diretamente para o ensino superior privado. Para responder a esse conjunto de críticas, Lula da Silva propõe a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para tanto, o governo petista solicitou a todas as IFES que "[...] aprovassem em seus colegiados superiores a adesão do REUNI e enviassem um Plano de Reestruturação que deveria conter metas relativas ao número de cursos, docentes, funcionários e alunos" (TRÓPIA, 2012, p. 273). Ademais, os planos deveriam denotar o tipo de formação que a universidade iria adotar, se seria o modelo de formação tradicional, ou o modelo de formação novo, com alta flexibilidade, com grande inspiração vinda do Processo de Bolonha.

Antes de partirmos para a análise da implantação do programa REUNI, é premente explicitar a operacionalidade de sua política. Nesse sentido, o REUNI foi apresentado à sociedade civil a partir do Decreto presidencial nº 6.096/07. O REUNI objetiva, conforme seu art. 1º, § 1º "criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais" (BRASIL, 2007). Além de ter

> [...] como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professores para dezoito ao final de cinco anos, contando do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Em síntese, as metas do programa REUNI são, essencialmente, desproporcionais com o financiamento direcionado ao programa, logo, de acordo com o texto do decreto, seu financiamento é "[...] limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º [...]" e condicionado " [...] à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação [...]" (BRASIL, 2007). Nessa lógica, quando estabelecido a meta da taxa média de conclusão dos cursos de graduação em 90%, percebe-se o colossal distanciamento dos padrões internacionais, pois a taxa da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) é fixada em 70% (LEHER *apud* LIMA; FERREIRA, 2011).

No tocante a meta relacionada à relação aluno/professor é estabelecida em 18:1, o que, consequentemente, engendra mais preocupação, pois toma como padrão de referência as instituições privadas de ensino superior, que em sua grande maioria, não desenvolvem

atividades relativas à tríade indissociável ensino-pesquisa-extensão, configurando, deste modo, um panorama iníquo da precarização do trabalho docente que, por seu turno, já existe nas IFES.

Com efeito, o REUNI busca também: diferenciar as modalidades dos cursos de graduação a partir da flexibilização curricular, por meio da política de EaD, da constituição de cursos aligeirados, dos ciclos (básicos e profissionais) e bacharelados interdisciplinares, estimula na criação de um novo sistema de títulos, fomenta a mobilidade acadêmica através das instituições. Todos esses elementos deveriam ser realizados no prazo de cinco anos. Nessa lógica os 20% das despesas de custeio e pessoal, ainda à mercê da capacidade operacional do MEC, só seriam canalizados para a universidade caso fosse aderido o *termo de pactuação de metas*, o que estabelece a lógica do *contrato de gestão* nas universidades federais, ferindo diretamente na autonomia das IFES. A lógica do contrato de gestão se trata de uma política peculiar do governo Lula da Silva, na terceira etapa da reforma do aparelho do Estado como vimos no segundo capítulo desta dissertação. No limite, é nesse contexto que se efetua a expansão orientada pelo REUNI nas IFES.

No tocante a capacidade orçamentária da União para o processo de expansão e reestruturação das IFES, os seus limites já estavam nítidos em 2009. De acordo com a notícia do ANDES/SN:

> Dinheiro do REUNI já acabou, diz ministro. Os R$ 2,5 bilhões destinados a financiar os quatro anos de implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) já foram comprometidos nos dois primeiros anos do projeto e não há previsões de como o governo que tomará posse em 2010 arcará com a despesa oriunda desse crescimento desenfreado das universidades públicas, promovido pelo governo Lula (ANDES *apud* LIMA *et al* 2012, p. 89).

Sobre o processo de implantação do REUNI, encontrou-se resistência interna das universidades. Ainda que representasse uma ação que fomentasse diretamente o financiamento público para as IFES, o REUNI gerou diversas reações contrárias a sua implantação. No ano em que o programa REUNI foi proposto em 2007, foram ocupadas 14 reitorias (poder administrativo das universidades) pelos representantes do Movimento Estudantil (ME). Por seu turno, o ANDES-SN foi outra entidade a se posicionar de forma contrária aos intentos do REUNI, por compreender que, embora aparentemente sua forma apresentasse uma referência direta a democratização, em sua essência, ele aprofundava o processo de precarização do trabalho docente nas IFES além de rebaixar a formação através de sua flexibilização

curricular[105]. Naquela oportunidade, 53 das 54 universidades federais brasileiras aderiram ao REUNI. A grande adesão ao programa representa — ainda que tenha havido processos polêmicos no ato de adesão ao REUNI, variando para cada universidade — o impacto positivo da implantação desta política para as universidades públicas do Brasil. Com efeito, este impacto se dá em função de elementos que permeavam o interior das IFES, logo, as universidades federais apresentavam um cenário de sucateamento; as IFES demandavam, há anos, concursos para novos docentes e servidores técnico-administrativos, bem como novos cursos de graduação; além das IFES se verem ameaçadas pela enorme expansão do ensino superior privado. No que consta os dados acerca do REUNI, em escala nacional, a partir de sua efetiva implantação que se efetuou em 2008, o número de vagas discentes disponibilizadas pelas universidades federais era de 132.451. A partir do REUNI esta quantidade foi elevada para 147.277, o que representou em números um aumento de 14.826 vagas novas para discentes, algo pouco superior a 10%. Ainda em 2008 concursos para novos docentes e servidores foram realizados, resultando num total de 1.560 posses de novos servidores.

Com o aumento nas vagas discentes nas IFES através do REUNI, o governo Lula da Silva não se circunscreveu apenas nesse aspecto, pois novas universidades federais foram criadas, na lógica do REUNI, passando de 53, em 2007, para 59 em 2010. Conforme dados divulgados pelo MEC em 2010, no governo Lula da Silva 13 universidades federais foram criadas, além de cerca de 100 novos *campi* universitários, caracterizando, assim, o governo Lula da Silva como o governo que mais criou universidades públicas federais no Brasil. Vejamos a tabela 10:

Tabela 10 – Criação de novas Universidades Federais (2003-2010).

Universidades Federais		
Ano	**Quantidade**	**% Δ**
2003	45	-
2005	51	13,3
2007	53	-
2008	55	3,7
2009	57	3,6
2010	59	3,5

Fonte: INEP (2010).

[105] Fazemos referência ao curso de Educação Física, no qual após implantação do REUNI em cenário nacional, passou a ser fragmentado em diversos tipos de bacharelado, uma forma de fragmentação da formação para especialização precoce, no que diz respeito à atender a demanda de apenas um setor do mercado. Ainda, esses cursos de bacharelado (esporte, lazer, saúde etc.) tiveram sua carga horária reduzidas, evidenciando, deste modo, o aligeiramento dos cursos de curto prazo.

Não obstante todas as ações direcionadas para o ensino superior público no governo Lula da Silva, em especial no seu segundo mandato, no que diz respeito à proporção envolvendo as instituições públicas e as instituições privadas de ensino superior, o cenário não houve significativa alteração, sendo que em 2002, 11,9% das instituições eram públicas, ao passo que, em 2009, este número diminuiu, representando 10,5% do total de IES. Vejamos a tabela 11:

Tabela 11 – Evolução no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1994-2009).

Número de IES					
Ano	**Total**	**Pública***	**%**	**Privada**	**%**
1994	851	218	25,6	633	74,4
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2006	2.270	248	11	2.022	89
2007	2.281	249	10,9	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,4	2.016	89,6
2009	2.314	245	10,5	2.069	89,5
1994-2002	92,4	- 10,5	-	127,8	-
Variação					
2002-2006	38,7	27,2	-	40,2	-
1994-2006	166,7	13,7	-	219,4	-

Fonte: INEP (2010); Trópia (2012).

* Total de Instituições de Ensino Superior (Universidades, Faculdades, Institutos) nas quais estão inseridas as IFES.

No que concerne ao número de matrículas, a despeito da criação de novas universidades, de ampliação do número de vagas, bem como na criação de novos *campi*, em verdade, houve uma redução na proporção do número de matrículas nas instituições públicas de ensino superior no período de 2002-2009, logo, se nos reportarmos ao período de 2002, o total de matrículas das IES públicas representava em porcentagem 30,2%, este número cai em 2008 para 25% do total de matrículas no ensino superior brasileiro, muito embora, uma pequena elevação aconteceu em 2009, subindo para 26,4%. Confira a tabela a 12:

Tabela 12 – Evolução do número de matrículas no período (1994-2009).

Número de Matrículas					
Ano	**Total (mil)**	**Pública* (mil)**	**%**	**Privada (mil)**	**%**
1994	1.661	690	41,6	970	58,4
2002	3.479	1051	30,2	2.428	69,8
2006	4.676	1209	25,8	3.467	74,2
2007	4.880	1240	25,4	3.639	74,6
2008	5.080	1273	25,0	3.806	75

2009	5.115	1351	26,4	3.764	73,6
1994-2002	109,5	52,3	-	150,2	-
Variação					
2002-2006	34,3	15	-	42,8	-
1994-2006	181,7	75,1	-	275,2	-

Fonte: INEP (2010); Trópia (2012).

O processo de expansão das vagas discentes a partir do REUNI é, também, evidenciado pelo documento publicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2010. Os dados contidos no *Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – Reuni* diagnosticam que, em 2010 a quantidade de vagas ofertadas foi da ordem de 199.282, configurando um aumento relativo à quantidade de vagas do ano de 2006 que representava 122.003 vagas, assim, o aumento configura uma quantidade de 77.279 vagas, na qual corresponde a 63% no período envolvendo 2006 a 2010 (ANDIFES, 2010). É lícito destacar que o documento analisado não expõe qualquer tipo de informação acerca da quantidade de vagas docentes alocadas para as IFES. Em síntese, o REUNI ataca de todas as formas a autonomia universitária, logo: i) foi apresentado como decreto presidencial; ii) pôs em operacionalidade a lógica do contrato de gestão entre as universidades federais e o MEC, fomentando a canalização de recursos públicos para investimento e custeio ao alcance das metas que foram preconizadas pelo decreto nº 6.096/07 e o documento intitulado *Diretrizes Gerais do Reuni*, publicado em 2007 (LIMA *et al*, 2012).

A expansão na quantidade de vagas discentes para as IFES não correspondeu com a ampliação da quantidade necessária de docentes[106], o que, consequentemente, aprofunda a lógica de intensificação e precarização do trabalho docente, bem como o aprofundamento da certificação em massa operacionalizada no Brasil da década de 1990 aos anos 2000, afinada, deste modo, com a lógica da *educação terciária* preconizada e irradiada pelo BM. Essa concepção se efetiva partir da diferenciação das instituições de ensino superior, bem como dos cursos, além de requerer a diferenciação das fontes de financiamento — o que o contrato de gestão tenta fazer intervindo em cheio na autonomia universitária — são eixos norteadores da política do BM para a educação superior da periferia capitalista.

No limite, é válido elencar o movimento grevista desencadeado pelos docentes das IFES em resposta à operacionalidade do REUNI e sua consequente precarização do trabalho docente.

[106] Sobre estudo do REUNI e a lógica do trabalho docente, vide: Lima et all (2012); Lima e Ferreira (2011).

A *Greve nas Federais*[107] em 2012 é considerada um dos maiores movimentos grevista da história das universidades brasileira.

4.2.9.2 O Projeto - Universidade Nova

A proposta da *Universidade Nova* pode ser considerada como um componente do próprio do REUNI. Todavia, ainda não foi, oficialmente, implantada no cenário da política de educação superior brasileira. O documento referente à Universidade Nova se trata: "*Universidade Nova: reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia – minuta de anteprojeto*"[108]. Este documento expõe a história das universidades do mundo e do Brasil, bem como apresenta o modelo americano e o novo padrão europeu fundamentado no processo de Bolonha, e os compara com o modelo de universidade brasileira.

O projeto Universidade Nova, foi originalmente apresentado em um seminário promovido ela Universidade Federal da Bahia (UFBA), projeto este que busca promover uma nova *arquitetura curricular* nas universidades brasileiras, propiciando uma formação por ciclo básico, de curta duração, além de não possuir natureza profissional, o que seria garantido pelos concluintes um diploma de estudos gerais. Todavia, a formação profissional seria apenas para aqueles mais aptos a prosseguirem em seu processo de formação.

O documento da Universidade Nova é afinado com as noções ideológicas do BM e dos teóricos da Escola de Chicago, nos quais asseveram o fracasso na tentativa de construir um sistema de universitário público e gratuito no Brasil. Segundo Leher (2011, p. 2), nos termos de Gary Becker, "[...] manter o modelo europeu (*humboldtiano*) no Brasil é uma irracionalidade, pois as suas universidades tão somente redescobrem o conhecimento e, ademais, significam subsídios às pessoas erradas (à dita elite) [...]". Doravante esta noção negativa acerca do modelo de universidade brasileira, os governos neoliberais associados às orientações do BM alegam que as universidades públicas necessitam ser reordenadas por completas: "[...] o novo aqui significa a rejeição completa do que foi construído no período pós-Segunda Guerra, no contexto das políticas nacional-desenvolvimentistas em que se forjou" (LEHER, 2011, p. 2).

---

[107] Consoante Nishimura (2014, p. 58) "Como ficou conhecido o movimento grevista iniciado em 17 de maio de 2012 e que no comunicado especial do Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES), expedido no dia 8 de agosto do mesmo ano, contava com 57 instituições federais de ensino superior".

[108] A versão mais atualizada deste documento: "Universidade Nova: reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia – Termo de Referência", de 28/07/2007. Disponível em: <www.universidadenova.ufba.br/twiki/pub/UniversidadeNova/WebHome/UFBA_Reuni_TERMO_REFERENCIA.doc> Acesso em: 12 dez. 2015.

O projeto considera que as universidades brasileiras necessitam atender as demandas do mercado capitalista dependente interno, no qual já não solicita mais formação profissional de caráter sólido e com período de formação longa. Nesse sentido, sobressaem as orientações do BM, assim como os planos para a constituição de uma área de negócios dentro do âmbito da educação superior definidos pelo " [...] processo de Bolonha e da OCDE/Unesco, almejando a criação de um espaço europeu de negócios educacionais com 'competitividade internacional', o AGCS/OMC e, sobretudo, o modelo aligeirado para os mais pobres nos EUA, os *Community Colleges*" (LEHER, 2011, p. 2).

Em acréscimo, a Universidade Nova evidencia que o modelo universitário brasileiro em que prevalece a articulação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão, se tornou ultrapassado, no qual não consegue avançar em diálogos com o presente. Deste modo, os autores deste projeto consideram ser crucial aderir o modelo sugerido pelo BM, no qual está alinhado com as concepções de Bolonha, bem como dos *Community Colleges*.

Para Trópia (2012, p.377):

> A universidade Nova, na medida em que tem os modelos norte-americano e europeu como referência, pretende tornar o ensino superior brasileiro compatível à mobilidade externa, bem como à entrada de investimentos estrangeiros no Brasil. Afinal, com currículos e modelos de formação semelhantes, rompe-se uma das barreiras à plena adaptação do capital externo no ensino superior.

Destarte, a lógica da Universidade Nova é crucial para o REUNI no ato de flexibilização curricular, logo, o projeto em tela dá fundamento para sua operacionalidade. No limite, percebe-se que este projeto está, essencialmente, alinhado com as políticas dos organismos internacionais, o que fortalece a lógica do *capitalismo acadêmico* impulsionado pelos governos petistas.

4.2.9.3 O banco de professores equivalentes

No tocante às análises acerca do programa REUNI e do Banco de Professores-Equivalentes é necessário levar em consideração algumas premissas, logo, estas duas medidas integram processo de reforma da educação superior empreendida por Lula da Silva em seu segundo mandato. Esta processualidade é um dos produtos do processo de reforma neoliberal do Estado brasileiro, o que vem modificando substancialmente as noções de privado, público e estatal. É lícito ressaltar que assim como o REUNI o banco de professores-equivalentes estão inseridos no PDE que, por seu turno, está associado há um grupo de ações do PAC. Tanto o

PDE quanto o PAC representam o projeto político e econômico do governo Lula da Silva, que na concepção de Lima (2008, p. 70), buscam "[...] um 'Brasil equitativo, sustentável e competitivo', em absoluta consonância com as políticas do Banco Mundial para o país".

No bojo da expansão desencadeada pelo REUNI, foi necessária a criação de mecanismos legais que viabilizassem esta política expansiva, deste modo, as Portarias Interministeriais nº 22 e 224/07 (BRASIL, 2007) simbolizam as primeiras ações verdadeiras para implementar o Decreto presidencial, criando nas universidades, conforme seu art. 1º, "[...] um instrumento de gestão administrativa de pessoal: o Banco de Professores-equivalentes [...]" (BRASIL, 2007).

Consoante as análises de Lima (2008, p.74:

> [...] O "Banco" foi construído dando-se a cada docente em exercício em determinado mês de 2007, um peso diferenciado, segundo a sua condição de trabalho. Na medida em que o Programa Reuni objetiva a expansão do ensino de graduação, fica evidente que ações do governo estimulam as universidades federais à contratação de professores substitutos para o trabalho em sala de aula, esvaziando o sentido do regime de trabalho em dedicação exclusiva, base de realização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em suma, a portaria 22 e 24/07 que definem as regras para a composição do Banco de Professores-Equivalentes, faculta às IFES a realização de concursos públicos para contratação de professores para o ensino superior, bem como a contratação de professores substitutos, sob determinadas circunstâncias, todas circunscritas à quantidade pré-estabelecida pelo banco. No limite, ao aderir o REUNI e ao Banco de Professor-Equivalente — medidas oficiais da reforma da educação superior do governo Lula da Silva — as IFES alteram profundamente o sentido de universidade pública, metamorfoseando suas funções sociais, desqualificando o trabalho docente, bem como a formação profissional e, intensificando a heteronomia cultural, assim como a condição dependente da educação superior brasileira.

4.3 A Lei nº 13.005/2014 – o Plano Nacional de Educação (2014-2024)

No que tange o governo Dilma Rousseff, esclarecemos, de antemão, que daremos ênfase em nossa análise apenas em seu primeiro mandato (2011-2014), uma vez que o segundo mandato está em curso, deste modo, não temos condições de empreender qualquer tipo de conclusão prévia. Portanto, é possível constatar que a lógica das políticas educacionais desenvolvidas em seu governo apresentaram linhas de continuidade com a de Lula da Silva, ou seja, estiveram em consonância com a dos governos precedentes (Collor/Itamar Franco e

Cardoso), contudo, os governos petistas tiveram artimanha, pois não concentraram suas forças apenas na consolidação de uma superexpansão do ensino superior privado, porém, políticas foram empreendidas para as IFES, bem como a lógica de repasse de recursos públicos para as instituições privadas, o que para a sociedade civil foi apresentado como vagas públicas, o que corrobora o afinamento com a concepção de "aliviamento à pobreza" irradiada pelo BM.

As mudanças outrora empreendidas pelo processo de reforma da educação superior no governo Lula da Silva, reforçam o conceito de *Educação Superior Minimalista*, elaborado por Leher, o que nos remete maiores possibilidades de compreensão acerca das orientações dos organismos internacionais para o ensino superior dos países dependentes da periferia capitalista. No âmago desse processo, Dilma Rousseff dá continuidade e aprofunda este panorama com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), no qual metamorfoseia as políticas de governo de Lula da Silva em política de Estado potencializando o alcance destas.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) surge como uma proposta que num primeiro momento parece declinar aos intentos dos educadores em constituir um programa para a política educacional brasileira, tendo como eixo norteador o debate democrático. Lima (2012) considera que na história da política educacional do país há uma disputa antagônica por projeto de educação e universidade, de acordo com a autora:

> O embate entre projetos antagônicos de educação e universidade atravessava a história brasileira: de um lado, os setores privatistas defendendo a "liberdade de ensino" e, por outro, educadores, movimentos sociais, sindicais e estudantis em defesa da educação pública e gratuita. Este embate histórico é constituído também pela disputa pelo fundo público: os privatistas lutando pelo uso da verba pública para subsidiar o crescimento do setor privado (constituído pelas instituições de educação superior) com finalidade lucrativa e pelas IES sem finalidade lucrativa — comunitárias, confessionais ou filantrópicas, através das isenções e renúncias fiscais, e os militantes da educação pública reafirmando: verba pública *exclusivamente* para a educação pública! (LIMA, 2012, p. 626).

Nessa lógica, o debate acerca do PNE (2014-2024) é apresentado na processualidade da Conferência Nacional de Educação (CONAE)[109]. No que diz respeito ao documento final da CONAE, fica patente às fragilidades no diagnóstico da política de educação superior no período do governo Lula da Silva (2003-2010), o documento critica: i) os vetos não revogados por Lula da Silva do PNE (2001-2011); ii) o envolvimento dos organismos internacionais no processo de mercadorização da educação, ao passo que, essa mercadorização só é factível em função do arcabouço político-jurídico engendrado pelo governo petista; iii) ranqueamento classificatório

[109] Conforme o sítio oficial da CONAE, podemos classifica-la como um espaço democrático para o debate de todos os interessados em desenvolver um projeto de educação nacional.

das universidades; iv) o processo de diferenciação das instituições, dos cursos e das fontes de financiamento das instituições de ensino superior brasileira, que foi aprofundado ao longo do governo Lula da Silva (BRASIL, *apud* LIMA, 2012).

Conforme discurso governamental foi o documento final da CONAE que conduziu a elaboração do PNE (2014-2024). Todavia, a partir da análise das metas e estratégias contidas no Plano percebe-se que será mantida a base da política de educação superior do período de 2003-2010. "Este movimento se dá especialmente em relação à expansão da oferta pelo REUNI; o ensino a distância (EaD); o FIES e o ProUni, consolidando as parcerias público-privadas na educação superior" (LIMA, 2012, p. 645).

No tocante à educação superior o PNE (2014-2024) em suas *metas 12, 13, 14*, respectivamente, aborda a expansão de vagas discentes nesta esfera educacional; busca qualificar o corpo docente, bem como ampliar as matrículas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Para atingir essas metas, o PNE terá como estratégia:

> [...] (i) as metas de expansão e reestruturação político-pedagógica do Reuni; (ii) a expansão do FIES, para a graduação e a pós-graduação stricto sensu, especialmente o mestrado profissional; (iii) o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e (iv) a ampliação do EAD através da Universidade Aberta do Brasil. (LIMA, 2012, p. 645).

As três metas direcionadas para o ensino superior do PNE (2014-2024), concentram-se, fundamentalmente, na expansão da graduação, bem como da pós-graduação, pondo em relevo "expansão *com qualidade*", contudo, não há explicito quais serão os parâmetros para aferir esta qualidade. Em acréscimo, em virtude do modo como foram tratadas as questões referentes ao ensino superior pelo PNE, um conjunto de elementos que necessitam ser superados ficaram de fora de seu diagnóstico. Sendo eles:

> [...] o fato de que, em 2009, 76,8% das IES eram particulares, com fins lucrativos — contra 10,5 de públicas e 12,5% privadas — e que seu número (absoluto e relativo) encontra-se em plena expansão, ao contrário do das privadas e mesmo das públicas. Em relação às matrículas o mesmo quadro se apresenta: as matrículas em IES particulares que, no ano de 1999, cobriam apenas 27,8% do total, em 2009 já cobriam 56,7%; as das IES públicas que, em 1999, perfaziam 35% do total, em 2009 perfaziam 26,4%; e as das IES privadas que, em 1999, eram 37,4% do total, em 2009 já eram apenas 16,5%. O crescimento das matrículas nas IES particulares ou privado/mercantil foi de 339% nesse período de dez anos, enquanto o das públicas foi de 63,5%, e os das privadas de – 2,5% (SGUISSARDI, 2013, p. 2).

Nessa acepção, a lógica da mercantilização da educação atinge também o ensino superior público por meio das fundações de apoio institucional e de outros modos relativos à diferenciação das fontes de financiamentos, foram ignorados pelo PNE, em verdade, o plano

fortalece o aprofundamento da privatização deste nível de ensino, ainda que no documento final da CONAE constasse que:

> Sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, fez-se acompanhar de uma diminuição gradativa dos recursos para manutenção e expansão das instituições federais de ensino superior, particularmente das universidades federais. Por essa razão, ocorreu, em certa medida, um processo de intensificação da mercantilização da educação superior, tanto no setor privado como no setor público. No caso das universidades federais, observou-se a ampliação no número de convênios e contratos, visando ao aumento de recursos próprios (CONAE, 2010, p. 68).

No que diz respeito à proposta do Plano Nacional de Educação para o "subsistema" da educação superior, é desdobrada nas metas 12, 13 e 14, além daquela que diz respeito ao financiamento da educação nacional que, necessariamente, está articulada ao ensino superior.

No tocante a meta 12, especificamente a estratégia 12.2, é abordada a intenção de continuidade da expansão do nível de ensino em tela:

> 12.2) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional (BRASIL, 2014).

A partir desta estratégia é possível constatar elementos que revelam o compromisso do governo Dilma Rousseff com as políticas que outrora foram empreendidas por Lula da Silva afinadas com os interesses do capital internacional. Percebe-se que a meta 12 do PNE (2014-2024) apreende os objetivos do programa REUNI, na qual busca alçar a taxa líquida de matrículas discente para 33%:

> Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014).

Não obstante o sentido de continuidade com as políticas de Lula da Silva, o sentido inovador, neste contexto, se dá em função do PNE se tratar de uma política de Estado, ou seja, o que antes era circunscrito à esfera federal por ser uma política de governo, no mandato de Dilma Rousseff o alcance do REUNI vai além dos limites da esfera das universidades federais, logo, as IES estaduais e municipais incorporam também a lógica imposta pelo REUNI, agora com uma nova roupagem, incorporado na meta 12 do PNE (2014-2024).

Nessa lógica, não há qualquer justificativa por parte do governo Dilma Rousseff concernente ao não cumprimento da meta do PNE (2001-2010) que buscava alcançar até 2010 a expansão de 30% nas matrículas discentes no ensino superior público. Todavia, o governo Dilma Rousseff através do PNE (2014-2024) pretende outra expansão com apoio de programas como o FIES e sua consequente ampliação, através da UAB que oferta ensino a distância. Em acréscimo, a apreensão das metas do REUNI está alinhada a essa expansão, "comprometida com uma lógica de rebaixamento da qualidade do ensino e benefício às instituições privadas" (ANEL, 2012, p. 155). Nessa acepção, isto pode ser corroborado a partir da estratégia contida 12.3:

> 12.3) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior. (BRASIL, 2014).

Sobre as metas 13 e 14, a primeira aborda a necessidade de elevação da qualidade da educação superior brasileira, a lógica desta elevação diz respeito à flexibilização dos currículos que incidem diretamente na formação profissional, no que tange em atender as demandas do mercado capitalista. Esta elevação de qualidade seria avaliada a partir da continuidade dos programas avaliativos SINAES, bem como do ENADE, a quantificação numérica continua sendo o eixo norteador da política de avaliação do ensino superior brasileiro. A segunda, meta 14, têm como objeto a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, o conteúdo desta expansão centra-se na ampliação das matrículas, sem prevê um aumento relativo do financiamento para atender a formação do quadro científico brasileiro que contempla a formação de futuros mestres e doutores nas diversas áreas do conhecimento, contudo, esta expansão prevê no conteúdo da meta 14 a utilização do FIES para expandir o financiamento estudantil neste nível de pós-graduação.

O PNE (2014-2024) trata, também, sobre o financiamento da educação brasileira. Com isso, trazemos ao trabalho, para apreciação, apenas uma breve passagem acerca deste tema. No Plano, em seu inciso VIII do art. 2º; § 1º, III; § 3º, ambos do art. 5º, é citado o investimento público em educação, o que é distinto de aplicação de recursos em educação pública estatal. O § 4º do art. 5º é a decorrência dessa concepção, ao alegar que o investimento público em educação abarca os recursos públicos investidos

> [...] nos programa de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento

> de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

Isso corrobora o seguimento da política de privatização da educação, concretizando, mais uma vez, a prática de investimentos de verbas públicas para a iniciativa privada através do ProUni e do FIES, mantendo a diluição de forma sub-reptícia da fronteira entre o público e o privado. Consoante a Tabela 13, evidenciamos o montante de bolsas e contratos fechados por essas políticas no governo Dilma Rousseff, tendo em vista, que se trata de verbas públicas no ensino superior privado.

Tabela 13 – Quantidades de bolsas e contratos fechados (ProUni e FIES) – (2011-2014).

Ano	**ProUni (Programa Universidade para Todos)**	**FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)**
	Nº de alunos com bolsa	**Quantidade de contratos assinados**
2011	170.758	154.234
2012	176.744	377.719
2013	177.284	559.855
2014	144.378	374.859
Total	669.164	1.466.667

Fonte: INEP (2014).

Conforme os dados da Tabela 13 é possível constatar a significativa quantidade de contratos fechados, bem como bolsas cedidas pelo governo petista ao setor privado. 669.164 bolsas ProUni (integrais e parciais) foram ofertadas no período em tela, que resulta em um aumento percentual da ordem 84,55%. Por sua vez, o FIES fechou 1.466.667 contratos, um aumento relativo de 243,05%. Com efeito, representa um dado alarmante de repasse de recursos públicos para o setor privado.

No que diz respeito ao debate acerca dos 10% do PIB serem canalizados para a educação pública estatal encabeçada pelos movimentos sociais e dos educadores brasileiros, o PNE (2014-2024) em sua meta 20 trabalha o conteúdo. No que tange a meta 20 e do § 4º do art. 5º, que determinam os índices de investimento público para a educação pública brasileira[110] indicam:

[110] Observem que não há qualquer menção em investimento público para educação pública estatal como foi mencionado anteriormente na presente dissertação, como as instituições privadas também estão provendo educação que se trata de um serviço público então é compreendido que o Estado deve garantir a manutenção desta esfera administrativa do ensino superior.

> Meta 20 — ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto — PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB no final do decênio. [...] Art. 5º - [...]§ 4º: Serão utilizados 50% (cinquenta por cento) dos recursos públicos do pré-sal, incluídos os *royalties*, diretamente em educação para que, ao final de 10 (dez) anos de vigência do PNE, seja atingido o percentual de 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto para o investimento em educação pública (BRASIL, 2014).

No tocante a Meta 20, indica que em dez anos deverá ser atingido o patamar de investimento em educação pública na ordem dos 10% do PIB. Todavia, se analisarmos o conteúdo da presente meta associado com FIES que representa no discurso do governo petista uma fonte de financiamento do ensino superior, constatamos como o PNE privilegiará os recursos públicos para o ensino superior privado, logo, a estratégia 12.6 dá ênfase na expansão do financiamento estudantil através do FIES, a partir da constituição de um fundo que garanta o financiamento, com isso, será possível dispensar a existência de um fiador, além da estratégia 12.20 que busca aumentar, no âmbito do FIES, bem como do ProUni, os " [...] benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores privados presenciais ou a distância" (BRASIL, 2014).

Com as transformações desdobradas ao longo dos governos petistas, o PNE (2014-2024) surge para intensificar ainda mais essa lógica autodestrutiva da universidade pública brasileira, em consonância com os apontamentos dos organismos internacionais para este nível de ensino para a periferia capitalista. Este processo fortalece o conceito de educação superior minimalista. A partir do exposto, é possível caracterizar linhas de continuidade do governo Dilma Rousseff com seus precedentes, assim como identificar políticas que estão em conformidade com as orientações do BM. O PNE é um ótimo exemplo da instrumentalização destas orientações, pois a novidade que este Plano acarreta é que as medidas de governo se converteram em políticas de Estado, atingindo um largo alcance na escala nacional.

4.4 Financiamento da Educação Superior nos governos petistas

No que concerne à temática relativa ao financiamento das instituições públicas de educação superior é necessário pontuar alguns elementos. O objetivo é expor a processualidade do financiamento no governo Lula da Silva. Contudo, é imprescindível uma breve introdução acerca deste tema.

Os recursos que as instituições públicas recebem são oriundos da arrecadação de tributos na qual a sociedade civil recolhe aos cofres públicos. A soma destes tributos, que é constituída a partir do pagamento dos impostos, contribuições e taxas, engendra o fundo público brasileiro.

Assim, através dos recursos desse fundo que são canalizados recursos para o financiamento público de programas de setores sociais como a saúde, saneamento, educação, assistência social, habitação, além do atendimento às crises dos bancos, renúncia fiscal, pagamento da dívida pública entre outros.

Nessa acepção, no que diz respeito à dívida pública[111], trata-se de um tema crucial para compreendermos as prioridades da alocação dos recursos públicos. Portanto, a partir da compreensão de Fernandes, que nos países da periferia capitalista como o Brasil, a questão da dívida pública ganha destaque, pois,

> [...] o controle externo dos negócios de exportação e de importação, bem como a construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundavam num processo de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico com consequência da integração dependente na economia mundial (FERNANDES, 1968, p. 46).

Ao longo da história do Brasil, os governos que aqui exerceram seus mandatos, solicitavam empréstimos para pagar os juros que não haviam sido pagos de empréstimos outrora realizados. "Estes empréstimos beneficiavam tanto os banqueiros internacionais, como a burguesia brasileira, que repartia com o conjunto da sociedade o pagamento dos juros das dívidas" (LIMA, 2006b, p. 31). Esta lógica foi aprofundada no regime civil-militar, bem como as crises, internacional e nacional que eclodiram nos anos 1970-1980, decorrendo que este padrão estimulou os países do centro capitalista a efetivarem uma incorporação dos países de capitalismo dependente da periferia ao seu projeto expansionista.

Este processo se intensificou no período das reformas neoliberais em escala global, o que representou a forma de dominação imperialista no panorama atual, garantindo a expropriação do excedente econômico dos países periféricos de capitalismo dependente, como o Brasil. Nesse sentido, ao longo do governo Cardoso houve um intenso corte das verbas públicas para as áreas sociais; elevadas taxas de juros; intensificação das privatizações; contingenciamento do Orçamento Geral da União para o pagamento da dívida pública, que teve como direção os organismos internacionais que, consequentemente, ampliaram as desigualdades sociais no Brasil. Para Lima (2006b, p.34):

> [...] Esses organismos internacionais realizam um conjunto de empréstimos aos países periféricos, como o Brasil, condicionando-os à execução de reformas econômicas e políticas ordenadas pela redução da alocação da verba pública para financiamento das políticas sociais, sob a aparência de resolução de uma suposta crise fiscal do Estado [...] Para o projeto burguês de sociabilidade, o Estado, na periferia do sistema, deve financiar e implementar políticas focalizadas no "alívio da pobreza extrema" e efetivar

[111] Para uma análise mais aprofundada acerca da Dívida Pública, *vide*: Lima (2006b).

> um conjunto de parcerias com o setor privado, brasileiro e internacional, para o financiamento e implementação das políticas consideradas como setores não exclusivos do Estado, identificadas pelo conceito de público não-estatal, expresso no *Plano Diretor da Reforma do Estado*, elaborado no governo Cardoso.

Neste contexto, de atividades não exclusivas do Estado que localizamos a educação superior. O governo Lula da Silva dá continuidade nesse processo, com todo seu empenho na garantia de efetivar os compromissos do governo precedente, bem como a reforma da educação superior desencadeada em seu mandato que contribuíram significativamente para o setor privado, bem como a precarização das IFES, logo, o investimento não foi suficiente para atender as demandas da expansão via REUNI. Contudo, o *superávit primário* para pagamento dos juros da dívida pública era garantido através de sua meta fiscal.

Parafraseando Lima:

> O projeto de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como um serviço não exclusivo do Estado, como um serviço público não-estatal, atravessou o governo Cardoso e [foi] aprofundado no governo Lula da Silva, através de uma nova geração de reformas neoliberais. Este projeto está expresso na *Carta ao Povo Brasileiro*, divulgada em Junho de 2002, no *Programa de Governo elaborado pela Coligação Lula Presidente* e em todas as *Cartas do Governo Brasileiro ao FMI*, desde a última *Carta* do Governo Cardoso, elaborada por Pedro Malan e Armínio Fraga Neto, até as *Cartas* encaminhadas por Antonio Palocci e Henrique Meirelles. Em relação à educação, o governo Lula da Silva [operacionalizou] a seguinte pauta de ação política: a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das tecnologias da informação e da comunicação na educação, através da educação superior à distância. (LIMA, 2006b, p. 37).

Nessa acepção, no que concerne o financiamento da educação superior, já é possível identificar que a prioridade não foi dada para este nível de ensino, logo, há uma grande convergência da política petista com as orientações dos organismos internacionais, portanto, compreende-se que a diversificação das fontes de financiamento sugeridas pelo BM faz parte da processualidade da política de educação superior petista. Conforme o relatório deste organismo:

> [...] maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente [...]. A experiência demonstra que se quer que as instituições estatais melhorem sua qualidade e eficiências, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de mobilizar mais recursos privados para o ensino superior em instituições estatais [...] de várias maneiras: mediante a participação dos estudantes nos gastos; arrecadação de recursos de ex-alunos; utilização de fontes externas; realização de outras atividades que gerem receitas (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 44-69).

Analisaremos os dados acerca do financiamento, contudo, num primeiro momento faz-se necessário recorrer a uma breve análise do financiamento público com as políticas sociais do país. Assim, a tabela 14, expõe o percentual de execução do Orçamento Geral da União em políticas sociais, bem como o fluxo de recursos canalizados para a educação básica no período de 2003-2014, correspondente aos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Tabela 14 – Execução do Orçamento da União com todas as funções correlacionadas à educação básica (2003-2014).

Ano	Despesas da União (Todas as Funções)* (A)	Subfunções Típicas da Educação (correlacionadas à educação básica)** (B)	
		R$ (B)	% A/B
2003	1.656.529.366.566	6.302.215.859	0,38%
2004	1.610.244.593.133	3.124.510.057	0,19%
2005	1.836.254.366.329	5.455.064.286	0,30%
2006	1.885.024.558.316	6.836.020.799	0,36%
2007	1.880.377.574.322	8.012.434.094	0,43%
2008	1.830.292.203.324	12.951.780.994	0,71%
2009	1.963.359.889.516	17.103.248.165	0,87%
2010	1.986.084.053.293	24.019.682.980	1,21%
2011	2.075.179.376.909	28.442.890.753	1,37%
2012	2.032.656.649.882	28.230.899.044	1,39%
2013	1.999.301.596.750	28.426.500.282	1,42%
2014	2.284.954.042.002	28.770.566.457	1,26%
Δ 2003-2014	37,94%	356,52%	231,58%

Fonte: Sendo federal (Portal Orçamento – SIGA Brasil). Banco Central do Brasil (PIB em R$ correntes); Reis (2016, p. 24).
* Despesas da União em Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, Dívida Pública, entre outras despesas.
** Despesas da União com educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA, entre outros.

Nota-se, na Tabela 14, o fluxo de recursos canalizado do Orçamento da União para o provimento de educação básica atinge no ano de 2014 o valor acima de R$ 28 bilhões, que no período base de análise (2003-2014), houve um aumento relativo da ordem de 356,52%. No que tange a comparação do valor investido em educação básica com as demais funções sociais, no último ano em análise corresponde a 1,26% do total dos recursos.

Outro elemento é crucial para a análise do financiamento da educação do país, centrando-nos nas universidades federais, a próxima tabela de dados tratará das “despesas da união com as universidades federais com percentual das despesas totais com a dívida pública”.

Na tabela 15 daremos ênfase no gasto específico de cada governo petista (Lula da Silva e Dilma Rousseff).

Tabela 15 – Despesas da união com as universidades federais com percentual das despesas totais com a dívida pública (2003-2014).

Ano	Despesas Totais com Dívida Pública	Despesas com as Universidades Federais	(b)/(a) %
2003	986.044.314.791	16.827.902.088	1,71
2004	902.666.513.269	19.060.833.662	2,11
2005	1.056.334.293.359	18.408.298.661	1,74
2006	1.032.555.541.443	22.562.547.967	2,19
2007	939.821.985.959	24.222.544.228	2,58
2008	812.525.207.164	26.073.363.294	3,21
2009	889.438.144.374	30.706.012.287	3,45
2010	838.371.670.824	35.426.933.937	4.23
Total 2003-2010	**7.457.757.671.182**	**193.288.436.124**	**2,59**
2011	876.148.624.671	37.802.840.192	4,31
2012	884.044.458.630	35.370.114.929	4,00
2013	794.187.601.206	39.017.383.884	4,91
2014	1.016.749.318.664	41.076.643.811	4,04
Total 2011-2014	**3.571.130.003.171**	**153.2666.982.816**	**4,29**
Total 2003-2014	**11.028.887.674.353**	**346.555.418.940**	**3,14%**

Fontes: Senado Federal (Portal Orçamento – SIGA Brasil); Reis (2016).

O diagnóstico dos dados da Tabela 15 evidencia que no governo Lula da Silva o valor despendido com a dívida pública ultrapassou a ordem R$ 7 trilhões, no que tange a comparação percentual das universidades federais. Em oito anos de governo Lula, apenas 2,59% do valor canalizado para cobrir a dívida foi para as universidades federais. Lançando olhos para o governo Dilma Rousseff (2011-2014), foi gasto valor superior à R$ 3 trilhões, ao passo que o investimento do orçamento da união para as universidades federais em seu mandato correspondem a ordem de 4,29% do valor gasto com a dívida. Nessa acepção, se juntarmos os períodos de 2003 a 2014 o valor gasto com a dívida pública superou R$ 11 trilhões, tendo as universidades federais apenas 3,14% deste valor.

Na tabela 16 serão expostos os recursos canalizados pela União para a manutenção das universidades federais como percentual dos gastos da União com a função educação.

Tabela 16 – Despesas da União com as universidades federais, como percentual dos gastos com a função educação – (2003-2014).

Ano	Despesas com a função educação (a)	Despesas com as universidades federais	
		R$ (b)	(a)/(b) %
2003	26.884.296.223	16.827.902.088	62,59
2004	25.767.606.329	19.060.833.662	73,97
2005	26.856.681.601	18.408.298.661	68,54
2006	31.319.091.126	22.562.547.967	72,04
2007	37.409.814.975	24.222.544.228	64,75
2008	41.075.120.934	26.073.363.294	63,48
2009	50.844.792.868	30.706.012.287	60,39
2010	64.007.866.621	35.426.933.937	55,35
2011	72.340.209.676	37.802.840.192	52,26
2012	67.632.051.183	35.370.114.929	52,30
2013	75.575.245.707	39.017.383.884	51,63
2014	84.649.023.540	41.076.643.811	48,53
Δ 2003-2014	214,86%	144,10%	-22.46%

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento – SIGA BRASIL); Reis (2016, p. 197).

Percebe-se que no período correspondente à análise houve um aumento de 144,10% do fluxo de investimento direcionados para as universidades federais[112]. É possível constatar também quando comparados os recursos destinados para as universidades federais com as despesas da União com a função educação uma redução do fluxo de investimento para as universidades. Houve um decréscimo da ordem de 22,46% das verbas canalizada para as universidades federais em comparação ao total de verbas canalizadas para a função educação (de 62,59% para 48,53%).

Os números acima mostram que a partir de 2007 os recursos destinados às universidades federais foram proporcionalmente diminuídos em comparação com o total destinado para a função educação. O que põe xeque a política de financiamento proposta pelo REUNI implementada no mesmo ano. Destaca-se que as verbas canalizadas para a educação também são revestidas na compra de vagas públicas nas IPES, o que não é outra coisa senão a canalização de financiamento público para as instituições privadas através do FIES. A lógica

[112] Valor que corresponde à ordem de R$ 16,828 bilhões para R$ 41,077 bilhões.

da valorização do ensino superior privado pelos governos petistas simboliza a constituição de um capitalismo acadêmico, como veremos na seção subsequente.

4.5 O Capitalismo Acadêmico da hegemonia às avessas

> A ideia de que a educação é um direito social e um bem público se contrapõe à concepção de educação como mercadoria que pode adquirir privadamente, como qualquer item de negócio [...] Nada disso é inócuo [...] A educação é um 'bem comum, público' ou, ao contrário, um 'bem ou serviço de consumo, privado'? Esta é a grande questão de fundo para as reformas educacionais que hoje se discutem ou se empreendem (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 136-137).

A presente subseção não pretende repetir o conteúdo expresso no *item 3.4.3* desta dissertação, logo, o item que outrora foi abordado tratou de uma análise abrangente do fenômeno que aprofundou o mercado educacional no qual esteve atendendo aos intentos do capital financeiro. Portanto, na referida subseção, buscaremos evidenciar que a partir das políticas de educação superior empreendidas pelos governos petistas é possível identificar a constituição de um capitalismo acadêmico mais maduro do que aquele que foi desenvolvido por Cardoso, bem como os resquícios do regime civil-militar brasileiro[113].

A política de educação superior desenvolvida pelos governos petistas está afinada com as linhas essenciais definidas por Cardoso, isto é, a política de expansão do ensino superior é produto da reforma do aparelho do Estado. Como foi visto anteriormente nesta dissertação, a centralidade desta reforma diz respeito à garantia de lucros para o mercado capitalista[114]. Com efeito, o núcleo deste processo possui como principais determinações a privatização, terceirização e a publicização (CHAVES, 2010).

Nessa acepção, a privatização é utilizada e, consequentemente, reduz a presença do Estado na área social, bem como na área produtiva. No que tange a área social, políticas sociais são canalizadas para setores subalternos, de baixa-renda, políticas assistencialistas, que se afinam com as orientações do BM para políticas de "aliviamento da pobreza", mantendo, contudo, a desigualdade e a pobreza. No tocante o setor educacional, a política focalista se expressa por meio da prioridade que o Estado dá em prover das verbas da União para o ensino

---

[113] É lícito ressaltar que várias políticas desenvolvidas para a educação superior nos governos Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff possuem articulação com as políticas empreendidas no regimento civil-militar, no tocante a reforma universitária de 1968. Para maior aprofundamento, *vide*: Leher; Silva (2014); Fernandes (1965); Minto (2014).

[114] No que concerne à lógica da redefinição do papel do Estado como instrumento (arcabouço político-jurídico) essencial para atender os anseios do mercado, engendrando, dessa forma, lucros para os setores hegemônicos nacionais e internacionais, vide: Barreto; Leher (2008).

fundamental; a constituição de bolsas no ensino superior privado como o ProUni; pelo arrefecimento dos investimentos públicos nas IFES, estimulando-as a buscarem investimentos no mercado capitalista — alinhando-se, mais uma vez, às orientações do BM no que toca a diversificação das fontes de financiamento —. Dessa forma, a educação superior é metamorfoseada, deixando de ser um direito social para se tornar uma mercadoria.

Com as políticas implementadas no governo Lula da Silva, Decreto nº 4.914, de 11 de dezembro de 2003, no qual concede autonomia aos centros universitários, bem como o Decreto nº 5.622/05, que regulamenta a política de EaD no Brasil, além do ProUni, FIES, REUNI, assim como de sua nova roupagem expressa no PNE (204-2024) do governo Dilma Rousseff, se expressam como medidas legais que aprofundam a lógica da política de diversificação institucional, assim como a liberalização para a criação de faculdades isoladas direcionadas para o mercado, o que se torna decisivo para a grande efervescência do setor privado de ensino superior no Brasil.

De acordo com os dados do censo da educação superior de 2014, constatamos a supremacia das IPES frente às IES públicas, conforme Tabela 17:

Tabela 17 – Estatísticas Gerais da Educação Superior Brasileira – (2014).

Estatísticas Básicas	**Categoria Administrativa**					
	Total Geral	**Pública**				**Privada**
		Total	**Federal**	**Estadual**	**Municipal**	
Número de Instituições	2.368	298	107	118	73	2.070
Educação Superior – Graduação						
Cursos	32.878	11.036	6.177			
Matrículas	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
Ingresso Total	3.110.848	548.542	346.991	148.616	52.935	2.562.306
Concluintes	1.027.092	241.765	128.765	89.602	24.079	785.327

Fonte: Inep/Mec (2014).

Observa-se que em 2014 o total de IES foi 2.368, as públicas representam 12,58% deste total, ao passo que as IPES representam 87,42% do total de IES. Se levarmos em conta a expansão das IFES através do REUNI constataremos que as IFES representam 5,07% em comparação com o total de IPES. Não obstante a grande expansão propiciada pelo REUNI para as universidades federais, esta expansão não representou grande proporção quando equiparada a expansão do ensino superior privado que ocorreu no governo Lula da Silva. Em acréscimo,

Dilma Rousseff pretende da continuidade com esta política, logo, o próprio PNE aprofunda aquilo que outrora foi desenvolvido cautelosamente por Lula da Silva.

A expansão em larga escala do ensino superior privado brasileiro, conforme Chaves (2010, p. 495), "se deu a partir do discurso prepotente de que o mercado é bom empreendedor e que a privatização deve ser o dogma central a ser adotado". Nesse sentido, sob o véu da mercantilização do ensino superior, buscando ser adequado aos anseios do capital financeiro internacional, tendo em vista atender as demandas do mercado, a partir da reforma do Estado — que os governos petistas encabeçaram sua terceira etapa — pauta-se em uma política essencialmente privatista nos moldes neoliberais, consolidando, por seu turno, o empresariamento da educação,

> [...] transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não se produz apenas para o mercado, mas que produz a si mesmo como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudos, de certificação, de formação docente, de avaliação de docentes e estudantes. (SANTOS *apud* CHAVES, 2010, p. 495).

O setor educacional é assimilado como um nicho de mercado promissor do capital no contexto da financeirização do setor de serviços. Consoante Feldfeber (2009, p.165), no bojo da nova governança mundial, orientada pelo capital financeiro, " [...] a estrutura do poder internacional, com clara hegemonia do capital financeiro, consta de umas 200 megacorporações que tem um volume de vendas superior ao PNB de todos os países do mundo, com exceção dos nove maiores".

No tocante a inserção do capital financeiro no setor de serviços educacionais no Brasil, surgido especificamente no ano de 2008, em meio ao governo de Lula da Silva, esta inserção do capital financeiro é mais considerável no ensino superior, o que decorreu num tipo de mercantilização diferenciada daquela que outrora fora executada nas décadas de 1990 e 2000[115].

Convergimos com a análise de Azevedo (2015, p.92) acerca do processo de liberalização da educação superior para atuar no setor privado-mercantil:

> A liberalização do campo da educação superior à atuação privado-mercantil, [...] foi destravada a partir da promulgação da LDB nº 9.394/1996 e potencializada pelo financiamento às IES particulares por agentes privados e públicos (inclusive o BNDES), pela atuação de fundos nacionais e estrangeiros e por programas federais de financiamento direto a estudantes de graduação como o FIES [...] e o PROUNI.

[115] Para maior esclarecimento *vide*: Sguissardi (2008).

Nessa acepção, compreende-se que o Partido dos Trabalhadores, ao longo do exercício de seus mandatos, se empenhou no desenvolvimento de uma política para o ensino superior que atendesse as demandas do capital. Para tanto,

> No Brasil, a convergência das reformas do Estado e a americanização das universidades que tomaram impulso durante o governo de Fernando Henrique Cardoso no século XX tiveram continuidade no século XXI com os governos do Partido dos Trabalhadores, chegando até o governo atual de Dilma Roussef. Um momento importante nesta trama foi o compromisso de continuidade do projeto de país iniciado por Cardoso na transição ao governo Lula em 2002 (SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY; ARAÚJO, 2015, p. 77).

Em acréscimo, a opção política adotada pelo PT, ainda na campanha em 2002, como se pode constatar de modo claro na *Carta ao Povo Brasileiro*, foi a de incorporar a condição de "[...] plataforma de produção de valor no contexto de diretrizes de uma servidão financeira [...]" (SILVA JÚNIOR; ANELLI JÚNIOR; MANCEBO, 2014, p. 115). Com efeito, Lula da Silva deixou de direcionar críticas à autonomia do Banco Central, assim como convidou Henrique Meirelles (ex-presidente do *Bank of Boston*) para presidi-lo.

Na compreensão de Singer (2012) acerca do Lulismo, este último aderiu passivamente à ordem, bem como deu seguimento a ela, no plano institucional e econômico, do governo Cardoso, ao passo que deu condições materiais para a elaboração de uma *hegemonia às avessas* na qual afeta diretamente o trabalho docente — o precariado (BRAGA, 2012). Desta forma, convergimos com a compreensão de Silva Júnior, Anelli Júnior e Mancebo (2014, p. 117), quando alegam que IFES se tornaram "agências executivas de políticas de competência do Estado". Esta lógica se efetua em dois pontos: i) no empresariamento da educação superior; ii) na efetivação do processo de certificação em massa. A primeira diz respeito à expansão do setor privado/mercantil no qual aparentemente se expressa como democratização decorrendo no apassivamento de grande quantidade de setores do ME, bem como de entidades e movimentos sociais, este primeiro ponto está alinhado também à lógica do empresariamento da produção do conhecimento que tange as áreas duras, engenharias e afins, assim a maior parte dos investimentos são direcionados para esse tipo de pesquisa, deixando à margem do processo as que residem no âmbito das ciências humanas e sociais, além da forte intervenção da LIT nesse processo. O segundo ponto corresponde atender às orientações dos organismos internacionais que, a partir do processo de certificação em larga escala é possível construir um exército funcional de reserva, possibilitando, deste modo, a precarização das relações de trabalho do quadro profissional que possuem ensino superior, além deste processo se realizar sob o véu da especialização precoce, ensino a distância, rebaixamento da formação teórica com o

conhecimento de cunho pragmático, além de efetivar grande feição da população através deste processo, o que garante a sustentabilidade política petista.

Na era dos governos petistas, em que prevalece a *hegemonia às avessas*, a universidade ganha destaque para além do aspecto meramente político, pois esta instituição contribui para o aspecto econômico, cultural e da produção de uma nova sociabilidade (SILVA JR; ANELLI JR; MANCEBO, 2014). Na compreensão dos autores supracitados, para tal contribuição é preciso que seja expandido duas dimensões da universidade:

> [...] através do crescimento e internacionalização da pós-graduação em áreas economicamente prioritária; daí as pesquisas serem induzidas para a produção de um conhecimento potencialmente produtivo e para uma forma de fazer científico que dispensa a crítica. Por outro lado, expandir o acesso à educação superior pública para os segmentos sociais mais excluídos também é estratégico, pois, além de fornecer mais força de trabalho para a execução do trabalho precarizado, constitui-se em um estrutural apelo para a produção da hegemonia às avessas (SILVA JR; ANELLI JR; MANCEBO, 2014, p. 117).

É nessa compreensão que residem os programas REUNI, ProUni, FIES, UAB entre outros programas que abrangem os outros níveis do ensino brasileiro. Nessa lógica, percebe-se que a expansão que se dá no âmbito das IFES houve contenção de gastos, ao passo que, na expansão do setor privado de ensino superior há um progressivo investimento público além de um arcabouço político-jurídico que garanta tal movimento. Nesse sentido, o governo petista foi meticuloso em empreender políticas que garantissem seu movimento em prol dos setores hegemônicos nacionais e internacionais. Ou seja, os governos do PT estiveram afinados com as orientações da política de segurança do BM em garantir políticas assistenciais, assim não obteria conflitos sociais em sua base.

No limite, a educação superior sendo compreendida como setor estratégico para o capital, incorpora duas funções, a primeira em ser fundamental para garantir, através de sua esfera pública, um apassivamento dos setores populares, além de contribuir significativamente para a qualificação da força de trabalho fazendo uso de uma formação precarizada. A segunda diz respeito em a educação superior se tratar de um nicho mercadológico crucial para a extração lucrativa do capital, sendo um setor rentável a partir da expansão do setor privado/mercantil de instituições deste nível de ensino, além das compras de vagas públicas nas IPES, sem mencionar a privatização interna das IES públicas por meio de cobrança de taxas, pós-graduação *lato-sensu*, através da diversificação das fontes de financiamento que se dá por meio de fundações privadas, dentre outros elementos.

Nessa acepção, compreendemos que os governos petistas desempenharam um grande empreendimento na constituição de um *capitalismo acadêmico*, conseguindo privatizar a

educação superior em escala superior à dos governos precedentes, além de atender rigorosamente os anseios dos empresários da educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa pretendeu-se perscrutar a política de educação superior empreendida pelos governos petistas. No desdobramento desse processo analisamos a lógica na qual o PT vivenciou ao longo de sua vida. Esta lógica diz respeito às transformações adquiridas na inserção dos cargos públicos administrativos por seus quadros dirigentes em funções municipais, estaduais e tendo como clímax a conquista do governo federal. Deste modo, a forma *sui generis* de dominação social que foi enraizada, condicionada pelas influências diretas do capital internacional, engendrou uma grande admiração internacional inédita. Este fenômeno, podemos caracterizar como *hegemonia às avessas* do *lulismo,* segundo Chico de Oliveira (2010).

No itinerário percorrido viu-se que o Partido dos Trabalhadores ao longo de sua história protagonizou vários marcos na história do Brasil, bem como da América Latina, representando a liderança de um movimento organizado pela *classe-que-vive-do-trabalho*, sendo referência para os setores subalternos em escala global. Todavia, o processo no qual fora vivenciado pelo PT tendeu a sucumbir à ordem política institucionalizada imposta pela lógica do sistema de capital.

Mediante os marcos históricos discorridos nessa dissertação foi possível detectar a ponte que o PT atravessou para se tornar esse governo que tanto contribui para os setores hegemônicos empresariais em detrimento dos setores da *classe-que-vive-do-trabalho*. Noutras palavras, deixou de ser um partido de classe, de massa, da ação direta para se tornar um partido institucional, sustentáculo da ordem do capital, que tanto combateu — reiterando os documentos oficiais dos encontros nacionais do PT —, ou seja, consolidando um verdadeiro *transformismo* político.

Diferentemente do que se esperava, a partir da política desencadeada pelo PT em que o capital foi privilegiado, não houve grandes reivindicações dos movimentos sociais, logo, estes setores que eram alinhados a base petista continuaram seu compromisso governista de apoio em troca de algumas concessões — embora segmentos que constituíam esses movimentos romperam com essa dinâmica se posicionando à esquerda do governo, direcionando críticas ao seu projeto sociopolítico. A artimanha petista em compreender o *modus operandi* de governar para o capital, ao passo em que grandes setores da *classe-que-vive-do-trabalho* se mantiveram como base de apoio e sustentação dos governos petistas mostrou a força do fenômeno inédito no qual Chico de Oliveira (2010) denominou de *hegemonia às avessas*.

Nessa acepção, esta processualidade não se desdobrou de modo isolado, pois, são a partir das determinações globais do sistema sociometabólico do capital que se efetuaram as ações dos governos petistas. Haja vista a particularidade capitalista brasileira não ser oriunda do mesmo processo realizado pelos capitalismos centrais, há uma possibilidade de mudanças intrínsecas à motricidade de desenvolvimento capitalista periférico. Desta forma, compreendemos que a lógica do desenvolvimento socioeconômico se efetua nos países dependentes da periferia capitalista de forma desigual e combinada.

Diante disto, é no interior da *Divisão Internacional do Trabalho* que se efetuam as medidas, imposições, bem como a operacionalidade da lei do mercado, em que a teoria das vantagens comparativas é posta em execução. Além disso, são expressões de dominação de um *(novo) imperialismo*, no qual setores que outrora não despertavam interesses do capital passam a ser incorporados no bolo de mercadorias rentáveis para seu processo de *acumulação por espoliação, o* setor educacional está localizado nesse processo. Em síntese, a educação é compreendida pelos organismos internacionais, em especial o BM e a Unesco, como um setor estratégico, no que diz respeito à segurança, bem como nicho de mercado promissor ao capital financeiro.

No tocante à segurança operaria por meio de difusão da ideologia da meritocracia, da educação como fator de equalização social e de reverberação dos valores mercantis. Por outro lado, a compreensão de nicho mercadológico dá foco especial à educação superior, sendo localizada como setor de extração lucrativa rentável para a operacionalidade do capital financeiro nas instituições privadas, bem como a privatização das IES públicas, a partir da lógica da diferenciação das fontes de financiamento, possibilitando setores do capital privado intervir diretamente na autonomia universitária brasileira.

Nessa perspectiva, para que se tornasse factível a execução das orientações dos organismos internacionais do capital financeiro na educação, fez-se necessário realizar um processo de ajuste estrutural no aparelho do Estado, engendrando, deste modo, um ordenamento jurídico-político que possibilitasse tais intentos. Os governos brasileiros (Fernando Collor/Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff) realizaram este processo de redefinição do papel do Estado seguindo fielmente a agenda neoliberal.

Comungamos com a compreensão de que:

> O ordenamento jurídico-burocrático do Estado moderno institui a universidade com base no princípio liberal de que a educação é um direito de todos e dever do Estado. O curso das transformações da educação superior e da universitária relaciona-se de forma muito próxima [...] com as transformações pelas quais passou o capitalismo desde sua origem até os dias atuais. A história das mudanças político-educacionais pode mostrar muito da história dessa forma de produção da vida humana durante a

> modernidade. [...] A universidade, no seu concreto, resulta, portanto, do amálgama entre sua dimensão institucional e sua cultura específica, historicamente construída. Este amálgama se produz e faz presente nas práticas universitárias (em cujo centro encontram-se os processos de apropriação e especialmente de objetivação), elemento central por meio do qual a instituição realiza os processos de formação social do indivíduo e socializa o conhecimento produzido pela humanidade, ao mesmo tempo em que se reproduz socialmente (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 58).

Destarte, sendo a educação superior permeada de condicionalidades sociais, não resta dúvida acerca das condicionalidades provenientes do capital para esta instituição. Com efeito, no atual panorama em que a crise estrutural do sistema de capital eclodiu na década de 1970, o ensino superior passou a ser alvo de propostas que visam reformulá-lo em prol do mercado. No âmago dessa processualidade, em função das mudanças do capitalismo em crise, surge a premência de um perfil de trabalhador de novo tipo, norteado por competências, polivalente, que se molde às relações contratuais entre capital e trabalho. "Como consequência desse processo a universidade assume papel estratégico como instrumento ideológico necessário a reprodução da lógica do capital e como serviço altamente rentável" (CHAVES; SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013, p. 7).

Em acréscimo, o projeto educacional do capital para os países periféricos como o Brasil é caracterizado pela expansão da privatização, desnacionalização/internacionalização da educação e constituição de um mercado educativo global, no âmbito da educação superior, trata-se da consolidação do *capitalismo acadêmico* altamente rentável para o capital. Nesse sentido, é a partir da formação do mercado educacional, bem como do capitalismo acadêmico no Brasil, em que a educação está sujeita às condições de competição, que se estabelece a privatização e a financeirização do ensino superior, esta última através da inserção de IPES com fins lucrativos na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), em 2008.

Portanto, como parte constituinte deste processo, os governos petistas têm contribuído significativamente com os interesses do capital para a educação superior brasileira. As políticas para o ensino superior que foram implementadas ao longo dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (em curso) deixam nítido, até para o mais míope, o afinamento do conteúdo destas políticas com as orientações do Banco Mundial. O estímulo que o PT concedeu à expansão das instituições privadas de ensino superior através da liberalização dos serviços educacionais, bem como da isenção fiscal (FIES e ProUni); a oferta de cursos de formação aligeirada que se realizam através da EaD[116], direcionados somente para o ensino, havendo, dessa forma, um abandono total da pesquisa é emblemático disso.

---

[116] Ressaltamos que esse processo não é *via de regra*, logo, cursos com formação aligeirada também são ofertados pela modalidade presencial e semipresencial.

No que concerne às universidades públicas intensas mudanças são colocadas no seu *modus operandi* para que se tornem mais "[...] flexíveis, operacionais, eficazes e produtivas transplantando do mundo empresarial o modelo organizacional gerencial onde o gestor assume a figura de gerente [...]" (CHAVES; SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013, p. 8). Desta forma, a reforma da educação superior empreendida pelo PT tem como eixo central a diluição das fronteiras entre o público e o privado, com a introdução de entes privados no setor público decorrendo num *hibridismo institucional*[117] seja pela constituição de fundações privadas nas universidades públicas ou pela metamorfose das universidades em fundações de direito privado a partir da lógica da diversificação das instituições, que dão continuidade com o PNE (2014-2024).

No limite, a presente dissertação buscou desvelar o conteúdo da política de educação superior petista. Ressaltamos que "determinados elementos existentes" no processo da reforma da educação superior não foram mencionados por não corresponderem à lógica do itinerário investigativo adotado nesta pesquisa. Nossa análise se circunscreveu até o ano de 2014, deixando o segundo mandato de Dilma Rousseff fora, isto se deu em virtude de seu segundo mandato está em curso, deste modo, qualquer conclusão tomada poderia nos conduzir a equívocos acerca dos resultados até o fim de seu governo. Todavia, compreende-se que neste segundo mandato de Dilma Rousseff grandes foram as medidas direcionadas para o ensino superior, que podem representar um suplemento para o aprofundamento da reforma da educação superior dos governos petistas, logo, o setor privado ganha destaque, basta lançarmos olhos para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 395)[118].

A despeito dos governos petistas terem cumprido bem seu papel enquanto administrador do Estado em prol dos interesses do capital, setores políticos da direita aproveitaram o ensejo do desgaste do PT com a classe-que-vive-do-trabalho, bem como a crise econômica que o Brasil vivencia para efetuarem um golpe de Estado que tentam transfigura-lo em um processo de *impeachment*. Não obstante se tratar de um fato da conjuntura política nacional essencial para todos os espaços da sociedade brasileira, não empreenderemos análises desse processo tendo em vista sua complexidade, além de se tratar do segundo mandato de Dilma Rousseff, assim

---

[117] O *hibridismo institucional* é constituído a partir da deformação da natureza jurídica de uma instituição, como a participação de capital privado no interior de uma instituição predominantemente pública. Não abordamos esse tema nesta dissertação em função de ultrapassar os limites impostos pelo nosso trabalho, contudo, para maior aprofundamento, *vide*: Lima (2013).

[118] De acordo com Andes (2015, s/p.), a PEC 395 "põe fim ao princípio constitucional da gratuidade das atividades de cursos de especialização oferecidas pelas universidades públicas, alterando o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal, sobre os princípios do ensino, que garante 'gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais'. A matéria precisa ser votada ainda em segundo turno".

ultrapassando os limites deste trabalho. Parece-nos que a hegemonia às avessas atraiu crises a partir de sua política assistencialista focalizada e atendendo as demandas do capital financeiro, decorrendo em um desgaste social que fez tremer sua estrutura.

Sendo assim, buscamos contribuir com este estudo para os debates acerca da educação superior brasileira, ressaltando que nossas análises, de modo algum, esgotam essa temática, haja vista o movimento histórico ser dialético, e os processos estarem no interior de um dinamismo contraditório do sistema sociometabólico do capital. No tocante os governos petistas e suas bandeiras defendidas na década de 1980 quando comparadas com suas ações no governo federal, nada mais atual do que a passagem de Marx e Engels (2012, p. 31) "[...] tudo que é sólido se liquefaz". Nesse sentido, o cenário do ensino superior brasileiro é preocupante, com o sucateamento das IFES, bem como das demais universidades públicas, além da grande quantidade de fluxos de recursos públicos canalizada para as IPES, assim, é preciso pensar ações no conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho* para reivindicar uma universidade pública, gratuita, laica, e com qualidade, há tempos reivindicada pelo ANDES-SN. Portanto, o PT com sua *hegemonia às avessas* se revela como grande aliado do capital e, consequentemente, adversário dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ADUNICAMP – Associação de Docentes da Unicamp. **Caderno Adunicamp.** Campinas, fev. 2005.

ALMEIDA, M. C. C. Resenha "O novo Imperialismo" David Harvey. **Revista Politéia**, v. 6, n. 1, 2006.

AMARAL, M. S. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina? elementos para uma investigação. In: GALVÃO, Andréia. et al. (Org.). **Capitalismo:** crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 63-82.

ANDERSON, P. A Trama do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo:** As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 34-51.

ANDES. **A contra-reforma da educação superior** - uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo Lula. Brasília, 2004.

_____. **Câmara aprova PEC que acaba com gratuidade em cursos de especialização e extensão**. 2015. Disponível em: < http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7810>. Acesso em: 22 out. 2015.

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – Reuni.** Brasília: Andifes, jan. 2010.

ANEL. O novo PNE e os 5 anos da implementação do REUNI. **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. 50, 2012.

ANTUNES, J. Os esquemas de reprodução de Marx e a crítica não-dialética de Rosa Luxemburg. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 51, p. 52-70, 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho.** São Paulo: Cortez, 2009.

ARCARY, V. **Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira.** São Paulo: 2ª ed. Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2013.

_____. (Prefácio). In: GARCIA, C. **PT: de oposição à sustentação da ordem.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

ARRIGHI, G; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.** Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

AZEVEDO, M. L. N. Transnacionalização e Mercadorização da Educação Superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a

expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior [RIESup]**, v. 1, p. 86-102, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Documento estratégico do Banco Mundial**: a educação superior na América Latina e no Caribe. 2000.

_____. La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1994. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 9 jan. 2015.
_____. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. O Estado em um mundo em transformação. 1997. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/94.html>. Acesso em: 21 nov. 2014.
_____. Documento estratégico do Banco Mundial. A educação na América Latina e Caribe. 2002. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 8 maio. 2015.

_____. Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria. 2003. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/2782001099079877269/5476641099079956815/CKS-spanish.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A política econômica petista. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. **Brasil, entre o passado e o futuro.** São Paulo: Boitempo, 2010.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 423-436, 2008.

BASTOS, R. M. B. O esgotamento do fordismo e o neoliberalismo como "fuga para frente" do capital de sua crise estrutural. **Em Debate**, n. 10, p. 105-120, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2013n10p105/28709>. Acesso em: 09 abril 2016.

BASTOS, R. M. B.; ROCHA, A. R. M. A política educacional do Banco Mundial para os países periféricos como expressão da geopolítica do conhecimento. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 13, 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/01/geopolitica.html>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, v. 21, p. 31-38, 2013.

BRAGA, R. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Apresentação. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs). **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 7-14.

BRASIL, **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso em: 21 de set. de 2015.

BRASIL. Presidência da República – Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira**. Brasília, 2003a.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acessado em 27 de dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior. Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.** Brasília, 2004b.

BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica (Lei n.º 10.973/2004). Brasília, 2004d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior, Brasília, DF: MDICE, 2004. Disponível em: <http://www.mdice.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2005.

_____. Ministério da Educação. **Anteprojeto da Lei da Reforma da Educação Superior**. (2 versão), Brasília, 2005.

_____. Casa Civil. Projeto de Lei que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública. Brasília, 2003b.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 5.800/2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

_____. Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 4 de nov. 2014.

_____. Planalto. **Constituição Federal.** Brasília, 1988.

BERNARDI, L. M.; ROSSI, A. J.; UCZACK, L. H. **Do Movimento Todos pela Educação ao Plano de Ações Articuladas:** empresários interlocutores e clientes do Estado. In: X ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2014.

CALIARI, T. Parcerias público-privadas: o diabo mora nos detalhes. **Reportagem da Oficina de Informações**, v.5, n.55, abr. 2004.

CARVALHO, C. H. A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. **XXIX Encontro Anual da ANPED**, Caxambu, 2006.

CARVALHO, D. F. **A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskyana.** 2010. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/05.pdf> Acesso em: 5 abril 2015.

CASTILLO, C. A democracia soviética e o socialismo. **Contra a Corrente (revista marxista de teoria, política e história contemporânea)**. Brasilia – DF, ano 6, nº 11, 2004.

CATANI, A. M. **O que é imperialismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989. 117 p. (Coleção primeiros passos; 05).

CHASIN, J. A via colonial de entificação do capitalismo. In: **A miséria brasileira.** Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000. p. 37-58.
CHAVES, V. L. J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD. Educação Temática Digital**, v. 17, p. 427-441, 2015.

_____. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro? A formação de oligopólios. **Educação & Sociedade (Impresso)**, v. 31, p. 481-500, 2010.
CHAVES, V. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais.** São Paulo: Xamã, 2013.
CHESNAIS, F. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: Chesnais, François. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
_____. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
CHIROT, D. **Social change in the twentieth century.** New York: Harcourt, 1997.
CINTRA, M. Divisão internacional do trabalho. **Lua Nova**, v. 4, p. 95-103, 1987.
CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998).** Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2005.

CONAE – CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Documento final.** Brasília, DF: MEC, 27 jul. 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final/sl.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

COUTINHO, C. N. **O governo Lula ou o estreito fio da navalha. Gramsci e o Brasil.** 2004 (mimeo). Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv244.htm.> Acesso em: 18 abril 2015.

_____. **Contra a Corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2003.

COGGIOLA, O. O trotskismo no Brasil (1928-1964). In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Orgs.) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.** São Paulo: Cortez, 2003.

COUTO, C. G. Mudança e crise: o PT no governo em São Paulo. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.33, p. 145-164, 1994.

DEL ROIO, M. **O Governo Lula e a derrota da esquerda.** Outubro (São Paulo), São Paulo, v. 10, p. 69-88, 2004.

DEMIER, F. A. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky**: um breve histórico do conceito. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

_____. **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: CHENAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. **A hora do ENEM.** 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13318>. Acesso em: 11 fev. 2016.

EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos pela educação e o episódio Costin no MEC. A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 10, 2012.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2ª. Ed. RJ: Zahar Editores, 1975.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A contestação necessária:** retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, B. J. P.; DUARTE, N. O lema aprender a aprender na literatura de informática educativa. **Educação & Sociedade (Impresso)**, v. 33, p. 1019-1035, 2012.

FERREIRA, E. L. **O PSTU e as reformas previdenciária e universitária no governo Lula da Silva.** Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza: PPGS-UFC, 2011.

FILGUEIRAS, L. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. C. Política econômica do Governo Lula e os limites do crescimento. In: GOMES, F. B.; PINTO, E. C. **Desordem e Regresso: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000.** São Paulo: Mandacaru : Hucitec, 2009, p. 252-283.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. **MEC quer criar controle do Prouni.** 21 set. 2004. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16079.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2016.

FONTES, V. A moderação petista. In: DEMIR, F. (Org.). **As transformações do PT e o rumo da esquerda no Brasil.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

FOUCALT, M. **Vigiar e Punir:** nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Arte Nova, 1977.

GABRIEL, L. A. V. **O PT e a luta de classes no Brasil contemporâneo: o acúmulo petista de forças a favor da dominação.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PPGCS-PUC-SP, 2011.

GARCIA, C. **Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem.** Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2008.

GENNARI, E. **O movimento operário sindical no Brasil: uma panorâmica dos últimos 15 anos.** São Paulo: CPV, 1999.

GORGULHO, V. A consolidação do mercado. **Ensino Superior**, São Paulo, n. 101, fev. 2007. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=11892>. Acesso em: 21 fev. 2015.

GRESPAN, J. A crise de sobreacumulação. **Crítica Marxista (São Paulo)**, v. 29, p. 11-17, 2009.

HAYEK, F. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Erminia et al. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2005.

HERMANN, J. **A Macroeconomia da Dívida Pública: notas sobre o debate atual e a experiência brasileira recente (1999-2002).** Cadernos Adenauer, Ano III, nº 04. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. **Da revolução industrial ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense, 1978.

KAUTSKY, K. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KECK, M. **A Lógica de Diferença:** O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia. São Paulo: Ática, 2009.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. Censo da Educação Superior 2013. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. Censo da Educação Superior 2014. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. Censo da Educação Superior 2010. Brasília, DF: Inep, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11 out. 2015.

JURUÁ, C. V. Lei das Parcerias Público-Privadas: vícios estruturantes do Projeto de Lei. In: **Caderno Adunicamp**. Campinas, fev., 2005, p. 25-46.

LAIDLER, C. A “Crise da Dívida” e o Estado da América Latina. In: XII Encontro Regional de História ANPUH, 2006, **Usos do Passado**, Rio de Janeiro: 2006, p. 1-14.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política.** Barcelona: Península, 1976.

FELDFEBER, M. Internacionalização da educação, tratados de livre comércio e politicas educativas na América Latina. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. **Crise da escola e politicas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 160-181.

LEHER, R. **A problemática da universidade 25 anos após a crise da dívida.** Universidade e Sociedade (Brasília), v. 39, p. 9-15, 2007.
_____. Crise capitalista, neodesenvolvimentismo e problemática ambiental. In: MENEZES, A. M. D. et al. (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista.** Fortaleza: Ed. UFC, 2011a, v. 1, p. 197-224.

_____. Educação Superior Minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE DIREITO, 32, 2011, São Paulo. **Cadernos de texto**. São Paulo, 2011b. p. 3-13.

_____. Para silenciar os campi**. Educação & Sociedade**, São Paulo, Campinas, v. 25, n.88, p. 867-892, 2004.
_____. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro (São Paulo)**, São Paulo, v. 1, n.3, p. 19-30, 1998.

_____. **ENEM:** o que é comodificado é mercadoria. 2009. Disponível em: < http://www.aduff.org.br/manchetes/20091006_enem.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LEHER, R.; SILVA, S. M. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. 42, p. 6-17, 2014.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** Cortez Editora, São Paulo, 2007.

LESBAUPIN, I. **Movimentos sociais e o pós-Lula.** Entrevista concedida à revista IHU On-line. 2010. Disponível em: <http.www.ecodebate.com.br/2010/04/22/movimentos-sociais-e-o-pos-lula-entrevista-especial-com-ivo-lesbaupin/> Acesso em: 15 mar 2014.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007a.

_____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802011000100011>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. A educação superior no Plano Nacional de Educação 2011-2020. **Perspectiva (UFSC)**, v. 30, p. 625-656, 2012.

_____. REUNI e Banco de Professor Equivalente: novas ofensivas da contra-reforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 41, p. 69-78, 2008.

_____. Educação a distância ou a distância da educação. **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. 39, p. 81-91, 2006a.

_____. Dívida pública e educação superior brasileira. **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. 37, p. 59-72, 2006b.

LIMA, K. *et all*. Política de expansão nas federais: o trabalho docente em tempos de REUNI. In: MANCEBO, D.; SILVA JR, J. R. (Org.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 87-116.

LIMA, K. R. R.; FERREIRA, E. L. PROUNI, REUNI e ENEM: peças do mosaico da contrarreforma da educação superior do governo Lula da Silva. In: MENEZES, A. D. et al. (Orgs.) **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista.** Fortaleza-Ce: Edições UFC, 2011, v. 1, p. 351-364.

LIMA. L. Universidade gestionária: hibridismo institucional e adaptação ao ambiente competitivo. In: CHAVES, V. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. (Orgs.). **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais.** São Paulo: Xamã, 2013, p. 59-84.

LOPREATO, F. L. C. "Finanças Públicas, PPP e Universidade". In: **Caderno Adunicamp**. Campinas, fev., 2005, p. 6-10.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, n. 1, p. 73-80, 1998.

LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1976.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.** 2. ed. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MACHADO, L. R. S. Trabalho e Educação. **Linha Direta**, v. n. 161, p. 26-32, 2011.

MACIEL, E. M. F. **Caminhos e (des) caminhos de um pensar plural: o pensamento político do Partido dos Trabalhadores.** Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza: PPGS-UFC, 2009.

MAGALHÃES, J. P. A. Estratégia e modelos de desenvolvimento. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MANCEBO, D.; MARTINS, T. B. Expansão do ensino a distância: pressupostos para sua análise e marcos regulatórios. In: MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Org.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, v. 1, p. 117-146.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MATIAS-PEREIRA, J.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão de inovação: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. **RAE eletrônica.** v. 4, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167656482005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2016.

MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimento no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Campinas, UNICAMP, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição**.** São Paulo: SP – Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: SP – Boitempo, 2008.

MINTO, L. W. **A educação da miséria:** particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. Educação superior, trabalho docente e capitalismo no Brasil: problematizando o ensino à distância (EAD). In: GALVÃO, A. et al. (Org.). **Capitalismo:** crises e resistências. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 341-357.

MOTTA, V. C. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social:** as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo. 2007. 379 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

NISHIMURA, S. P. **A Precarização do Trabalho Docente como Necessidade do Capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS.** Universidade e Sociedade, Brasília, ano 23, n. 53, p. 48-59, 2014.

NUNES, S. P. **Parcerias público-privadas.** Brasília, DF: INESC, 2004. (Nota Técnica n. 87).

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs). **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista / o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OTRANTO, C. R. A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JR, J. R.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). **Reforma Universitária:** dimensões e perspectivas. 1ed.Campinas, SP: Alínea, 2006, v. 1, p. 43-58.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Um balanço de governo.** 2013. Disponível em: <http://www.pt.org.br/> Acesso em: 02 jun 2015.

_____. **Carta ao povo brasileiro.** 2002. Disponível em: < http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em 13 dez. 2014.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**. Vol. 23, nº 66, 2009.

PAULO NETTO, J. **Introdução do estudo do método em Marx.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, C. (Org.). **Viagem incompleta.** A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2ª ed. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2000. p. 219-45.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1993.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2003**: Metas de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. New York: Oxford University Press para o PNUD de 2003.

POCHMANN, M. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho.** IE/Unicamp, Campinas, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUEIROZ, V. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. 45, p. 44-57, 2015.

REIS, D. A. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, L. F. Dívida Pública, Política Econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Universidade e Sociedade (Brasília**), v. 57, p. 16-35, 2016.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SALAMA, P; MATHIAS, G. **O estado superdesenvolvido.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. **Entre a nação e a barbárie:** os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

_____. A educação pública na conjuntura atual. In: **Educação e questões da atualidade.** São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, p. 83-105, 1991.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária** – (Gastos Tributários) – PLOA 2014. Disponível em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2014>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SENADO FEDERAL. **Demonstrativos da Execução Orçamentária:** 2003-2014. Portal Orçamento (Siga Brasil). Disponível em:

<http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil>. Acesso em: 21 out. 2015.

SGUISSARDI, V. A educação superior no PNE: utopia ou ilusão? In: CHAVES, V. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. (Orgs.). A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais. São Paulo: Xamã, 2013. P. 33-58.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

_____. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D.; ÁVERO, M. L. A. (Orgs.) **Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente.** São Paulo: Cortez, 2004. p. 33-53.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Conversão das 'almas' pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: Stephen J. Ball; Jefferson Mainardes. (Org.). **Políticas Educacionais:** questões e dilemas. 1ed.São Paulo: Cortez, 2011, p. 222-248.

SILVA JÚNIOR, J. R. **Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula.** São Paulo - SP: Xamã VM Editora, 2005.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FERREIRA, L. R.; KATO, F. B. G. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, p. 435-456, 2013.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. Universidade Pública Brasileira no Século XXI - Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco. Serie Indagaciones**, v. 23, p. 119-156, 2013.

SILVA JÚNIOR, J. R.; ANELLI JÚNIOR, L. C.; MANCEBO, D. O lulismo e a mudança da natureza do trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)**, v. 8, p. 106-118, 2014.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SCHUGURENSKY, D.; ARAUJO, J. B. Ciencia académica, intelectuales y el trabajo del professor universitário em Brasil: convergência y hegemonía. **Revista Internacional de Educação (RIESup)**, v. 1, 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA JUNIOR, J. A era Lula: a educação e o pensamento resignado. In: In: MENEZES, A. M. D. et al. (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista.** Fortaleza: Ed. UFC, 2009, v. 1, p. 161-174.

_____. Educação e desenvolvimento – a reprodução social da ordem regressivo-destrutiva do capital. **Trabalho & Educação (UFMG)**, v. 23, p. 239-264, 2014.

SOUSA SOBRINHO, J. P. **O conceito de classe em o capital:** o professor como proletário em Marx. Tese (Doutorado em Educação) – Fortaleza, Faculdade de Educação, UFC, 2014.

TEIXEIRA, A. **O movimento de industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra.** Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **5 metas.** 2008. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas>. Acesso em: 12 jan. 2016.

TOLEDO, C. N. **ISEB:** fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução À Pesquisa Em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa Em Educação. O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo.** São Paulo: Atlas, 2012.

TRÓPIA, P. V. **O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula.** Revista Iberoamericana de Educación, v. 49, p. 1, 2009.

_____. A natureza de classe da política educacional para o ensino superior nos governos Lula (2003-2010). In: GALVÃO, A.; GALASTRI, L.; SOUZA, J.; AMORIN, E. (Org.). **Capitalismo: crises e resistências.** São Paulo: Outras Expressão, 2012, v. 1, 508p.

TROTSKY, L. **A revolução permanente.** São Paulo: Expressão popular, 2000.

VESENTINI, J. W. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global.** Campinas, SP: Papirus, 1987.

VIEIRA, R. As transformações do Partido dos Trabalhadores e o governo Lula como elementos de manutenção da hegemonia burguesa. **Textos e Debates (UFRR)**, v. 19, p. 47-61, 2013.

AVILA, S. F. O; LÉDA, D. B; VALE, A. A. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. MANCEBO, D.; SILVA JR, J. R. (Orgs.) **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington: WB, 1999.

XAVIER, M. E. S. Prado. **Capitalismo e escola no Brasil:** a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

WOOD, E. M. **O império do capital.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2014.